



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd



SANDRA MARIA LOPES SOARES

**QUALIDADE DE VIDA DOCENTE DIANTE DO ADOECIMENTO E DO
CAMINHO PERCORRIDO NO TRATAMENTO**

Vitória da Conquista – BA

Agosto – 2024

SANDRA MARIA LOPES SOARES

**QUALIDADE DE VIDA DOCENTE DIANTE DO ADOECIMENTO E DO
CAMINHO PERCORRIDO NO TRATAMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Política Pública Educacional

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pinto Nunes

Vitória da Conquista – BA

Agosto – 2024

BANCA DE DEFESA


SANDRA MARIA LOPES SOARES

QUALIDADE DE VIDA DOCENTE DIANTE DO ADOECIMENTO E DO CAMINHO PERCORRIDO NO TRATAMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Política Pública Educacional

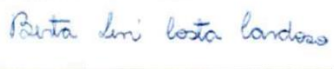
BANCA DE AVALIAÇÃO



Prof. Dr. Claudio Pinto Nunes
(Orientador)



Prof. Dr. Claudio Bispo de Almeida
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Berta Leni Costa Cardoso
(Examinadora Interna)



Sandra Maria Lopes Soares
(Mestranda)

Vitória da Conquista – BA

Agosto - 2024

S657q

Soares, Sandra Maria Lopes.

Qualidade de vida docente diante do adoecimento e do caminho percorrido no tratamento. \ Sandra Maria Lopes Soares, 2024. 155f.

Orientador (a): Dr. Cláudio Pinto Nunes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referências. 136 – 142.

1. Qualidade de vida docente - Adoecimento. 2. Políticas Públicas Educacionais. 3. Licença médica. 4. Rede Estadual de Educação da Bahia. I. Nunes, Cláudio Pinto. II. Programa de Pós Graduação em Educação – PPGED. III.T.

CDD 371.10019

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo aos meus familiares, amigos(as), companheiros(as) de trabalho e formação profissional; além disso, dedico também aos meus “felinos”, pelo amor irrestrito, pela companhia e pela sensibilidade para comigo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional [ambiental], além de relacionamentos sociais, como família e amigos e, também, saúde, educação, habitação saneamento básico e outras circunstâncias da vida. (Brasil; Ministério de Saúde, 2013).

AGRADECIMENTOS

Enfim!... chega o grande dia de realizar um sonho que por muito tempo achei impossível, me torno Mestra em Educação! E **Deus** em sua infinita bondade, preparou as pessoas certas para estar comigo nesta caminhada árdua, muitas vezes de renúncias em prol de um objetivo maior. Sozinha não conseguiria!

À toda minha família por sempre acreditarem em mim e vibrarem com as minhas conquistas, obrigada por entenderem as minhas muitas ausências. Em especial dedico a meu **pai** e minha **mãe**, pessoas de pouco estudo, mas com uma sabedoria imensa, sempre me mostraram a importância da educação e me deram a oportunidade que nunca tiveram. Também não poderia deixar de falar do amor infinito e incondicional da minha filha do coração, **Lourdes Maria**, o meu anjo da guarda! Para vocês ofereço todo meu amor e o melhor de mim, sempre!

Ao meu orientador **Dr. Cláudio Pinto Nunes**. Deus não poderia ter me enviado um melhor, uma pessoa com o dom de ser professor tornando esta caminhada leve e prazerosa. Ao querido professor Cláudio, toda minha reverência e admiração por ser este profissional que inspira, respeita e ensina com empatia e companheirismo seus orientandos. Sou uma privilegiada por ter depositado em mim sua confiança e seus conhecimentos tão ricos!

Aos meus filhos de quatro patas, **Léo, Malu e Bibi**. Sim, eles estão antes de muitas pessoas, pois estão comigo em todos os momentos de alegrias, tristezas, angústias, desânimo e não me julgam, apenas me amam!

À **Cláudia Cristiane** a culpada por eu agora ter a possibilidade de escrever essas palavras. Você sabe a importância que teve durante todo esse processo, desde o momento em que nem eu acreditava que poderia e você me mostrou o caminho das pedras. Não só isso, mas continuou ajudando muito com material, dicas, ensinamentos e ainda me substituía nas aulas para que eu pudesse participar dos eventos. Palavras é muito pouco para te agradecer, peço a Deus que faça por você tudo aquilo que eu não posso e te dar o melhor presente da vida ... saúde.

Aos professores que gentilmente estiveram presentes na minha qualificação, **Dra. Berta Leni e Dr. Cláudio Almeida**, pelas contribuições tão assertivas que somaram e conduziram a construção deste trabalho.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – **UESB**, onde tive a honra de me graduar em Licenciatura em Matemática e agora poder voltar para fazer um Mestrado no

Programa de Pós-graduação em Educação – **PPGED** – tão prestigiado e respeitado, sendo, portanto, uma oportunidade incrível.

Aos **professores do PPGEd/UESB** pelas aulas maravilhosas, discussões política e grande contribuição acadêmica em minha vida. Hoje posso dizer que não sou a mesma professora, agora sou melhor!

Aos colegas que estiveram comigo na Linha Políticas Públicas Educacionais pelos debates, indicações de leituras e convivência. Em especial destaco a importância dos meus dois presentes do Mestrado, **Gean e Vanilda**, trago em meu coração nossos almoços regados a muitas risadas e a certeza de que sem o carinho e o incentivo de vocês não teria chegado até aqui.

Não poderia deixar de fora um agradecimento especial aos meus diretores do CEAM, **Ruth e Itamar**, que mesmo vivendo um período difícil na escola, tiveram a sensibilidade e a compreensão comigo em muitas situações quando precisei me ausentar do trabalho em função do Mestrado. Vocês são incríveis como profissionais, chefes e amigos.

À **Prefeitura Municipal de Barra do Choça**, por ter me concedido a licença de imediato e ter me dado a possibilidade de cursar o Mestrado, mostrando que valorizam a educação.

Aos amigos que estiveram juntos comigo nesta jornada, sejam eles de longa data ou os que encontrei no meio do caminho e me ajudaram tanto, com correções, estudo, orientações, indicações de leitura, incentivo, apoio, compreensão. Vocês foram necessários! Destaco aqui **Gilena, Andrea, Raigil, Adylane, Gilsinéia, Raick, Elane, Cida, Priscilla e Eunice**.

Por último, mas não menos importante, meu respeito e consideração aos **colegas professores** que participaram desta pesquisa, mesmo vivendo um momento de vulnerabilidade e fragilidade, deram contribuições tão valiosas para a comunidade científica.

Meus sinceros agradecimentos!

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conjunto de normas sobre o direito de licença médica aos servidores públicos estaduais da Bahia, com base na Lei n. 6.677/1994	61
Quadro 2 – Conjunto legal e documentos institucionais que garante o direito à licença médica aos docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia:	63
Quadro 3 – Orientações gerais para servidores(as) do Governo do Estado da Bahia:	69
Quadro 4 – Informações gerais sobre o direito do(a) servidor(a) público da Secretaria Estadual de Educação da Bahia à Licença Médica para tratamento de saúde:	71
Quadro 5 – Novas regras para o afastamento médico, em vigor a partir da Lei 13.725/2017:	80
Quadro 6 – Perfil etnográficos dos(as) docentes colaboradores(as):	85
Quadro 7 – Dados sobre empregabilidade dos(as) docentes colaboradores:	87
Quadro 8 – Dados sobre formação profissional (inicial) e formação continuada	88
Quadro 9 – Termos e expressões (sinônimos) e (antônimos) acerca da qualidade de vida docente	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma sobre as interações entre saúde, doença, bem-estar e qualidade de vida:	29
Figura 2 – Representação do processo de elaboração da ideia de qualidade de vida:	31
Figura 3 – Definição de qualidade de vida segundo o Ministério da Saúde, do Brasil, a partir da OMS:	35
Figura 4 – Concepção de qualidade de vida em relação aos seus antônimos:	36
Figura 5 – Representação da saúde por meio da concepção de qualidade de vida:	37
Figura 6 – Informações sobre prazos para solicitação de licença médica:	79

SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES – Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal no Ensino Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
CP – Conselho Pleno
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MHD – Materialismo Histórico-Dialético
NTE – Núcleo Territorial de Educação
OMS – Organização Mundial de Saúde
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PPGED – Programa de Pós-graduação em Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
QV – Qualidade de vida
QVT – Qualidade de vida no trabalho
REDA – Regime Especial de Direito Administrativo
RG – Registro Geral
RH – Recursos Humanos
SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SEC/BA – Secretaria Estadual de Educação da Bahia
SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS – Sistema Único de Saúde
TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

RESUMO

SOARES, Sandra Maria Lopes. **Qualidade de vida docente diante do adoecimento e do caminho percorrido no tratamento.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE). Vitória da Conquista: UESB.

O objeto desta investigação são as percepções sobre qualidade de vida entre os docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia, afastados (temporariamente) de suas atividades pedagógicas, por meio de licenças médicas. O objetivo geral é avaliar a qualidade de vida do profissional docente das escolas públicas estaduais em Vitória da Conquista/BA que se encontra adoecido e em tratamento concedido por licença médica. Dentre os objetivos específicos encontram-se: compreender as múltiplas concepções de qualidade de vida a partir das percepções dos(as) docentes colaboradores; mapear as ocorrências de adoecimento docente na rede estadual de Vitória da Conquista; analisar o processo de tratamento de docentes adoecidos e as implicações para a qualidade de vida dos profissionais afastados por licença médica. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, elaborada a partir da revisão bibliográfica, da coleta de entrevistas e da análise do conjunto legal que rege sobre a matéria, ambos interpretados com base na perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético. Acreditamos que as percepções dos docentes sobre qualidade de vida, em especial, daqueles afastados temporariamente de suas atividades por meio da licença médica, perpassa pelas suas experiências profissionais vivenciadas antes da identificação e/ou surgimento dos problemas de saúde, pelas suas experiências durante os processos de afastamento (momento que nos interessamos aqui) e pelo retorno ao ambiente escolar. Assim, suas percepções foram marcadas pelas suas experiências, memórias e expectativas.

Palavras-chave: Adoecimento; Licença médica; Políticas Públicas Educacionais; Qualidade de vida docente; Rede Estadual de Educação da Bahia.

ABSTRACT

The object of this investigation is the perceptions about quality of life among teachers from the Rede Estadual de Educação da Bahia, (temporarily) away from their pedagogical activities, through medical leaves. The general objective is to evaluate the quality of life of teaching professionals in state public schools in Vitória da Conquista/BA who are ill and undergoing treatment granted on medical leave. Specific objectives include: understanding the multiple conceptions of quality of life based on the perceptions of collaborating teachers; map the occurrences of teacher illness in the state network of Vitória da Conquista; analyze the process of treating sick teachers and the implications for the quality of life of professionals on sick leave. This is a qualitative research, developed from a bibliographical review, the collection of interviews and the analysis of the legal framework that governs the matter, both interpreted based on the perspective of Historical-Dialectic Materialism. We believe that the perceptions of teachers about quality of life, especially those temporarily removed from their activities through medical leave, permeate their professional experiences prior to the identification and/or emergence of health problems, their experiences during the processes of removal (the moment we are interested in here) and the return to the school environment. Thus, your perceptions will be marked by your experiences, memories and expectations.

Keywords: Illness; Sick leave; Quality of life; Rede Estadual de Educação da Bahia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ESTADO DA ARTE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DOCENTE DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA	25
3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	40
3.1 Arcabouço teórico-metodológico	42
3.1.1 Qualidade de vida, saúde, adoecimento e docência.....	42
3.1.2 Totalidade, mediação e contradição de acordo com o Materialismo Histórico-Dialético.....	49
3.1.3 Pressupostos teórico-metodológicos da conversa interativo-provocativa.....	54
3.2 Marcos legais e instrumentos para coleta, tratamento, análise e interpretação dos dados	58
3.2.1 Coleta e análise de dados	58
3.2.2 Marcos legais sobre o direito à licença médica e documentos institucionais para concessão de licença médica aos docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia.....	60
3.3 O entrecruzamento entre dados, conjunto normativo e arcabouço teórico-metodológico.....	64
4 CONJUNTO NORMATIVO SOBRE DIREITO À LICENÇA MÉDICA E PERCEPÇÕES DOS(AS) DOCENTES AFASTADOS(AS)	67
4.1 Marcos legais, direitos trabalhistas e mecanismos estaduais para promoção à saúde, ao tratamento adequado e à qualidade de vida	70
4.2 Percepções e experiências sócio profissionais sobre os mecanismos legais para acesso e garantia dos direitos trabalhistas	82
5 PERCEPÇÕES DO DOCENTE SOBRE QUALIDADE DE VIDA, ADOECIMENTO, TRATAMENTO E SAÚDE.....	94
5.1 Ambiente escolar e condições de trabalho	97

5.2 Reformas educacionais.....	106
5.4 Adoecimento como fator de melhoria da qualidade de vida	120
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE 1 – Questionário etnográfico e Roteiro semiestruturado de Conversa interativo-provocativa	140
APÊNDICE 2 – Ofício de solicitação de informações encaminhando ao NTE-20	144
APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	145
ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado pelo Comitê de Ética (CEP)	149

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta investigação foram as percepções sobre qualidade de vida entre os docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia, afastados (temporariamente) de suas *práxis* pedagógicas, por meio de licenças médicas.

As constantes mudanças no mundo do trabalho desde o século XX, visando maior produtividade, intensificaram cada vez mais a precarização do trabalho. Quando se fala em educação, todas essas mudanças contribuem de forma direta e indiretamente para o adoecimento do(a) docente que precisa lidar diariamente com muitas questões que vão além da sala de aula e interfere diretamente no seu trabalho (Mészáros, 2015; Pereira; Previtali, 2017; Pereira, 2018). As mudanças de governo, que trazem consigo novas modalidades de ensino de forma rápida e sem nenhuma formação para o(a) educador(a) e, com diminuição da carga horária de cada componente curricular além do aparecimento de novos saberes, obrigam o professor a ter que assumir mais turmas para fechar a sua carga horária exigida, assumindo, muitas vezes, disciplinas que fogem da sua formação o que diminui ainda mais o seu tempo livre (Saviani, 2017).

Essas novas modalidades de ensino, trazidas pelas reformas educacionais, possuem disciplinas específicas, que exigem profissionais habilitados para ministrá-las, no entanto são assumidas pelos mesmos professores que se veem na condição de passar os conteúdos, competências e habilidades para os alunos, muitos dos quais não tiveram na sua formação acadêmica ou não foram qualificados. Isso traz um estresse emocional e uma preocupação excessiva que afeta não só o trabalho, mas também sua saúde e qualidade de vida; uma vez que se sentem na obrigação de realizar um bom trabalho, e quando não conseguem os sentimentos de fracasso e frustração geram uma insatisfação pessoal e o desejo de alguns em abandonar a profissão, o que torna o trabalho um fardo.

As condições de trabalho que lhes são impostas pelo Estado, com cobranças de produtividade excessiva, sem investimento e valorização do profissional da educação pública que permita realizar todas as tarefas e não lhes imponha ter que trabalhar mais horas para garantir o sustento da família, impedem um trabalho efetivo por parte desse profissional, que se encontra sobrecarregado. O que contribui para um comprometimento da saúde e qualidade de vida, já que estão relacionados e um interfere no outro (Fagiani; Previtali, 2014).

Ao adotarmos uma visão crítica sobre as lutas de classe e interesses, no contexto da educação brasileira, em especial, no sistema público de educação básica do Estado da Bahia, precisamos compreender os impactos das reformas neoliberais, sobretudo, no tocante ao adoecimento, aos direitos trabalhistas e ao tratamento humano e adequado para tratamento de saúde. Marques e Marques (2022, p. 36) afirmam que a “[...] promoção das reformas educativas ditas neoliberais buscam, sob a inspiração do Toyotismo, flexibilizar a organização das escolas e o trabalho pedagógico”. Seguindo a lógica neoliberal de produção e de organização da função do Estado, as reformas educacionais buscam as transformações do trabalho produtivo comprometendo sensivelmente a qualidade do ensino-aprendizagem no sistema público e a qualidade de vida e condições de trabalho dos docentes brasileiros.

Após 2016, os grupos empresariais ligados à elite do capital nacional retomam a sua hegemonia no direcionamento das políticas estatais, destacando-se a aceleração de reformas neoliberais, como a reforma trabalhista e da previdência, bem como tramitação no Congresso das reformas tributárias e administrativa. Na educação, as principais alterações estão relacionadas à reforma do ensino médio; alteração nas diretrizes, tanto educacionais como de formação docente; além da instauração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Estas modificações foram, quase sempre, tocadas por medidas provisórias ou decretos, limitando a discussão, desconsiderando estudiosos/as da educação e movimentos sociais. (Marques e Marques, 2022, p. 37).

O resultado dessa crise estrutural do capitalismo, afetou a qualidade de vida dos educadores, causado pelo incentivo à competição, ao risco de privatização e desemprego, à publicidade, à necessidade de reforma administrativa, fiscal, previdenciária, que buscava ampliar a participação do setor privado na administração pública. Em estudo sobre os impactos da pandemia na qualidade de vida dos educadores escolares e universitários, Cardoso; Nunes e Fagundes (2022) reuniram uma série de estudos sobre o contexto social baiano, especialmente, de docentes da Educação Básica e do Ensino Superior, muitos dos quais sobre as reformas e as constantes mudanças nos regimes de trabalho e direitos trabalhistas remontavam para o período anterior ao aparecimento da COVID-19.

Uma das reformas que aumentou o temor e impactou sensivelmente na qualidade de vida e trabalho foram as reformas dos anos finais da Educação Básica, na modalidade Ensino Médio, e implantação da BNCC, responsável por transferir aos educadores a necessidade de se adequarem aos novos regimes de trabalho, técnicas pedagógicas e

formação continuada. Devemos ter em vista que os projetos de sociedade e de educação, cujas desigualdades foram acentuadas e reveladas pela pandemia.

Assim, Moreira; Silva Junior e Cardoso (2022) consideraram que a valorização docente, historicamente foi contraditória do Brasil, esse projeto favoreceu o baixo reconhecimento social da carreira profissional e afetou nas condições, marcadas por altas jornadas de trabalho e baixos salários.

Nesse sentido, a urgência em humanizar o trabalho docente, levando-se em conta qualidade de vida, é primordial. Uma vez que o professor sempre foi visto como um sacerdote que encara a profissão como sacrifício, renúncia de lazer e indo até o limite de suas forças, o que o faz sentir orgulho de todo esse sofrimento físico e mental. Assim, “a desvalorização da classe e o fato de a profissão, muitas vezes, ser entendida como sacerdócio contribui para o mal-estar e sofrimento do professor (Ball et al., 2013; Tardif, 2013).

Estabelecer um conceito único de qualidade de vida não é tarefa fácil, uma vez que muitos autores divergem sobre alguns aspectos a serem considerados como qualidade de vida, dentre eles as percepções dos próprios educadores. O que se pode perceber é que devem ser adotados aspectos objetivos e subjetivos para se obter um conceito mais amplo que contemple a saúde física e mental. Nosso problema de investigação foi compreender: quais são as concepções que os docentes afastados por licença médica para tratamento de saúde compreendem e dão significado a ideia de qualidade de vida diante do trabalho?

Defendemos que este tema de pesquisa é de relevância para o campo da Educação, uma vez que impacta no processo educacional; interfere diretamente na qualidade do ensino; e na qualidade de vida e saúde do docente. Portanto, apresentamos as razões que justificam sua pertinência a partir de três aspectos: as inquietações pessoais, as contribuições sociais e sua relevância no cenário acadêmico.

Dentre as razões que justificam sua relevância pessoal, encontram-se o fato de que todos os envolvidos neste estudo, tanto os investigadores quanto os colaboradores integram algumas das instituições, em seus diferentes níveis e modalidades, que compõe o sistema público educacional - sobretudo, em âmbito estadual. Ademais, a mestranda que assina este estudo, propôs a temática a partir de suas próprias experiências profissionais, particularmente, por ter se utilizado de seu direito trabalhista de afastamento médico em momentos específicos de sua carreira no ensino público, na Rede Estadual de Educação da Bahia – contexto escolhido para a pesquisa.

Além disso, defendemos que as investigações no campo do exercício profissional da docência, são relevantes por permitirem problematizarmos constantemente quais são as condições de trabalho encontradas pelos profissionais da educação no desenvolvimento de suas atividades e da pertinência das políticas públicas educacionais voltadas à melhoria da qualidade da educação e da qualidade de vida e saúde dos profissionais que integram os sistemas educacionais (público e privado). Assim sendo, este estudo é relevante socialmente, uma vez que desenvolve uma investigação na qual se encontram relacionados temas diversos, tais como: condições de trabalho, direitos trabalhistas, doenças ocupacionais, qualidade de vida e políticas públicas educacionais.

Por fim, mas não menos importante, constatamos a partir do levantamento bibliográfico e da análise dos estudos encontrados, a escassez do tratamento dessa temática entre os estudos acadêmicos que foram e estão sendo desenvolvidos, tanto no campo da educação quanto no campo da saúde. Desse modo, defendemos a relevância de novos trabalhos que se dediquem a compreender, particularmente, entre os profissionais da educação, quais são suas percepções e experiências, no uso do direito ao afastamento médico de suas atividades laborais na Rede Estadual de Educação da Bahia – uma vez que inexistente investigação dessa natureza.

Buscamos que esta pesquisa esteja inserida no campo das discussões sobre políticas públicas, colaborando assim para a expansão dos estudos acadêmicos que relacionem condições de trabalho, doenças ocupacionais, direitos trabalhistas, qualidade de vida e políticas públicas educacionais.

Desse modo, estabelecemos como objetivo geral avaliar a qualidade de vida do profissional docente das escolas públicas estaduais em Vitória da Conquista/BA que se encontra adoecido e em tratamento concedido por licença médica. Dentre os objetivos específicos encontram-se: compreender as múltiplas concepções de qualidade de vida a partir das percepções dos(as) docentes colaboradores; mapear as ocorrências de adoecimento docente na rede estadual de Vitória da Conquista; analisar o processo de tratamento de docentes adoecidos e as implicações para a qualidade de vida dos profissionais afastados por licença médica.

Como procedimento de pesquisa, arrolamento e análise das produções científicas utilizamos como descritores de buscas as seguintes expressões: “licença médica, docência e Qualidade de vida entre docentes”; “licença médica na Rede Estadual de Educação da Bahia”; “Qualidade de vida na carreira docente”; “Qualidade de vida no exercício da

docência”; “Direito a licença médica na docência”; e “Rede Estadual de Educação da Bahia e o direito à licença médica”.

Depois de realizado o catálogo bibliográfico dos estudos acadêmicos sobre a temática, procedemos com o tratamento e análise prévia desses estudos, a fim de selecionarmos e descartarmos o que não interessava ao estudo em questão, cujos critérios adotados para o processo de inclusão foram: familiaridade com a temática aqui investigada; tratamento de temas como direito trabalhista, saúde ocupacional dos(as) profissionais da educação e qualidade de vida entre os(as) educadores(as); e, área de origem do trabalho (preferencialmente no campo da Educação). Para o processo de exclusão, tivemos como base: ausência de discussões sobre direito trabalhista, saúde ocupacional dos(as) profissionais da educação e qualidade de vida entre os(as) educadores(as); e, estudos circunscritos aos/às educadores(as) do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Superior (graduação e pós-graduação *latu e stricto sensu*).

Realizar um estudo de pesquisa exige do pesquisador o conhecimento sobre o método adequado para cada objeto, o que não é simples, pois ele será o norteador da pesquisa, ampliando a essência do objeto por traz da aparência que maquia e a torna despercebida. Kosik (1976, p. 16), entende que “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência”. Assim, entendemos que a escolha do método se faz pelo próprio objeto de estudo, é ele quem o determina e não o pesquisador, para melhor definir as etapas da investigação. Num primeiro momento parte-se do conhecimento através da realidade aparente e visível então, tem-se o início do estudo na busca pela verdade da essência. De acordo com o pensamento de Netto (2011, p. 22):

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica- por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável-, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

Falando do Materialismo Histórico-Dialético (doravante chamado de MHD) desenvolvido por Marx e Engels (2003) sob uma visão política e econômica, o

entendemos como um método que faz uma análise sociológica e materialista da sociedade através das lutas de classes. Para Marx, a sociedade é constituída da burguesia que possui os meios de produção, e o proletariado que possui a força de trabalho como única fonte de sobrevivência, vendida para a burguesia, sustentando todo o sistema capitalista (Lukács, 2003). De acordo com, (Netto, 2011, p. 11), “[...] Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista”. Entender essa dicotomia proletariado *vs.* burguesia, para Marx, era o fator principal para explicar as desigualdades sociais e conseguir buscar caminhos de mudanças nas condições de vida da sociedade.

No MHD tem-se a materialidade da análise, baseada na realidade material das pessoas, as coisas acontecem porque tem um posicionamento na classe social a qual pertencem. Os homens herdaram de seus pais não só condições físicas, mas também condições de vida que podem trazer mais ou menos oportunidades. Sendo assim, (Marx, 2013, p. 17) assevera que: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

A partir daí pode-se rever todo o desenvolvimento ao longo da história, tudo que evoluiu e tudo que retrocedeu, as suas dimensões e complexidades. Os diferentes momentos históricos deixam heranças para a sociedade, situações que foram superadas e novos desafios que aparecem das novas necessidades adquiridas, as sociedades mudam e com elas surgem novos desejos que alimentam o capitalismo. Analisando historicamente mantêm-se o antagonismo: grupos de dominadores e grupos de dominados, cada época com suas diferenças, mas com um eixo comum: o poder da dominação da burguesia sobre o proletariado.

Nesse sentido é a partir do conflito de ideias entre dominantes e dominados que acontecem as transformações na sociedade, um processo compreendido na linha do tempo e desenvolvido através da dialética que são as constantes contradições. E para que a transformação na sociedade aconteça, é necessário que os dominados saiam da alienação, tenham consciência de classes, e entendam que estão sendo explorados pela classe dominante. No MHD não se pensa em divindades, abstrações desvinculadas da realidade, para transformação da sociedade e sim na forma concreta. O homem é o seu maior artesão, ele constrói sua realidade, tem o poder de intervir e controlar suas ações para provocar mudanças. Marx e Engels (2007, p. 94), destacam em suas análises:

[...] não se parte daquilo que as pessoas dizem, imaginam ou representam, tampouco das pessoas pensadas, imaginadas e representadas para, a partir daí, chegar às pessoas de carne e osso; parte-se das pessoas realmente ativas e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] as pessoas, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Como os fatos sociais não são isolados, eles têm uma relação dialética e são integrados porque fazem parte de uma totalidade, assim entendemos que todo objeto de estudo deve ser considerado sobre três dimensões: totalidade, singularidade e particularidade. A totalidade atrelada à contradição, vai revelar todas as complexidades historicamente sociais, o que veio se desvelando ao longo tempo levando em consideração as complexidades e amplitudes dos acontecimentos. A singularidade vai revelar o que é imediato, o que acontece em um dado momento, espaço e tempo. Enquanto que a particularidade, que é a mediação entre singularidade e totalidade, assume as especificidades que acontecem apenas em determinadas realidades. Hermine (2013, p. 344), defendeu que: “sem a contradição, as totalidades são mortas. [...]. Totalidade e contradição só têm sentido com a categoria de mediação”.

Depreendemos a partir das ideias trazidas pelo MHD acerca da realidade, do viver em coletividade e das tensões sociais existentes entre as classes em meio ao sistema capitalista de produção, que as concepções de mundo são forjadas a partir das experiências individuais e coletivas, dos níveis de consciência político, do engajamento na luta pela transformação das estruturas de poder, controle e produção das riquezas. Assim, as concepções sobre qualidade de vida, em circulação entre os profissionais da educação, têm como base comum as condições de trabalho e suas percepções sobre elas.

Logo, notamos a pertinência de orientarmos nossa coleta de dados a partir da realização de conversas interativas provocativas, por nos permitir avançarmos no tratamento de temas específicos ao longo dos encontros com cada um dos colaboradores.

Conforme defendeu Nunes (2020), a pertinência da conversa interativa provocativa enquanto procedimento metodológico para a produção de dados, em pesquisas qualitativas, encontra-se presente nos princípios que orientam o método: o reconhecimento do conhecimento enquanto uma produção construtiva-interpretativa; a possibilidade de interação entre os sujeitos participantes; e por fim estaria a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento. Por meio do

reconhecimento desses princípios e por julgarmos adequados aos nossos anseios, construímos um roteiro para orientação das conversações, contudo, tendo em vista as prerrogativas trazidas pelo método utilizado, advertimos que os temas tratados ficaram a cargo das informações que foram socializadas durante os encontros.

Julgamos que a escolha da conversa interativa-provocativa proporcionou um estreitamento das relações entre pesquisadores e colaboradores, ao permitir que as narrativas transcorram a partir das experiências pessoais, das percepções subjetivas de cada uma das partes envolvidas e com base no arcabouço conceitual, teórico e metodológico que orientaram a elaboração desta investigação. Ademais, a conversação livre – de natureza interativa-provocativa – permitiram interferências, tanto ao longo da coleta dos dados quanto durante os estágios de análise preliminar, definição das categorias temáticas, análise conjunta dos dados e interpretação dos resultados coligidos.

A qualidade de vida, as condições adequadas de trabalho e os direitos trabalhistas são pilares essenciais para o exercício da docência na rede pública de ensino. Primeiramente, a qualidade de vida influencia diretamente no bem-estar físico e mental dos professores, refletindo-se na sua capacidade de desempenhar suas funções com eficácia. Ambientes de trabalho que proporcionam conforto, segurança e suporte emocional são fundamentais para que os educadores possam se concentrar no ensino e na orientação dos alunos. Além disso, condições adequadas de trabalho, como infraestrutura escolar bem-mantida, recursos pedagógicos atualizados e apoio administrativo competente, são indispensáveis para o desenvolvimento profissional dos docentes. Um ambiente de trabalho estimulante não apenas melhora o desempenho individual dos professores, mas também promove uma cultura de colaboração e inovação dentro das escolas, beneficiando diretamente a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Defendemos que a existência de sólidos direitos trabalhistas, como jornadas de trabalho definidas, salários dignos, benefícios sociais e garantias de segurança no emprego, são essenciais para atrair e reter profissionais qualificados na docência. Esses direitos não apenas valorizam o trabalho dos professores, reconhecendo sua importância na sociedade, mas também garantem condições estáveis para que possam investir no aprimoramento contínuo de suas habilidades e conhecimentos, essenciais para uma educação pública de qualidade. A valorização da qualidade de vida, condições adequadas de trabalho e sólidos direitos trabalhistas são fundamentais para assegurar não apenas o bem-estar dos docentes, mas também a excelência do ensino na rede pública. Investir

nessas áreas não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia fundamental para o desenvolvimento educacional e social do país como um todo.

A hipótese de trabalho que construímos e que parcialmente buscou responder ao problema de pesquisa proposto foi de que, a concepção de qualidade de vida compreende uma infinidade de significados entre os sujeitos sociais, sendo um termo polissêmico. Todavia, em relação aos profissionais da educação, a concepção de qualidade de vida encontra-se associada, sobremaneira, às condições de trabalho, em particular, ao acúmulo das atividades – tanto no ambiente escolar quanto no ambiente privado. Assim sendo, acreditamos que as percepções dos docentes sobre qualidade de vida, em especial, daqueles afastados temporariamente de suas atividades por meio da licença médica, perpassa pelas suas experiências profissionais vivenciadas antes da identificação e/ou surgimento dos problemas de saúde, pelas suas experiências durante os processos de afastamento (momento que nos interessamos aqui) e pelo retorno ao ambiente escolar. Assim, suas percepções foram marcadas pelas suas experiências, memórias e expectativas.

Ao fim desta seção, esperamos ter apresentado aos leitores(as) o objeto central deste estudo, o problema de investigação que buscamos responder e quais foram os objetivos (geral e específicos) perseguidos nas seções posteriores. Além disso, julgamos ter demonstrado as relevâncias (pessoais, acadêmicas e sociais) desta investigação, a fim de justificarmos sua pertinência. No decorrer da **Introdução** tratamos brevemente do arcabouço teórico-metodológico que nos orientou ao longo da análise dos dados que foram produzidos, afiançamos que essa discussão se deu de modo preliminar, o que será discutido de forma mais ampla na seção do Referencial teórico-metodológico.

Consideramos que as discussões apresentadas até aqui apontaram para as naturezas qualitativa e retrospectiva desta investigação, tendo sido apresentada também nossa hipótese de pesquisa.

Na segunda seção, intitulada **Estado da arte sobre a qualidade de vida docente na Rede Estadual de Educação da Bahia**, apresentamos em linhas gerais alguns dos estudos selecionados, com base nos critérios de inclusão e exclusão, a fim de fornecerem suportes argumentativos para esta análise. O objetivo foi compreender os principais avanços no tocante às políticas públicas sobre condições de trabalho, promoção da saúde e acesso aos direitos trabalhistas dos servidores públicos estaduais da educação, no contexto baiano.

Esperamos demonstrar por meio dessa análise, quais são os principais desafios encontrados pelos(as) educadores(as) para acessarem seus direitos e garantir um tratamento médico, via licença trabalhista, possibilitando o reestabelecimento de suas capacidades laborativas, sem prejuízo à saúde dos trabalhadores.

Na seção **Referencial teórico-metodológico** discutimos as diversas concepções sobre qualidade de vida e os conceitos-chave (totalidade, mediação e contradição), à luz do materialismo histórico-dialético, que nos orientaram nas interpretações dos dados coligidos, dados esses que foram obtidos por meio do arrolamento da produção acadêmica sobre os temas (qualidade de vida, direitos trabalhistas e licença médica), dos marcos legais que garantem o afastamento (temporário) via licença médica aos(às) docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia. Ainda durante a terceira seção, tratamos dos instrumentos que foram produzidos e aplicados nas conversações interativo-provocativas.

Conforme acreditamos, demonstramos no decorrer dessa seção a pertinência dos conceitos-chave, dos instrumentos de coleta de dados e da metodologia empreendida, de modo a contribuímos com a discussão científica sobre a temática investigada.

Na quarta seção, cujo título é **Conjunto normativo sobre direito à licença médica e percepções dos(as) docentes afastados(as)** analisamos de modo histórico-crítico e dialético, quais são as normativas que orientam e garantem aos(às) educadores(as) da Rede Estadual de Educação da Bahia o direito à licença médica remunerada (temporária) para cuidados de saúde, tendo como baliza o princípio de qualidade de vida durante o tratamento.

Os marcos legais analisados no decorrer dessa última seção foram comparados com as percepções dos(as) colaboradores(as), a partir das experiências individuais, com o propósito de observarmos os desafios, as trajetórias e as contradições entre o prescrito e o praticado (totalidade), com ênfase nos papéis dos órgãos institucionais – em especial, seus respectivos em caráter de mediação entre direitos trabalhistas (infraestrutura) e interesses do Estado (superestrutura).

A quinta seção, intitulada **Percepções dos(as) docentes sobre qualidade de vida, adoecimento, tratamento e saúde**, foi dedicada ao aprofundamento da análise científica acerca das visões de mundo (ideologias e ideias em circulação) dos(as) docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia e de suas trajetórias e experiências profissionais, de modo a enfatizarmos as múltiplas perspectivas sobre qualidade de vida, qualidade de vida na *práxis* docente e a relação entre adoecimento/tratamento/cura.

Ao fim e ao cabo, esperamos ter analisado de forma crítica como os(as) educadores(as) da referida rede, dão significados às ideias, tendo como marcos suas ideologias, seus lugares sociais e suas experiências sociais e profissionais.

E finalmente, na seção **Considerações finais** retomamos o problema de investigação proposto, a fim de ratificarmos ou retificarmos a hipótese inicialmente proposta.

Reafirmamos nosso interesse em contribuir com a produção científica de temáticas relevantes como a *práxis* docente, a qualidade de vida, os direitos trabalhistas, as ideologias e os processos de adoecimento/tratamento/cura, tendo como base o contexto baiano, em especial, a Rede Estadual de Educação da Bahia. Além disso, esperamos que esta pesquisa desperte entre os(as) leitores(as) o interesse em ampliação dos estudos sobre as referidas temáticas, pois conforme defendemos de antemão, os resultados aqui obtidos constituem-se enquanto uma parcela de nossa realidade – realidade esta marcada por contradições, interesses políticos e econômicos e por lutas sociais em prol da melhoria das condições de vida e trabalho dos(as) educadores(as).

2 ESTADO DA ARTE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DOCENTE DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

Cabe ressaltarmos que este estudo se fundamentou na análise do conjunto da produção científica sobre a temática, logo, uma de suas justificativas se deu pelo fato de observarmos a escassez das investigações sobre qualidade de vida entre os educadores da Rede Estadual de Educação da Bahia. O resultado do levantamento bibliográfico resultou na localização de 22 trabalhos, dentre os quais encontram-se: 14 dissertações, uma tese e sete artigos científicos. A periodização desses estudos compreende os anos de 2002 a 2023, sendo que 63,7% foram defendidos e/ou publicados nos últimos cinco anos, ou seja, momento posterior às reformas educacionais dos anos finais da Educação Básica (modalidade do Ensino Médio), particularmente, no ciclo em que atuam os(as) colaboradores(as) que participaram desta pesquisa. Para a análise, realizamos a leitura dos resumos, das introduções e das considerações finais e/ou conclusões, nos casos de dissertações e teses; no tocante aos artigos científicos, os mesmos foram lidos na íntegra. Ambos os conjuntos foram agrupados a partir de suas temáticas e fragmentos foram recortados para subsídio desta investigação.

Ainda com relação aos resultados do levantamento bibliográfico e da análise preliminar, a partir da adoção dos critérios de inclusão e exclusão, observamos que a grande parte das dissertações (n. 14) e tese (n. 1) se originaram no campo da educação (80%, n. 12) e os demais no campo da saúde (20%, n. 3).

Dentre os diversos temas discutidos, observamos a prevalência das discussões sobre a qualidade de vida entre os profissionais da educação e os fatores que contribuem e/ou afetam na promoção da saúde ou adoecimento (Bondan, 2011; Tabelaio; Tomasi; Neves, 2011; Pinheiro, 2014; Davoglio; Lettnin; Baldissera, 2015; Wilberstaedt; Vieira; Silva, 2016; Tamiasso, 2017; Melo, 2017). Um dado imediato que despontou durante nossa análise preliminar das investigações foi a presença de diversas definições para a concepção de qualidade de vida. Consideramos, assim, ser esse um conceito polissêmico, uma vez que assume diversos significados, dentre os quais destacamos alguns deles, a fim de posteriormente conceituarmos ao nosso modo baseado nesses estudos.

Algo que tem sido pontuado pelos estudos sobre a relação entre qualidade de vida e condições de trabalho dos(as) profissionais da educação, refere-se ao aumento no número de investigações acadêmicas sobre a temática (Bondan, 2011; Tabelaio; Tomasi;

Neves, 2011; Davoglio; Lettnin; Baldissera, 2015), o que representa um avanço em meio às discussões sobre as políticas públicas educacionais de valorização da carreira profissional e promoção das estratégias políticas e pedagógicas para a melhoria da qualidade da educação pública (Antonini et al., 2022).

Segundo Bondan (2011, p. 67-68):

Os desafios do sistema educacional aliados às situações complexas e turbulentas que envolvem o alunado e suas famílias estão fazendo com que a escola contemporânea pense estratégias de trabalho que valorize o psicossocial, pois disso dependerá a qualidade de vida e a auto eficácia dos docentes e de todos os que fazem parte do contexto escolar.

Conforme é possível percebermos, a qualidade de vida é, segundo Bondan (2011), um dos elementos essenciais para o processo de ensino e aprendizagem, particularmente, na relação entre docente e discente, pois afeta diretamente na qualidade do ensino, promovendo, assim, o aprendizado significativo por parte do alunado. Colocamos em suspeita essa concepção, uma vez que, a partir de sua interpretação, depreendemos que a responsabilização pelo sucesso ou fracasso do ensino, compreendido enquanto “qualidade do ensino” recairia inteiramente na figura do(a) docente. Outro dado observado foi que ao longo da análise do supracitado estudo, notamos a ausência de uma conceituação do que o autor compreende enquanto qualidade de vida. Em sua tentativa de definição do que se entendia enquanto qualidade de vida, o autor considerou que:

A relação entre estresse, escola e saúde docente busca analisar a qualidade de vida no sentido das relações interpessoais, sociais e afetivas, atribuindo ao fator psicológico o comprometimento maior, pois é por meio da desordem emocional que o estresse se instaura no indivíduo, impedindo-o de dar continuidade a sua vida e incapacitando-o para o pleno desenvolvimento do seu ofício laboral. (Bondan, 2011, p. 34).

Estamos de acordo com Bondan (2011) ao considerar, a partir da relação entre estresse (fatores psicossociais), escola (condições de trabalho) e saúde (bem-estar físico e social), de que condições inadequadas de ensino e aprendizagem promovem o adoecimento psicológico dos profissionais da educação e, conseqüentemente, agem de modo negativo na promoção da melhoria da qualidade da educação pública oferecida aos discentes.

Em outros estudos, cujas temáticas relacionavam seus objetos específicos com a concepção de qualidade de vida, identificamos a existência de diversas definições, baseadas em obras e autores de referências e/ou agências e organizações internacionais.

Segundo Melo (2017, p. 26) a qualidade de vida encontra-se imbricada na própria concepção de saúde, sendo que a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu o conceito de saúde como sendo o estado de completo bem-estar físico, mental e social, ou seja, o conceito de saúde transcendeu a ausência de doenças, anteriormente adotado”.

Com base nas concepções de Melo (2017), a saúde é um aspecto da vida, diametralmente oposta aos aspectos como doença e morte. Para a promoção da saúde e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de existência, a saber, da qualidade de vida, é indispensável a busca por hábitos saudáveis ou bons hábitos. Assim sendo, a pesquisadora considerou que esses hábitos não devem fazer parte somente da rotina dos(as) educadores(as), tanto no exercício de suas atividades profissionais quanto no conjunto de suas ações individuais e privada. Conforme defendeu Melo (2017) a educação em saúde deve ser um conjunto de saberes devendo fazer parte da vida educacional dos sujeitos, presente em todas as etapas e ciclos formativos, compreendendo os primeiros anos do ensino básico e alcançando os cursos de formação profissional, uma vez que a qualidade de vida é um elemento essencial para a promoção de condições adequadas para o ensino e aprendizado.

Baseando-se na literatura acadêmica do campo da educação, Tamiasso (2017) ao seu modo também buscou relacionar a concepção de qualidade de vida com a definição clássica da OMS sobre saúde. O pesquisador buscou compreender como a relação estresse, ausência de qualidade de vida e altas jornadas de trabalho afetam diretamente nas condições de vida e trabalho dos educadores e, diretamente, afetam na qualidade do ensino.

[...] o indivíduo sob o estresse não consegue desempenhar suas funções de maneira tão produtiva quanto o seria numa situação contrária, por isso, a educação, enquanto sistema, falha ao delegar inúmeras tarefas ao professor, como: carga horária extensa, atividades e provas que são levadas para correção fora do horário de trabalho, atendimento a turmas com alunos defasados e indisciplinados, salário incompatível com o merecido, etc., gerando problemas na saúde e desempenho desse profissional. (Tamiasso, 2017, p. 15).

A relação entre qualidade de vida e qualidade de ensino, presente nos estudos citados anteriormente, encontrou-se presente também nas considerações de Pinheiro (2014, p. 15) ao afirmar que “[...] o professor tem sido acometido por diferentes transtornos/doenças repercutindo, assim, diretamente na qualidade do seu trabalho”. No tocante aos impactos da ausência de qualidade de vida no desempenho das atividades

laborais, o pesquisador aprofundou que estamos em um período de intensas e rápidas transformações sociais, dentre as quais a escola e o exercício da docência têm sido alvos.

De acordo com as definições e discussões elaboradas por Bondan (2011), Pinheiro (2014), Tamiasso (2017) e Melo (2017) depreendemos que a qualidade de vida é um dos fatores que impactam diretamente na qualidade do ensino, todavia, entendemos que a relação entre qualidade de vida (saúde) e condições de trabalho não podem explicar a totalidade do fenômeno que é a qualidade da educação, particularmente, da educação pública em nível do Ensino Médio. Consideramos ser de fundamental importância a busca das definições sobre saúde, doença, bem-estar e qualidade de vida entre os profissionais da educação da Rede Estadual da Bahia, uma vez que isso nos permite avançar na análise sobre o cenário educacional, sobretudo, acerca dos condicionantes que integram as condições de trabalho dos funcionários públicos da rede pública de educação do Estado da Bahia.

Partindo do reconhecimento da existência de diversas definições para a concepção de qualidade de vida, optamos em não elaborarmos um arcabouço explicativo apriorístico, mesmo que estejamos em sintonia com a definição defendida pela OMS¹. Logo, corroboramos com a afirmação de que:

O interesse pela vida na contemporaneidade e o desejo que as pessoas sentem em bem viver permitem superar as dificuldades conceituais e considerar os pontos objetivos que são importantes em um estudo acadêmico. Cabe considerar, também, os aspectos subjetivos com suas percepções igualmente significativas e, apesar de toda sua complexidade, é um tema atual e de extrema relevância em várias perspectivas, sobretudo no contexto da pandemia em que vivemos, desde 2020, e que tem afetado de forma direta os trabalhadores da educação. (Barros, 2022, p. 62).

Portanto, trabalhamos com as diversas definições de qualidade de vida que são expressas pelos(as) participantes desta pesquisa, sendo assim, um conjunto de informações de natureza polifásica, subjetiva e perspectivada.

De modo a ilustrarmos a complexidade existente no processo de relação entre saúde, doença, bem-estar e qualidade de vida, apresentamos adiante o esquema

¹ Segundo Barros (2022, p. 60), “Qualidade de Vida é considerada para a OMS como o ato de o indivíduo perceber sua própria existência em função de um conjunto de aspectos culturais e de valores estabelecidos diante da sua relação com seus objetivos, suas expectativas, suas preocupações e os padrões sociais”, logo, a definição clássica fundamenta-se no campo da saúde, todavia, não se restringe aos condicionantes de saúde, bem-estar, adoecimento e morte.

explicativo proposto por Wilberstaedt; Vieira; Silva (2016), de modo que podemos observar a proximidade e a interação entre esses elementos.

Figura 1 – Organograma sobre as interações entre saúde, doença, bem-estar e qualidade de vida:



Fonte: Wilberstaedt; Vieira; Silva, 2016, p. 229.

Conforme depreendemos a partir da análise do organograma, as fronteiras que delimitam cada aspecto da vida, tais como saúde e doença, por exemplo, encontram-se imbricados numa estreita simbiose e os limites são compostos por linhas tênues que impendem sua investigação individualizada. Ao tratarmos das percepções sobre qualidade de vida entre os(as) educadores(as), torna-se indispensável investigarmos também os pressupostos e as concepções sobre saúde, doença e bem-estar.

Segundo Cardoso, Nunes e Fagundes (2022) ao tentar compreender a qualidade de vida (QV) do professor, um observador superficial logo perceberia a complexidade de fatores envolvidos, contudo, no campo da pesquisa científica também partimos de concepções prévias de qualidade de vida, trabalho e ensino-aprendizagem. De forma geral, embora de maneira ainda um tanto desorganizada, no tocante a qualidade de vida e trabalho docente, é possível considerar elementos como bem-estar, saúde, energia, realização, longevidade, plenitude, reconhecimento social e como eles se manifestam nas relações familiares, no ambiente de trabalho e nas demais esferas da vida social.

Ademais, encontramos estudos que trataram da qualidade de vida, das condições de trabalho e do adoecimento laboral, cuja reunião privilegiou aqueles que trataram no contexto da Educação Básica pública e com ênfase nos profissionais que atuam no Ensino Médio. Neste conjunto destacamos os estudos dedicados ao tema do adoecimento laboral no campo da educação (Ferreira, 2008; Ferracciu et al., 2015; Rocha et al., 2017; Pugas, 2018; Nogueira; Medeiros, 2018; Moura, 2020; Horner, 2021) e dos condicionantes presentes nas condições de trabalho que promovem a saúde e/ou o adoecimento (Gomes, 2002; Almeida, 2020; Castro Neta, 2020; Bandeira, 2021; Antonini et al., 2022; Sena, 2022; Seixas, 2023). Em ambos os conjuntos percebemos novamente a existência de múltiplas definições para as concepções de saúde, doença, bem-estar e adoecimento. Em vista disso, optamos novamente em não elaborarmos uma definição apriorística acerca dos conceitos, porém, buscamos identificar entre os(as) colaboradores(as) quais são suas percepções sobre essas ideias, de modo a evidenciarmos a variedade de sentidos e significados em circulação, a complexidade e polifasia cognitiva.

No que diz respeito aos fatores causadores do adoecimento ocupacional entre os(as) profissionais da educação, Ferreira (2008) constatou o aumento no número de estudos que apontam para o processo, contudo, pontuou a exiguidade de pesquisas e experimentos que identifiquem os agentes causadores, com vista à elaboração de protocolos de controle e erradicação, via a criação de políticas públicas educacionais de melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos(as) educadores(as). De acordo com a pesquisadora: “[...] as patologias responsáveis pelos afastamentos dos professores de suas atividades, são amparadas legalmente, sendo reconhecido inclusive benefícios de várias categorias na dependência dos quadros clínicos em que as doenças apresentam repercussões clínicas” (Ferreira, 2008, p. 10).

Ferreira (2008) propôs uma tipificação, com base na gradação de risco à integridade física, psicológica e social do(a) docente, dos fatores que promovem ou impedem à promoção da saúde, do bem-estar e do adoecimento. Em seu programa, os fatores são classificados em: não insalubres, insalubres, penosos ou perigosos. Ainda de acordo com a pesquisadora, somente a partir da aplicação dessa tipificação é possível qualificar o adoecimento do profissional da educação como sendo uma doença de fundo ocupacional ou não. Todavia, Ferreira (2008) não desconsiderou as influências desses fatores nos casos em que a patologia em questão for de natureza genética, congênita e/ou

crônica, ou seja, sua origem, incidência, desenvolvimento/evolução e tratamento/cura independem das atividades laborais e das condições de vida e trabalho.²

Diante dos diversos estudos sobre qualidade de vida, além do crescente número de estudos referentes ao trabalho docente, achamos pertinente incluir a discussão de Nahas (2017) de que a subjetividade do docente em compreender a saúde, o adoecimento, a doença e o tratamento dependem de fatores socioambientais e individuais, que fomentam a produção de significados e desencadeiam a elaboração de suas visões de mundo sobre o que é qualidade de vida.

Figura 2 – Representação do processo de elaboração da ideia de qualidade de vida:
QUALIDADE DE VIDA: UM MODELO CONCEITUAL



Fonte: Nahas, 2017, p. 16.

A qualidade de vida, aqui, deverá ser pensada enquanto um conjunto de elementos que atuam na construção das percepções dos sujeitos sobre saúde, bem-estar, condições de vida e trabalho, adoecimento físico, mental e laboral, tratamento, prevenção, cura e uma série de outros estágios da vida humana (Nahas, 2017). Essa concepção, pensada a

² Todavia, chamamos atenção para as considerações de Pugas (2018, p. 34) de que muitas das doenças laborais ou mesmo os impactos das condições de trabalho no processo de adoecimento e agravamento das doenças não laborais podem, à primeira vista, não serem considerados ou ignorados, pois suas interferências ocorrem ao longo prazo, uma vez que “os fatores de risco específicos para cada caso nem sempre são identificados, mas as consequências são registradas e atendidas em função dos sinais e sintomas. Doenças relacionadas ao trabalho, no seu início, podem ser confundidas com outras doenças comuns, dificultando o estabelecimento desta interrelação, postergando o processo de vigilância em saúde”. Além disso, o pesquisador identificou uma série de patologias que tem alta incidência entre os(as) docentes, sendo que “[...] os afastamentos e incapacidades associadas aos profissionais de ensino estão relacionados aos transtornos mentais e comportamentais principalmente depressão, transtornos de ansiedade, estresse, transtorno de pânico, transtorno de humor, transtorno afetivo bipolar, dependência do álcool, doenças do aparelho respiratório e doenças do sistema osteomuscular”.

partir da filosofia holística, consubstancia nossa defesa da importância de uma análise crítica da totalidade, por meio de bases conceituais que nos desvelem as contradições do mundo do trabalho e nas relações entre Estados e classe trabalhadora. As mediações que são feitas pelos órgãos da burocracia estatal, garantindo condições adequadas para o acesso aos direitos trabalhistas; e a realidade por traz do adoecimento docente durante o tratamento, visto como reflexo do fracasso das políticas públicas neoliberais, que retiraram direitos importantes ao mesmo tempo em que acentuou ainda mais as condições já precárias dos trabalhadores da educação.

Outro aspecto que observamos no conjunto dos estudos selecionados foi a existência de diversos agentes causadores do adoecimento laboral entre os educadores, dentre os quais Gomes (2002) destacou: a jornada de trabalho, particularmente, o tempo adicional e não remunerado gasto com as atividades, os planejamentos, as elaborações dos materiais didáticos e paradidáticos utilizados nas aulas, os relatórios e documentos pedagógicos suplementares; as adaptações das ementas e atividades/tarefas, à luz das reformas educacionais, dos Projetos Políticos e Pedagógicos (PPP), dos itinerários formativos e dos “novos” programas curriculares; as altas cargas horárias de trabalho, as distâncias percorridas entre as habitações e as unidades escolares, os meios de transportes utilizados, as condições físicas e arquitetônicas dos espaços para o ensino, o repouso, o planejamento e o atendimento aos discentes, pais/mães e/ou responsáveis legais; as barreiras no uso das novas ferramentas digitais de ensino; a aumento de casos envolvendo violência física e verbal no ambiente da sala de aula.

Nessa linha argumentativa afirmamos que as condições de trabalho estão entre os fatores que interferem diretamente na qualidade de vida dos(as) profissionais da educação, ademais, consideramos a profissão enquanto uma das carreiras que oferecem risco à saúde e ao bem-estar dos sujeitos, pois “a profissão docente é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das mais estressantes pois ensinar se transformou numa atividade desgastante, com repercussões na saúde física, mental, além do desempenho profissional” (Horner, 2021, p. 12).

Em consonância com essas ideias, Bandeira (2021) afiançou que o processo de adoecimento laboral pelo qual está exposto o(a) educador(a) deve ser interpretado a partir da relação entre condições de trabalho, precarização social da carreira docente e adoecimento psíquico, uma vez que esse tem sido identificado enquanto um dos conjuntos

patológicos de maior incidência entre os(as) profissionais da educação³. Logo, com base na concepção de causa e efeito, o adoecimento psicológico do(a) educador(a) é explicado a partir da incidência de três agentes causadores: “[...] o rebaixamento salarial, a desvalorização social da profissão e a desqualificação profissional” (Bandeira, 2021, p. 50).

Com base no esquema explicativo proposto por Bandeira (2021), a avaliação dos condicionantes econômicos e políticos não podem ser desconsiderados na análise sobre a qualidade de vida e as condições de trabalho dos(as) educadores(as).

Segundo Castro Neta (2020), com quem estamos de acordo, a promoção da saúde entre os profissionais da educação é um fator primordial no processo de valorização da carreira docente, portanto, pensar e analisar as concepções de qualidade de vida entre os(as) educadores(as) se mostra enquanto um objeto relevante, uma vez que está diretamente relacionado com melhoria das condições de trabalho e com a qualidade da educação básica e pública.

A relação entre adoecimento, sobretudo, mental, com as condições de trabalho, particularmente, com os condicionantes como carga horária e acúmulo de tarefas e funções, deve ser feita sem desprezarmos as aspirações e as percepções dos(as) profissionais da educação, entendemos que, na análise dos fatores que promovem a saúde e o bem-estar devemos incluir as realizações pessoais e profissionais, o alcance ou não das metas (pessoais e institucionais), a alteridade e o grau de satisfação com os cargos e as funções, tal como defendido por Sena (2022).

Essa concepção do professor ter que evidenciar competência e eficiência a fim de responder aos padrões de qualidade do mercado, pode fazer com que competitividade adentre os muros da escola e o individualismo tome o lugar do trabalho coletivo proposto pela gestão participativa. Além disso pode desencadear em excesso de trabalho docente, o que pode gerar o adoecimento através do stress, nervosismo, depressão e ansiedade. Outro sentimento gerado por tal condição é a frustração por não corresponder às demandas que se sobrepõem à docência. (Sena, 2022, p. 95).

³ Sobre os altos índices do adoecimento mental entre os(as) profissionais da educação, em um estudo desenvolvido com 58 profissionais, vinculados às unidades escolares das três entidades federativas (municipal, estadual e federal), todas localizadas no município de Itapetinga-BA, Moura (2020) considerou que o adoecimento mental não pode ser explicado apenas com base nas condições de trabalho, uma vez que sua incidência e desenvolvimento depende da junção de diversos fatores biológicos, econômicos e socioculturais. Todavia, seu estudo demonstrou que entre os(as) educadores(as) predomina a concepção de que as condições de trabalho é o fator de maior peso no processo de adoecimento mental, conforme concluiu a partir dos relatos que coletou. Resultado similar ao encontrado por Seixas (2023) em sua investigação feita no município de Santa Maria da Vitória - BA.

Ainda de acordo com Sena (2022), mediante às novas mudanças na ordem mundial de produção do capital, as escolas e os educadores têm se deparado com condições precárias, desiguais e desafiadoras. As lógicas presentes no mercado de produção, cuja orientação ideológica se inscreve nos valores defendidos e promovidos pelo neoliberalismo econômico, adentraram o ambiente escolar, especialmente, no tocante ao sucesso profissional e financeiro (empreendedorismo e/ou profissionais de elevado *status* social), à competitividade e à inovação, assim, “nessa conjuntura, as investidas sobre a profissão do professor evidenciam-se na responsabilização do mesmo pelo sucesso e/ou insucesso de seus alunos, alterando a percepção e o significado do que é ser professor”.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1995, s.p.), qualidade de vida pode ser definida como “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Nota-se aí uma relação entre os aspectos objetivos e subjetivos, no qual “Humanizar a saúde e a qualidade de vida não significa somente acrescentar anos às vidas dos sujeitos, mas acrescentar vida aos anos (Fleck et al., 1999). Ou seja, não basta aumentar a expectativa de vida, mas melhorar a qualidade dos anos vividos”.

Na figura 3 apresentamos uma das definições e os supostos “passos” que podem ser adotados pelos(as) sujeitos para melhorarem suas respectivas qualidades de vida:

Figura 3 – Definição de qualidade de vida segundo o Ministério da Saúde, do Brasil, a partir da OMS:

Qualidade de vida em 5 passos

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, qualidade de vida é "a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". Envolve o bem estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e, também, saúde, educação, habitação saneamento básico e outras circunstâncias da vida.

Passo 1

Adote hábitos saudáveis: alimente-se de maneira saudável; não fume; evite café e bebidas alcoólicas em excesso; não dirija após ingerir bebida alcoólica; procure dormir 8 horas diárias; faça atividades esportivas e de lazer regularmente; resolva problemas de forma racional, encarando-os positivamente; administre seu tempo realizando uma atividade de cada vez; cultive o bom humor.

Passo 2

Trabalho: programa e tire férias anuais; não leve serviço para casa; mantenha o ambiente de trabalho limpo, iluminado, ventilado, sem cigarros, poluição ou barulho excessivo; em momentos de tensão faça um relaxamento com respiração lenta e pausada.

Passo 3

Esporte e lazer: faça 30 minutos diários de atividade física, de forma contínua; suba e desça escadas em vez de usar elevador; nos momentos livres faça caminhada, pratique esportes, dance; escute música; faça passeios ao ar livre; saia com amigos e família; reserve um tempo só para você.

Atividades físicas proporcionam benefícios físicos e psicológicos, tais como: controle do peso corporal; controle dos níveis de glicose, de colesterol, da pressão arterial; melhora a mobilidade das articulações; aumento da densidade óssea (previne a osteoporose); aumento da resistência física; ajuda no controle da depressão; melhora a qualidade do sono; mantém a autonomia; evita o isolamento social; alivia o estresse; aumenta o bem-estar; melhora a auto-imagem e a auto-estima.

Lembre-se: antes de iniciar a prática de exercícios físicos, procure orientação profissional e passe por uma avaliação médica.

Passo 4

Cuidado com o sol: busque as horas mais frescas do dia e evite exposição prolongada ao sol; use sempre protetor solar nas áreas expostas ao sol; use óculos escuros e roupas claras, chapéu ou boné para proteger-se.

Passo 5

Alimentação: faça, no mínimo, cinco refeições ao dia (café da manhã, lanche, almoço, lanche e jantar); coma frutas, legumes e verduras variados diariamente; evite refrigerantes e salgadinhos; beba pelo menos dois litros (6 a 8 copos) de água por dia; faça as refeições em ambiente calmo e nunca assistindo televisão; evite comer em excesso quando estiver nervoso ou ansioso.

Fonte: Brasil; Ministério da Saúde, 2013.

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2013, s.p.), a OMS caracterizou a qualidade de vida como sendo uma visão mais ampla do indivíduo acerca de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações, ou seja, percepções de natureza subjetiva, além disso, a qualidade de vida estaria diretamente relacionada às percepções que os sujeitos têm acerca de suas condições de vida, suas relações interpessoais e com os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais em que se encontram inseridos(as). Ainda segundo a definição proposta pelo OMS, a qualidade de vida “[...] envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional [ambiental], além de relacionamentos sociais, como família e amigos e, também, saúde, educação, habitação

saneamento básico e outras circunstâncias da vida” (Brasil; Ministério de Saúde, 2013, s.p.).

Partindo dessa definição e buscando ampliar nossa contribuição ao debate, incluímos entre os fatores, o bem-estar ambiental e político, uma vez que acreditamos serem esses atributos relevantes nas percepções que os sujeitos trazem acerca de suas condições materiais, estruturais e subjetivas. Consideramos, assim, que ambientes insalubres e contexto econômicos e políticos instáveis, promovem sensações que variam, desde a incerteza até mesmo o adoecimento físico e mental.

Observamos, com base na definição apresentada acima que, a qualidade de vida não é um dado estático, pois está diretamente relacionado à percepção que os sujeitos fazem acerca de suas interações interpessoais e grupais. Neste sentido, ao empreendermos este estudo sobre as percepções que os(as) docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia trazem sobre suas experiências, ao longo dos processos de afastamento (temporário) de suas *práxis* docentes, tivemos em vista a complexidade, a polissemia e as subjetivações inerentes à ideia de “qualidade de vida”.

Figura 4 – Concepção de qualidade de vida em relação aos seus antônimos:

QUALIDADE DE VIDA	
Parâmetros Socioambientais	Parâmetros Individuais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Moradia, transporte, segurança ▪ Assistência médica ▪ Condições de trabalho e remuneração ▪ Educação ▪ Opções de lazer ▪ Meio ambiente ▪ Cultura ▪ Vida comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Hereditariedade ▪ Percepção dos parâmetros socioambientais ▪ Estilo de Vida: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Hábitos alimentares ▪ Controle do Estresse ▪ Atividade Física Habitual ▪ Relacionamentos ▪ Comportamento Preventivo

Fonte: Nahas, 2017, p. 16.

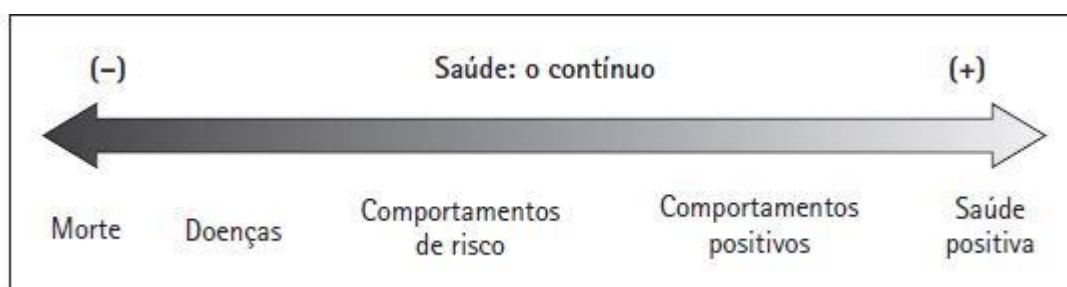
Segundo Nahas (2017) a qualidade de vida abrange diversas esferas da vida humana, pois sua concessão só é possível a partir da junção de seus diversos elementos e compreendê-los de modo integrado e auto dependentes entre si. Em seu conjunto de argumentos, defendeu que a concepção de qualidade de vida está localizada em um polo oposto ao que mais temor nos causam na vida: adoecimento, morte, desemprego, miséria,

guerra, medo etc. Na imagem anteriormente apresentada foi possível encontrarmos elencados os fatores sociais e ambientais e acrescidos a eles os parâmetros individuais, sendo essa a oposição complementar entre o particular e o coletivo.

Segundo o autor, são por meio dessas interações que podemos entender a subjetivação humana em considerar o que é qualidade de vida, diante do afastamento médico para tratamento de problemas de saúde. Logo, a saúde é um dos fatores de destaque ao pensarmos a qualidade de vida e as representações que os trabalhadores da educação dispõem sobre seu significado.

Ainda de acordo com Nahas (2017), a percepção da saúde se apresenta muitas vezes nas visões dos sujeitos acometidos por doenças, de forma muitas vezes opostas entre a saúde e a morte. Na imagem seguinte é possível vermos representado como seria esse espectro:

Figura 5 – Representação da saúde por meio da concepção de qualidade de vida:



Fonte: Nahas, 2017, p. 22).

Tal como todos os elementos que compõe os fatores ambientais, sociais e individuais, somam-se às concepções que também são perpassadas por representações diversas sobre o que é saúde, bem-estar, adoecimento, doença e morte. Logo, a subjetividade é um aspecto imprescindível de ser considerado em nossa análise e intervenção do contexto social que estamos observando, analisando, atuando ou vivendo.

Portanto, não pode ser admitida a existência de uma definição unitária acerca da ideia de qualidade de vida, pois a mesma resulta das visões de mundo que os(as) docentes colaboradores(as) fazem de acordo a realidade (totalidade) que os(as) rodeiam. Todavia, trazemos em nosso entendimento algumas definições próprias sobre fatores que interferem – direta e indiretamente – na qualidade de vida, a fim de estabelecermos, ao nosso modo, um arcabouço teórico-metodológico explicativo (histórico-crítico e dialético) capaz de subsidiar as interpretações que fizemos ao longo desta pesquisa, em

especial, durante os estágios de elaboração dos instrumentos (coleta de dados), das conversações interativo-provocativas e análise das informações coligidas.

Por esta razão, uma das primeiras considerações que faremos acerca das múltiplas definições sobre qualidade de vida é de que, a sua significação está diretamente relacionada aos contextos sociais (estruturas e infraestruturas) brasileiro – em constante processo de transformação e metamorfose – e com as experiências individuais (percepções, ideologias, consciência de classe e engajamento político) dos(as) docentes que colaboraram com este estudo. Deste modo, corroboramos com a definição de qualidade de vida que foi estabelecida pela OMS e pelo Ministério da Saúde, sobretudo, por entender o relevo da subjetivação humana; ademais, conforme dissemos anteriormente, estabelecemos entre os fatores que caracterizam o bem-estar, a importância dos contextos social, político, econômico, profissional e ambiental.

Concordamos com Gomes et al., (2017) de que a qualidade de vida e a qualidade de vida dos docentes em seus respectivos postos de trabalho representam dois estágios cujo limite é marcado por uma linha demasiadamente tênue. Portanto, precisamos entender enquanto polissêmico e complexo a definição do que se entende enquanto qualidade de vida, uma vez que:

Essa percepção de QV varia de indivíduo para indivíduo, dependendo dos objetivos, das perspectivas e dos projetos de vida de cada um, devendo ser mensurada a partir da correlação entre os aspectos objetivos — caracterizados como a qualidade do ar, o nível educacional e o socioeconômico — e os subjetivos — caracterizados como longevidade, saúde física e mental, competência social, satisfação com a vida, produtividade, status social, remuneração, meio ambiente e relações sociais. O conjunto de tais elementos deve atingir um nível esperado pelo indivíduo, atendendo às expectativas e aos objetivos do mesmo, além de proporcionar satisfação e bem-estar. (Gomes et al., 2017, p. 19).

Segundo esse entendimento existem diversos indicadores individuais e sociais que determinam a qualidade de vida, variando a depender das origens, das regiões, localidades, experiências e inúmeros outros aspectos que constituem as particularidades de cada sujeito que vivem em coletividade. Ainda de acordo com o estudo de Gomes et al. (2017, p. 20) somados aos fatores que promovem o adoecimento mental em nível comum, aqueles que afetam diretamente todos os indivíduos em escala global, aos docentes recaem ainda as cobranças sobre qualificação profissional constante, novas competências, avaliações periódicas dos discentes e do corpo administrativo da instituição, relações interpessoais, produção científica, logo “a profissão docente é uma

das que mais sofre com o estresse e outras síndromes, como as osteomusculares, acarretando sérios agravos à QVT (Qualidade de vida no trabalho) e, conseqüentemente, à QV desses profissionais”.

Com base nessas considerações, pressupomos que o tema aqui investigado se faz importante, uma vez que não encontramos nenhum trabalho que versa sobre a qualidade de vida do docente adoecido durante o processo de afastamento nas plataformas CAPES, SciELOBrazil, BDTD/IBICT e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd/UESB). Dessa forma, percebemos a relevância da pesquisa para a comunidade científica, assim como uma forma de valorização do profissional de educação da Rede Estadual da Bahia. O resultado das buscas nos revela que os estudos feitos nos últimos 20 anos, abordam o adoecimento docente como fator que interfere diretamente na qualidade da educação básica. Observa-se também que tem se dado maior importância ao fator qualidade de vida e qualidade de vida docente como coeficientes imprescindíveis nesse processo e que em sua ausência podem contribuir para uma educação pública insuficiente.

Todavia, na análise dos estudos encontrados, nos chamou atenção à ênfase dada às doenças e aos processos de adoecimento e tratamento. Grande parcela dos estudos encontrados devotou suas atenções às patologias de ordem: psicológica, tais como ansiedade, estresses e depressão; fisiológica, por exemplo, problemas fonológicos, dentre os quais os temas prevaletentes foram a perda da capacidade de fala ou comprometimentos temporários e/ou permanentes da voz; e, os problemas de ordem biopsicossociais, em que se encontram presentes diversos transtornos, fobias, síndromes etc.

Ao fazermos essa averiguação, constatamos o aumento dos estudos que tratam do docente adoecido com interesse sobre a temática qualidade de vida, porém não quando se refere ao afastamento para tratamento da saúde, sobretudo, sobre suas percepções a respeito de qualidade de vida durante o processo de afastamento e as implicações para o tratamento da doença.

3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, elaborada a partir da colaboração dos docentes vinculados à Rede Estadual de Educação da Bahia, cujos regimes de trabalho variam de acordo com os vínculos profissionais. Logo, tivemos o cuidado de matizar a concepção de qualidade de vida, à luz das percepções dos profissionais da educação, que atuam no sistema público estadual, mas se encontram afastados de suas atividades, por meio da licença médica.

Dentre os anseios investigativos encontram-se o interesse em conhecermos os processos, particularmente, as dificuldades encontradas pelos educadores, desde a identificação de suas patologias até a consecução de seu direito de afastamento; ademais, buscamos apresentar as experiências individuais, por meio de seus relatos, a fim de enfatizarmos quais eram suas impressões sobre os critérios legais que garantem o afastamento; por fim, mas não menos importante, elaboramos um panorama geral sobre as representações que esses educadores têm sobre qualidade de vida, condições de trabalho, saúde, doença ocupacional e direito à licença médica.

Assim sendo, sentimos a necessidade de cotejarmos a literatura acadêmica, particularmente, no campo da educação, referente às temáticas sobre trabalho, saúde e adoecimento ocupacional. Neste sentido, recorreremos aos cânones e intérpretes do materialismo histórico-dialético, por acreditarmos que a referida corrente teórico-filosófica atende aos nossos anseios investigativos, logo, buscamos aprofundar nosso entendimento acerca de alguns dos conceitos norteadores do MHD, a exemplo das noções de totalidade, mediação e contradição. Em seguida, tratamos de relacionar essas noções com a concepção polissêmica de qualidade de vida.

No tocante à seleção do método para elaboração dos dados, tendo como base os(as) profissionais afastados(as) de suas atividades por meio da licença médica, elegemos a conversa interativo-provocativa como sendo a estratégia mais adequada, uma vez que a referida metodologia garantiu uma aproximação entre as partes envolvidas com a investigação; além de permitir tecermos interpretações sobre os dados levantados, em que as percepções individuais são compreendidas como representações objetivas da aparência da realidade, estando presente as contradições entre o prescrito e o praticado, entre as partes e o todo, entre o subjetivo e o concreto, entre o individual e o coletivo.

Assim sendo, buscamos ao longo desta seção discutir quais são as relações entre o objeto de investigação, a saber, a qualidade de vida entre os professores da Rede Estadual de Educação da Bahia que atuam nas unidades escolares de Vitória da Conquista - BA, especificamente, os profissionais que se encontram afastados de suas atividades por meio de licenças médicas, com os conceitos acima expostos. Após realizada essa discussão, apresentamos também o conjunto documental complementar que selecionamos para esta análise, de modo a relacionarmos as fontes, os conceitos, os procedimentos metodológicos e resultados preliminares que sustentam alguns dos pressupostos aqui levantados.

Logo, dentre as etapas de investigação que compõe esta seção encontram-se: a pesquisa e análise bibliográfica da produção científica acerca dos três eixos temáticos (qualidade de vida; totalidade, mediação e contradição no seio do MHD; pressupostos teórico-metodológicos da conversa interativo-provocativa); exposição do conjunto documental suplementar (normas jurídicas) e dos critérios para coleta dos dados, apresentação dos instrumentos para produção dos dados e, identificação dos procedimentos para tratamento, análise e interpretação dos dados; a problematização sobre a relação entre arcabouço teórico-metodológico (MHD e conversa interativo-provocativa), os dados produzidos (relatos e dados etnográficos) e o conjunto legal que versa sobre os direitos trabalhistas, em especial, acerca da licença médica.

Durante a etapa de busca, arrolamento e análise da produção científica sobre os três eixos temáticos, de modo similar ao que realizamos durante a composição do estado do conhecimento, utilizamos enquanto bancos de dados os três repositórios digitais: o Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, o acervo de Dissertações e Teses do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UESB) e o SciELO Brazil – Scientific Electronic Library Online. Os marcadores aplicados nos referidos repositórios foram os seguintes: “Qualidade de vida na docência”; “Qualidade de vida entre professores”; “Qualidade de vida entre educadores”; “Qualidade de vida e condições de trabalho na docência”; “Qualidade de vida e condições de trabalho entre professores”; “Qualidade de vida e condições de trabalho entre educadores”; “Conceito de totalidade para o Materialismo Histórico-Dialético”; “Conceito de mediação para o Materialismo Histórico-Dialético”; “Conceito de contradição para o Materialismo Histórico-Dialético”; “Conceito de totalidade para o marxismo”; “Conceito de mediação para o marxismo”; “Conceito de contradição para o marxismo”; “Conversa interativo-provocativa”; “Método de Conversa interativo-provocativa”; “Princípios da Conversa interativo-

provocativa”; “Referencial teórico-metodológica da Conversa interativo-provocativa”. Os diversos materiais localizados, dentre os quais destacamos artigos científicos, Dossiês temáticos de revistas, Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), livros, capítulos de livro, Dissertações e Teses, foram localizados a partir de seus respectivos títulos e posteriormente foram selecionados ou descartados, tendo como base a leitura prévia de seus resumos; os estudos selecionados foram armazenados em pasta única depois de realizado os seus *downloads*.

A fim de melhor encaminharmos a compreensão de nossas discussões, ordenamos esta seção teórico-metodológica da seguinte maneira: iniciamos pela discussão sobre Qualidade de vida, a fim de entendermos melhor quais são os parâmetros e critérios que a define; posteriormente tratamos dos conceitos-chave de totalidade, mediação e contradição, de modo a relacionarmos o objeto de estudo com os dados coligidos durante as etapas de coleta de informações; por último tratamos do método da conversa interativa provocativa, a fim de melhor situarmos os leitores aos pressupostos teórico-metodológicos que orientam esta investigação.

De modo a conferir uma organicidade às múltiplas discussões reunidas aqui, nos itens seguintes iniciaremos as discussões sobre o arcabouço teórico-metodológico dos três principais eixos temáticos; em seguida trataremos dos instrumentos, sua aplicação e desdobramentos; finalizando esta seção com a relação entre objeto, conceito e conjunto documental.

3.1 Arcabouço teórico-metodológico

3.1.1 Qualidade de vida, saúde, adoecimento e docência

Consideremos que nos últimos anos a temática da qualidade de vida, em associação às condições de trabalho docente, tem ganhado espaço nas agendas de pesquisa. Todavia, o estudo dessa relação impõe alguns desafios, tais como “[...] (1) defini-la [qualidade de vida] como construto conceitual e operacional, a partir de sua natureza latente e (2) buscar formas de mensurá-la por meio de metodologias adequadas” (Davoglio; Lettnin; Baldissera, 2015, p. 147). Além disso, não podemos perder de vista que a temática da qualidade de vida, em associação às condições de trabalho docente, perpassa pelo tema do adoecimento laboral, cujos primeiros estudos surgiram na década de 1990.

Assim sendo, temos defendido até aqui que a qualidade de vida é uma concepção que adquire diversos significados, uma vez que perpassa por aspectos econômicos, políticos, socioculturais e subjetivos. Ao se tratar dos significados atribuídos à qualidade de vida entre os profissionais da educação, dentre os aspectos observados encontram-se as condições para o exercício profissional, particularmente, a jornada de trabalho, em outros termos, a carga horária. Corroboramos com Almeida (2020, p. 113) ao afirmar que “quando se discute condições de trabalho docente, não tem como desvincular a jornada de trabalho da qualidade de vida do professor”, logo, o volume de tarefas, as funções exercidas, tanto no ambiente escolar quanto nos ambientes privados, associados aos resultados dessas atividades, implicam em fatores responsáveis pela promoção da qualidade de vida ou para o adoecimento ocupacional. Assim sendo, a pesquisadora advertiu que:

A ampla carga horária, indisciplina dos alunos, ausência do acompanhamento familiar, burocratização do ensino, salas superlotadas, são alguns dos desafios da rotina do professor que podem gerar cansaço, estresse e outras doenças que, em casos mais graves conduzem comportamentos depressivos e esgotamento profissional. (Almeida, 2020, p. 113-114).

Neste sentido, as condições de trabalho, no âmbito da carreira docente representa um dos aspectos estruturantes da qualidade de vida, saúde e/ou adoecimento (Almeida, 2020; Castro Neta, 2020; Moura, 2020; Sena, 2022; Barros, 2022; Seixas, 2023). Dentre os problemas de saúde provocados pelas condições precárias no exercício profissional da docência, Moura (2020), Castro Neta (2020) e Seixas (2023) identificaram o aumento dos transtornos mentais. De acordo com Moura (2020), o conjunto de fatores que caracterizam o processo de precarização das condições de trabalho comporta uma série de variáveis, dentre as quais apontou:

[...] aumento ou excesso de carga horária na jornada de trabalho; mudança de local de trabalho; falta de estrutura física e funcional; violência no contexto escolar; falta de inovação; falta de apoio por parte da gestão escolar; falta de equipe multidisciplinar; inclusão; falta de tempo para planejamento; salas superlotadas; limitações por questões psicológicas, emocionais e mentais dos professores; limitações por questões de saúde do professor; indisciplina e desrespeito dos alunos; falta de compromisso e participação das famílias dos alunos; dificuldade de aprendizagem por parte dos alunos; remuneração digna – baixos salários; desvalorização e o não reconhecimento do trabalho do professor; falta de interesse por parte dos alunos; diversidade de alunos; falta de meta pedagógica; dificuldade para desenvolver ações coletivas; desvio/reassunção/readaptação de função; descaso com o professor; cansaço mental; perseguição política; mudança de disciplina;

condições de trabalho inadequadas; e conflitos interpessoais no ambiente de trabalho). (Moura, 2020, p. 140-141).

Vale ressaltar que para a caracterização das condições de trabalho, tanto em adequadas quanto inadequadas, não dependem da incidência de todas as variáveis descritas, pois, assim como a concepção de qualidade de vida, as definições de condições adequadas ou não para o exercício profissional da docência, perpassa também pelas percepções subjetivas de cada um dos educadores. Contudo, para que o ambiente e as condições encontradas por esses profissionais sejam qualidades enquanto adequadas ou inadequadas, a ocorrência de um desses fatores é o suficiente para sua qualificação.

Ademais, concordamos com Castro Neta (2020) de que o adoecimento ocupacional não é um fenômeno restrito à categoria docente, sendo esse um processo global, fruto das transformações sofridas no seio do capitalismo moderno, sobretudo, a partir da década de 1990 com a expansão dos valores ideológicos do neoliberalismo. Neste sentido, as condições de trabalho em associação à qualidade de vida dos profissionais da educação e ao adoecimento dessa categoria profissional, se inscrevem no quadro geral da precarização das condições de trabalho. Sobre este aspecto, a pesquisadora afirmou que:

As implicações mais recentes das transformações do modo como o capital se reproduz historicamente, com ênfase nas políticas neoliberais, são: flexibilização de contratos e direitos trabalhistas; fragilização de sindicatos e de outras formas de organização política da classe trabalhadora; intensificação do trabalho; terceirizações; privatizações de empresas estatais; redução de gastos públicos com saúde, transporte, educação; redução ou não realização de concursos públicos, etc. Essas consequências, por seu turno, promovem diversas formas de sofrimento e adoecimento. As condições de trabalho interferem na saúde do corpo; já o sofrimento mental é resultante principalmente da organização do trabalho. (Castro Neta, 2020, p. 162).

Por conseguinte, condições de trabalho, suas implicações com a qualidade de vida dos docentes e seus desdobramentos na promoção da saúde e/ou adoecimento, integram fatores de ordem individual e social. Em um estudo de abrangência nacional, com uma amostragem de 1.789.651 professoras e 439.618 professores da Educação Básica, Assunção (2019, p. 1) constatou que os “[...] lapsos na consecução dos planos e direções no que diz respeito à relevância da valorização destes profissionais para os objetivos educacional” despontou como sendo um dos fatores mais decisivos no processo de adoecimento ocupacional. Ademais, a pesquisadora considerou que entre os profissionais com maiores níveis de formação profissional, os índices de adoecimento são menores, as

condições de trabalho e vida mais adequadas e os ganhos médios são maiores, assim sendo, essas características se destacariam enquanto estratégias de promoção da qualidade de vida e da melhoria das condições de trabalho, defendeu a criação de políticas públicas educacionais de formação continuada (Assunção; Abreu, 2019).

Pinheiro (2014) em seu estudo sobre as consequências do adoecimento laboral, entre os educadores do Ensino Médio, para as práticas educativas, afirmou que as condições inadequadas de trabalho afetam decisivamente na qualidade do ensino e do aprendizado, e conseqüentemente, geram frustrações, sentimentos de fracasso e baixa autoestima, acarretando a diminuição da qualidade de vida desses profissionais.

É importante salientar que saúde não é sinônimo de ausência de doenças e que tanto uma (saúde), quanto a outra (doença) ocorrem no ambiente escolar. [...] Em função deste adoecimento dos professores surgem conseqüências, dentre as quais destacamos a desmotivação, o absenteísmo e as aulas sem inovação. Mas o maior problema dessas decorrências é que o maior prejudicado é o aluno. Este que vai até a escola para aprender, trocar experiências, vivenciar coisas novas, acaba encontrando um professor desmotivado e somente “cumprindo seu papel de estar na escola transmitindo o que sabe”. (Pinheiro, 2014, p. 60).

As condições de trabalho nesse sentido apresenta-se como um fator relevante na compreensão acerca do cenário educacional, assim, torna-se necessário o desenvolvimento de estudo sobre “saúde” e “doença” dos educadores, a elaboração de estratégias de valorização profissional e, particularmente, a criação de políticas públicas de promoção da qualidade de vida e trabalho.

Chamamos atenção para o fato de que este trabalho tem como objeto de investigação as percepções dos educadores da Rede Estadual de Educação da Bahia no tocante a qualidade de vida durante o processo de afastamento das atividades, por meio da licença médica. Licença esta concedida a partir da necessidade de tratamento das diversas patologias de ordem fisiológica e psicossocial. Portanto, não tivemos como objetivo principal analisar o processo de adoecimento laboral, pois, dentre as doenças que levam ao afastamento das atividades, encontram-se uma série de patologias crônicas, congênitas, psicossociais etc. Todavia, ao relacionarmos qualidade de vida com as condições de trabalho, observamos na grande parcela dos estudos analisados, a identificação do estresse enquanto causa de adoecimento laboral e agravamento dos quadros clínicos.

Assim, o estresse decorrente das condições de trabalho dos educadores, se constituiu num dos principais fatores de adoecimento laboral e agravamento das

desordens psicossociais entre os docentes do Ensino Médio (Gomes, 2002; Bondan, 2011; Pinheiro, 2014; Tamiasso, 2017; Pugas, 2018; Bandeira, 2021; Horner, 2021). A fim de estabelecer indicadores numéricos passíveis de serem quantificáveis, acerca do peso do estresse no ambiente de trabalho para o processo de adoecimento docente, Horner (2021) considerou que:

No estresse ocupacional do professor estão relacionados problemas “crônicos”, os quais afetam toda a educação brasileira, historicamente, como a defasagem salarial, sobrecarga laboral, desvalorização docente, os quais são largamente conhecidos e enraizados na estrutura do processo educacional. Estes fatores desestabilizam o equilíbrio e o bem-estar do professor, que acaba sendo absorvido pelo trabalho e relega a um segundo plano, aspectos importantes da sua saúde e do próprio sentido de viver, como a aspiração de crescimento e desenvolvimento individual e profissional. (Horner, 2021, p. 34).

A partir da criação de um instrumento de quantificação dos fatores de adoecimento laboral docente, particularmente, do estresse ocupacional, Horner (2021) concluiu que os educadores desconsideravam as condições inadequadas como sendo uma das principais causas, exceto nos casos em que haviam diagnósticos médicos e acompanhamento psicológico e/ou terapêutico; ademais, observou também que a associação entre condições de trabalho/estresse ocupacional/adoecimento laboral por parte dos educadores só se apresentavam relacionados após o agravamento dos quadros clínicos, do esgotamento físico e mental, do afastamento das atividades profissionais por meio de licenças médicas e do agravamento das desordens biopsicossociais.

Somados aos fatores “crônicos”, considerados históricos segundo a interpretação de Horner (2021), chamamos atenção para o agravamento das desordens biopsicossociais decorrentes da crise sanitária global trazida pela pandemia de COVID-19, sobretudo, a partir das medidas de controle adotadas no Brasil a partir de 2020, tal como observado por Bandeira (2021, p. 54), ao considerar que “[...] estas questões, já tão presentes na história da profissão docente, tornaram-se ainda mais evidentes, uma vez que a crise sanitária apenas expôs as demais crises de ordem social, ética e democrática”. Neste sentido, o contexto pandêmico não instalou um processo de adoecimento psicológico entre os educadores, ele agudizou e agravou os problemas que historicamente afetaram a carreira profissional.

Na busca pela compreensão dos perfis de adoecimento e incapacidade para o trabalho docente, Pugas (2018) elaborou um instrumento para verificação das principais patologias que levam ao afastamento temporário, dentre as quais encontravam-se as

doenças ocupacionais e os critérios biomédicos e jurídicos que orientam a incapacitação dos profissionais para o exercício das atividades profissionais. Esse estudo teve como base documental os registros oficiais elaborados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) – órgão de vigilância de notificações de agravos no âmbito da Administração Pública –, cuja criação e coordenação faz parte da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), tendo como recorte temporal os anos de 2007 a 2016. Dentre as notificações analisadas constavam aquelas referentes aos transtornos mentais, com enfoque apenas na categoria docente. O levantamento apontou aumento progressivo (anual) no número de afastamentos por doenças ocupacionais, por agravamentos dos quadros clínicos em casos de doenças crônicas e por acidentes de trabalho; além disso, notou-se também o aumento de afastamentos permanentes (incapacitação).

Em sua análise Pugas (2018, p. 5) concluiu que as principais razões para as incapacitações estavam relacionadas aos transtornos mentais e por acidentes, sobretudo, entre as profissionais do gênero feminino, com menos de cinco anos de trabalho, complementando que “embora os registros oficiais descrevam estimativas de agravos à saúde, ainda existe um distanciamento das condições reais de saúde dos profissionais de ensino no panorama nacional”.

Ao relacionarmos as condições de trabalho à qualidade de vida dos educadores, devemos ter em vista que a promoção das políticas públicas educacionais proporcionará não apenas mudanças na vida dos educadores, como também terão respaldos positivos na qualidade do ensino e do aprendizado. De acordo com Antonini *et al.*, (2022), entre as condições de trabalho e a qualidade de vida dos docentes, existem uma série de fatores que diretamente impactam nas interações sociais no ambiente escolar. Neste sentido, os pesquisadores apontam a necessidade de ampliação dos estudos acerca dessa temática, uma vez que:

Diante de condições sociais e de saúde que afetam os setores da população trabalhadora, é necessário ampliar estudos relacionados à promoção da saúde no ambiente laboral, ao identificar e descrever as intervenções realizadas. Nas instituições de ensino emerge a promoção de ações em prol da melhoria do trabalho educativo e na formação relacionada aos cuidados de saúde, para o desenvolvimento de habilidades em busca da qualidade de vida e do viver saudável de todos os indivíduos envolvidos no cenário educacional. (Antonini *et al.*, 2022, p. 2).

Dentre os fatores que causam adoecimento ocupacional, os pesquisadores apontaram as exaustivas jornadas de trabalho, a baixa remuneração salarial e o acúmulo

de tarefas. Assim, “o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal está atrelado à carga física, emocional, excesso de trabalho administrativo e atividades burocráticas”, sendo que o adoecimento ocupacional não pode ser explicado a partir da identificação de um fator isolado, esse processo seria o resultado de um conjunto de elementos, cujos impactos não afetam somente na qualidade de vida dos educadores, como também na “[...] qualidade do trabalho” (Antonini, 2022, p. 6).

O estresse ocupacional, vivenciado pelo docente está relacionado a sobrecarga de trabalho, a falta de controle sobre o tempo, os problemas comportamentais dos estudantes, a burocracia excessiva, a implementação de novas iniciativas educacionais e a dificuldade de relacionamento com os supervisores como sendo os principais fatores de desgaste no trabalho. (Antonini, 2022, p. 6).

Concordamos com os pesquisadores de que os aspectos contextuais presentes no cotidiano escolar, tais como excesso de tarefas, problemas de relacionamento (corpo docente, discentes, gestores, pais/mães e/ou responsáveis etc.), jornadas de trabalho, busca pelo cumprimento das metas educacionais, além da “[...] alta pressão por desempenho e baixo nível de controle das tarefas, ruídos, hostilidade entre estudantes, desvalorização pessoal e salarial, problemas institucionais e infraestrutura escolar inadequada para o trabalho” (Antonini, 2022, p. 7) colaboram para a criação de uma atmosfera adoecedora.

Dentre os fatores que provocam e potencializam o adoecimento laboral, em especial, docente, Penteadó e Souza Neto (2019) apontaram a invisibilização dos problemas de saúde enquanto causas primárias, muitas das quais não perceptíveis ao “olho nu”. Em seu estudo, com base na análise da produção literária sobre as percepções de educadores, tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior e Técnico-Profissional, foram observadas visões negativas sobre as condições de trabalho e as interrelações nos espaços de atuação profissional, desencadeando o agravamento dos casos clínicos e a dificuldade no processo de retorno ao espaço após os afastamentos para tratamento de saúde.

Ao tratarmos das condições que melhoraria e minoraria os impactos negativos do adoecimento mental, especialmente, no contexto do período de pós-pandemia de COVID-19, Lima e Nunes (2022, p. 40) argumentaram que:

Observa-se que é necessário investir na promoção da qualidade de vida dos professores, além de criação de políticas públicas que propicie a valorização salarial e profissional desses indivíduos para que os mesmos possam sentirem-se estimulados a realizarem seu trabalho de forma mais comprometida, além contribuir para a melhoria no seu

quadro de saúde. [...]os impactos psicológicos causados nos docentes e que tem relação direta com à COVID-19, coexistem conjuntamente, os abalos biopsicossociais provocados pelas medidas preventivas de contenção da pandemia, como por exemplo, os efeitos da quarentena e do isolamento social, que limitaram não somente nossas interações presenciais e relações sociais, bem como, restringem o lazer e entretenimento, sendo estes, também considerados como potenciais fatores de risco à saúde mental e bem-estar emocional.

Antonini et al. (2022) apontaram a importância da análise das percepções dos educadores acerca da saúde e da doença, uma vez que em seu estudo os pesquisadores observaram a naturalização dos problemas cotidianos no ambiente escolar, do mal-estar e do adoecimento. Neste sentido, os investigadores defenderam que “[...] a promoção da saúde deve estar envolvida na cultura docente ao evitar o negligenciamento do bem-estar na organização do trabalho escolar” (Antonini *et al.*, 2022, p. 7).

Assim sendo, observamos a pertinência da utilização de alguns dos conceitos-chaves do MHD que nos permitiram compreender as percepções dos sujeitos em relação à realidade; das dinâmicas existentes no mundo do trabalho, suas convicções, valores e ideologias acerca do valor social do trabalho e suas implicações entre a aparência; ademais, os conceitos facultaram ainda problematizarmos as contradições existentes entre o prescrito (conjunto normativo e diretrizes operacionais) e o praticado (experiências e subjetivações individuais); uma vez que a realidade do fenômeno social, que é carreira profissional da docência resulta da subjetividade do educador e das estruturas que orientam as dinâmicas laborais.

3.1.2 Totalidade, mediação e contradição de acordo com o Materialismo Histórico-Dialético

Mesmo que reconheçamos a existência de diversos prismas teórico-metodológicos, elencamos o enfoque marxista, pois uma de suas premissas é a problematização crítica da realidade, por meio da epistemologia dialética. Ademais, o referido método nos possibilitou interpretar as diversas esferas sociais – economia, política, educação etc. – por meio do reconhecimento da ontologia, em que a realidade é perspectivada a partir das interações sociais, das dinâmicas do poder e da luta de classes, assim sendo, mesmo que consideramos a realidade como sendo uma verdade, identificamos a partir de sua análise a essência – aparência– e as diversas contradições sociais que compõe sua materialidade.

De acordo com Benitez e Souza (2014) o materialismo histórico-dialético nos permite contestar e rejeitar a falsa premissa funcionalista e positivista de que a realidade social é uma realidade natural, pois nesse último enfoque, por exemplo, a natureza social era percebida como uma relação direta entre observador e observado, escapando assim a problematização necessária dos modelos, das ideologias e das estruturas de poder que controlam o viver em sociedade. No entanto, ao selecionarmos o enfoque teórico-metodológico marxista devemos ter em vista que a realidade é um dado aparente, organizada a partir de sua essência, de sua aparência e das múltiplas contradições sociais que regem as visões de mundo que circulam entre os sujeitos e suas respectivas classes sociais. Logo, coadunamos com os autores de que:

[...] a metodologia que se propõe como forma de enfrentamento dos fatos fenomênicos ou senso comum é o materialismo histórico dialético onde, a partir de dados empíricos, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo de investigação. (Benitez; Souza, 2014, p. 6).

Sendo assim, a análise da qualidade de vida, a partir das percepções dos educadores, perpassa por suas visões individuais de mundo, pelos valores ideológicos que compartilham em seus respectivos grupos de sociabilidade, pelos lugares de fala e pertencimentos de classe, pelas suas consciências críticas em relação às estruturas de poder e das dinâmicas em que o mesmo é exercido e, pelas experiências que carregam ao longo de suas trajetórias de vida e de trabalho. Com base nisso, afirmarmos que a análise do objeto de pesquisa aqui selecionado, necessariamente incluiu a problematização sobre as condições de trabalho e seus diversos desdobramentos, dos quais selecionamos o adoecimento laboral enquanto um dos eixos transversais.

Um fato que tem sido recorrentemente apontado nos estudos científicos de orientação marxista é que, o materialismo histórico-dialético permitiu analisarmos as dinâmicas sociais, particularmente, no campo da educação, a partir das dinâmicas que atravessam as interações sociais no ambiente escolar ao passo que garante a análise das estruturas e superestruturas que organizam o sistema educacional em seus diversos níveis (Frigotto, 2008; 1991; Benitez; Souza, 2014; Tozoni-Reis, 2020).

Portanto, esta realidade sobre a qual a concepção materialista se debruça traz consigo todas suas contradições, conflitos e transformações evidenciando que as ideias são, de fato, reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos e, por isso, as ideias

independem do pensamento, são representações do real. (Benitez; Souza, 2014, p. 7).

Em conformidade com essas concepções, buscamos ao longo desta pesquisa interpretar de modo crítico as percepções dos educadores sobre a qualidade de vida e suas condições de trabalho, de modo a trazer à baila as visões de mundo que esses profissionais compartilham sobre a saúde e a doença, em especial, no que tange ao adoecimento laboral. Esse enquadramento teórico-metodológico nos facultou compreender a totalidade, as mediações e as contradições do cenário educacional, particularmente, no contexto da Educação Básica, na modalidade do Ensino Médio, da Rede Estadual de Educação da Bahia, onde se inserem os sujeitos partícipes desta pesquisa.

Ao nosso ver, um dos avanços epistemológicos trazidos pelo materialismo histórico-dialético para o campo das Ciências Sociais e Humanas, em especial, para o campo da educação, foi permitir desassociar a concepção de realidade da noção ontológica de verdade; uma vez que a realidade é resultante das visões de mundo e das experiências sociais que organizam uma determinada coletividade, sendo assim uma perspectivação dos fenômenos sociais; enquanto que a verdade é um dado ontológico, fruto de um construto social, obtida a partir da interpretação dos fenômenos, neste sentido, sua legitimidade não é um dado relativo, mas a resultante da interpretação crítica da aparência, da essência e das contradições que circulam entre os sujeitos, entre as diversas sociedades ao longo do tempo e do espaço e entre as classes sociais em oposição.

Segundo Kosik (1976) foi em seu estudo clássico sobre a economia política nas sociedades capitalistas, **O capital** ([1867] 2013), que Marx apresentou pela primeira vez suas ideias concernentes aos conceitos da totalidade, da mediação e das contradições. Assim, a realidade foi percebida como a aparência dos fenômenos sociais, a essência seria a verdade ontológica por traz dessa aparência (totalidade), enquanto as contradições seriam as diversas representações (visões de mundo) que orientam as interpretações dos sujeitos, a partir de seus respectivos lugares de fala e pertencimentos de grupo.

Ainda no que diz respeito às distinções entre totalidade, mediação e contradição, comungamos que as investigações no campo da educação, devem levar em consideração que o conhecimento sobre as condições de trabalho, a qualidade de vida, a saúde e a doença são resultado das visões de mundo que orientam o pensamento dos sujeitos, ressaltando uma vez mais que, essas interpretações não se constituem enquanto verdade ontológica, uma vez que:

O processo de conhecimento para o materialismo histórico-dialético não se dá por intermédio do imediatismo do pensamento. O conhecimento do real não pode se limitar àquilo que é imediatamente dado, pensado ou sentido. Se o pensamento se limita a isso, ele se põe no nível da obviedade, restringe-se a captar o evidente. Além disso, há que se considerar a efetiva distinção entre a aparência e a essência dos processos do real, como assinalou Marx, ao afirmar que se a aparência das coisas se confundisse com sua essência, toda ciência seria supérflua. Dessa maneira é que se pressupõe um caminho de investigação de superação do nível empírico ao nível concreto do real, superação essa que só é possível - para esse método de pesquisa - por meio da análise e da abstração do pensamento do investigador. (Martins, 2018, p. 2).

Partindo dessas premissas, afiançamos que a análise desenvolvida ao longo desta pesquisa, cuja base documental contou com relatos dos docentes (suas percepções sobre qualidade de vida) e o conjunto normativo que orientam a licença médica; se encaminhou pela problematização crítica das visões de mundo e do que se encontra previsto e do que de fato é praticado, à luz das distinções entre aparência e essência, a fim de desenvolvermos uma interpretação crível do cenário educacional baiano.

Analisar o processo educacional a partir de reflexões empírico-teóricas para compreendê-lo em sua concretude, significa refletir sobre as contradições da organização do trabalho em nossa sociedade, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas e empreender, no interior do processo educativo, ações que contribuam para a humanização plena do conjunto dos homens em sociedade. (Tozoni-Reis, 2020, p. 81).

De acordo com Tozoni-Reis (2020) dentre as diversas problemáticas trazidas pelo materialismo histórico-dialético para os estudos científicos no campo da educação, encontra-se a perene busca pela resposta se a educação (formal e de orientação burguesa) possibilitou a humanização (emancipação) ou alienação dos sujeitos. Ainda segundo a pesquisadora, uma das grandes contradições da educação no seio da sociedade capitalista é que a mesma encontra-se a serviço da burguesia, objetivando a criação de trabalhadores alienados aos valores ideológicos dos proprietários dos meios de produção; todavia, a pesquisadora chamou atenção para o potencial revolucionário, emancipador e transformador da educação, desde que orientada pelos valores ideológicos da classe trabalhadora, um dos grandes desafios impostos aos agentes que integram a comunidade escolar.

Assim, é a partir da lógica da contradição (manutenção *versus* transformação e humanização *versus* alienação) que se insere a educação no seio das sociedades capitalistas. Para tanto, a docência deve ser pensada como um instrumento de luta política,

na qual cabe aos educadores promoverem a transformação da realidade (revolução social), ao dotarem seus educandos de uma consciência crítica sobre seu pertencimento de classe. Devemos, contudo nos questionar sempre se os próprios educadores compartilham dessa consciência crítica, se eles se veem enquanto classe trabalhadora e, se estão a serviço da lógica capitalista ou não e se os mesmos estão engajados com as agendas políticas da classe que fazem parte.

É notório que para a educação assumir esse papel revolucionário, faz-se necessário a existência de condições de trabalho adequadas, que permitam aos profissionais envolvidos a progressão em suas formações, a participação em discussões políticas (dentro e fora do ambiente escolar) e o desenvolvimento de atividades pedagógicas adequadas às realidades sociais onde atuam, às especificidades do alunado e aos anseios formativos desses discentes. Ressaltamos que são nos contextos de trabalho onde as condições se mostram inadequadas, a cobrança seja a tônica das relações profissionais e as metas pretendidas não sejam alcançadas, que alastram-se os processos de adoecimento laboral.

O direito trabalhista dos professores à qualidade de vida é um tema crucial no contexto educacional, sobretudo no período pós-pandemia, pois influencia diretamente a eficácia do ensino e o bem-estar dos educadores neste momento de crise estrutural nas diversas esferas da vida social. Uma análise dialética deste fenômeno deve abordar tanto os desafios quanto as soluções em garantir condições adequadas para os professores. Em muitos Estados da União, os professores enfrentam uma série de desafios que afetam sua qualidade de vida, como salários baixos, longas horas de trabalho, carga emocional elevada, falta de reconhecimento e recursos limitados, no cenário baiano a realidade não contradiz essa interpretação. Esses fatores podem levar ao esgotamento, estresse crônico, síndromes, agravamento de doenças crônicas e congênitas e até mesmo desistência da profissão.

Ademais, a pandemia de COVID-19 exacerbou esses desafios, com a transição para o ensino remoto impondo novas demandas e pressões aos professores, muitas vezes sem o suporte adequado. Por outro lado, medidas podem ser adotadas para melhorar a qualidade de vida dos professores. Isso inclui investimentos em salários competitivos, redução da carga horária, oferecimento de apoio emocional e psicológico, desenvolvimento profissional contínuo e criação de um ambiente de trabalho colaborativo e solidário. Uma abordagem crítica deve destacar a importância de políticas públicas

eficazes e do compromisso das instituições educacionais em priorizar o bem-estar dos professores.

Além disso, é fundamental reconhecer que a qualidade de vida dos professores não é apenas uma questão individual, mas sim um reflexo das condições estruturais e culturais do sistema educacional. Em resumo, garantir o direito dos professores à qualidade de vida é essencial não apenas para o seu bem-estar pessoal, mas também para a qualidade da educação como um todo. Isso requer uma abordagem histórico crítico capaz de abordar as diversas transformações no mundo do trabalho, sobretudo, em contexto neoliberal e pós-pandêmico.

Ainda no que diz respeito às contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas no campo da educação, ressaltamos uma de suas premissas acerca da verdade, a saber, a rejeição ao pressuposto positivista de neutralidade científica. Segundo o pensamento marxista, a neutralidade científica é um equívoco e em alguns casos, uma tentativa de falsificação da verdade, pois “quem fala”, fala de algum lugar e orientado a partir de valores ideológicos que integram seus grupos de pertencimento social. Logo, o referido método toma como parte constituinte da pesquisa científica a consciência crítica do investigador e seus valores ideológicos, pois é ele o responsável, em último caso, por trazer à tona a verdade.

Assim sendo, precisamos construir instrumentos adequados que nos possibilitem reunir os dados necessários para a interpretação crítica do contexto educacional baiano, além de selecionarmos um método de coleta de dados que permita aproximar entrevistador e entrevistado, de modo a permitir uma maior interação entre as partes. Ao considerar tal fato na escolha da metodologia, optamos pela conversa interativo-provocativa que melhor se adequou aos anseios supracitados e que permitiu reconhecer a importância do lugar de fala dos agentes envolvidos com a pesquisa, rejeitando assim a falsa premissa de neutralidade científica e conferindo objetividade à interpretação dos dados.

3.1.3 Pressupostos teórico-metodológicos da conversa interativo-provocativa

Corroboramos com Nunes (2020) de que o método da conversa interativo-provocativa se insere no conjunto de procedimentos teórico-metodológicos possíveis às pesquisas qualitativas – sendo esta última compreendida como um tipo de investigação na qual as diversas variáveis são interpretadas pelo(a) investigador(a), à luz de suas

concepções de mundo, fundamentações teórico-metodológicas e valores ideológicos. O referido método foi proposto pelo autor, a partir de seus anseios investigativos e pela observação de que as metodologias existentes no campo das pesquisas educacionais, não tratavam epistemologicamente o papel da interação entre as partes (pesquisador(a) e participante) como sendo uma variável importante para a coleta e análise de dados.

Ressaltamos que nossa familiarização das concepções teórico-metodológicas da conversa interativo-provocativa decorreu da análise dos estudos de Nunes (2020), desse modo, esta problematização foi feita de modo retrospectivo, tendo como base algumas das referências discutidas nos estudos do referido pesquisador (Bogdan; Biklen, 1994; González Rey, 1997; 2005a; 2005b; Minayo, 1997). Assim sendo, nossa pretensão foi discutir alguns dos princípios, procedimentos, instrumentos de coleta e análise de dados e as implicações entre investigações científicas e políticas públicas educacionais, de modo a demonstrar a relevância e a originalidade do método da conversa interativo-provocativa.

Em suas considerações sobre a pertinência da conversa interativo-provocativa para as pesquisas em educação, Nunes (2020) tomou de empréstimo as cinco características fundamentais propostas por Bogdan e Biklen (1994) que integram os princípios epistemológicos das pesquisas qualitativas, sendo eles: o reconhecimento do ambiente natural como espaço adequado de coleta de dados e o protagonismo do pesquisador enquanto produtor de informações; a descrição é base da natureza qualitativa do experimento científico; a ênfase no processo e não apenas nos produtos, resultados e conclusões; a importância da indução na interpretação dos dados; e, por fim, mas não menos relevante, a fundamentação da natureza qualitativa a partir da análise dos sentidos, significações, percepções, opiniões, visões de mundo e experiências dos participantes.

Ao discutir esta última característica da pesquisa qualitativa, a saber, a importância da subjetividade enquanto matéria prima para as investigações, Nunes (2020) recorreu os estudos de González Rey (1997; 2005a; 2005b), para quem a subjetividade não significa uma mera abstração, segundo a qual a individualidade seria um fragmento da realidade. Com base nas premissas apresentadas pelo último autor, a subjetividade é um sistema complexo de representações e valores ideológicos que se orientam a partir das experiências concretas que são vivenciadas pelos sujeitos em seus respectivos grupos de sociabilidade (família, religião, partidos políticos, categoria profissional, classe social etc.). Logo, a subjetividade é um sistema complexo, elaborado a partir das redes de relações e que se encontra em constante processo de transformação, mudança e rearranjo.

Dadas as complexidades inerentes às pesquisas qualitativas no campo da educação, tomamos como base as inferências de Minayo (1997), para quem as Ciências Sociais e Humanas têm o mesmo grau de relevância, objetividade e cientificidade, que as demais áreas científicas, pois dependem da escolha de um objeto, delimitação de objetivos, problema de investigação, justificção social e acadêmica, delimitação de fontes e conjuntos documentais, elaboração de dados sistêmicos, seleção de um referencial teórico-metodológico e critérios para análise de dados e exposição dos resultados, de modo a ratificar ou rejeitar hipóteses, pressupostos e/ou conclusões anteriores.

Com base em Minayo (1997), Nunes (2020) considerou que mesmo seguindo protocolos de investigação, similar aos demais que são adotados nos diversos campos das ciências, uma das especificidades que orientam os estudos de natureza qualitativa é trabalhar com um universo variado de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, representações e visões de mundo que não podem ser reduzidas à operacionalização e à reprodução rígida de protocolos pré-estabelecidos ou padronizados enquanto via única.

Antes de discutirmos os três critérios teórico-metodológicos que orientam a conversa interativo-provocativa, devemos destacar que a referida metodologia se opõe ao princípio filosófico do positivismo, que prescrevia aos estudos científicos a busca pela objetividade e neutralidade. Corroboramos com a ideia de que no âmbito das Ciências, sobretudo, das Ciências Humanas – não sendo diferente em outras áreas – a neutralidade e a objetividade são utopias e anseios infundados, pois é impossível desassociar os objetivos, os problemas de pesquisa e a seleção do conjunto documental, dos instrumentos de coleta e procedimentos para análise e interpretação dos dados, das visões de mundo, subjetividades, das experiências sociais, dos lugares de fala, do pertencimento social, dos valores ideológicos e políticos e das referências teóricas, metodológicas e filosóficas que integram o *métier* dos agentes que coordenam e conduzem as investigações científicas, tanto no âmbito dos estudos qualitativos quanto quantitativos (Nunes, 2020).

Conforme apontou Nunes (2020), a conversa interativo-provocativa se orienta a partir de três pressupostos básicos, a saber: o reconhecimento do conhecimento enquanto uma produção construtiva-interpretativa; a possibilidade de interação entre os sujeitos participantes; e por fim estaria a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento.

Diz-se interpretativa por conta da necessidade de dar sentido a expressões do sujeito estudado, posto que ele percebe significações apenas indiretas e implícitas no problema. Além disso, essa interpretação é construída processualmente pelo pesquisador a partir da integração dos diversos indicadores obtidos durante a pesquisa. Esses indicadores, certamente, não teriam sentido se fossem tomados de forma isolada, baseados apenas nas constatações empíricas sem a interpretação e construção/reconstrução do seu sentido mediante a atribuição de significados por meio da atividade crítica do pesquisador. [...] o entendimento é o de que os sujeitos envolvidos, pesquisador e pesquisado, são considerados sujeitos pensantes e, como tais, são portadores da condição de refletir sobre os dados da pesquisa à medida que vão sendo coletados. (Nunes, 2010, p. 45-46).

Nunes (2010, p. 47-48) afirmou ainda que os demais princípios apontam que “[...] as relações entre pesquisador e pesquisado são uma condição para o desenvolvimento das pesquisas nas ciências humanas” e “[...] a singularidade adquire importante significado, embora não possa ser identificada como conceito de individualidade”. Logo, no conjunto das disposições que apontam para a adequação do uso da metodologia da conversa interativo-provocativa nos estudos em Ciências Humanas e Educação, além da relativização do conhecimento como um dado subjetivo, somam-se o papel da interação e a importância da singularidade como sendo um dado decorrente das interações coletivas e não uma simplificação numa perspectiva individual.

Por se tratar de uma conversa com uma pauta semiestruturada com alguns subtemas a serem abordados, destacamos aqui a atitude provocativa do pesquisador, que, usando esse instrumento, orienta os rumos de cada conversa, procurando focalizar as questões pertinentes à pesquisa, sempre com o cuidado de não interromper o raciocínio dos sujeitos, garantindo, no entanto, que os pontos previamente estabelecidos tenham seu lugar. (Nunes, 2020, p. 421).

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos para utilização da metodologia da conversa interativo-provocativa, Nunes (2020, p. 419) pontuou que “[...] não tem uma sequência rígida de procedimentos a serem seguidos pelo pesquisador”, assim, os instrumentos e estágios adotados em estudos qualitativos, orientados pelo referido método, necessitam de uma descrição pormenorizada dos caminhos adotados, dos instrumentos criados e aplicados, além de uma seleção adequada dos materiais e equipamentos usados para a condução das conversas, para registro das informações, para arrolamento e posterior análise do conjunto de dados produzidos.

3.2 Marcos legais e instrumentos para coleta, tratamento, análise e interpretação dos dados

3.2.1 Coleta e análise de dados

A coleta de dados, processo no qual contamos com a colaboração dos profissionais que atuam na Rede Estadual de Educação da Bahia, em situação de afastamento via licença médica, foi realizada por meio de entrevistas. Para esta etapa da investigação procedemos da seguinte forma: no primeiro estágio elaboramos um Questionário etnográfico e de um Roteiro Semiestruturado para conversa interativo-provocativa (Apêndice 1), cuja produção inicial foi apreciada pelo orientador e realizada uma série de recomendações e adaptações.

Para a identificação e composição do quadro de colaboradores desta amostragem, realizamos no dia 13 de novembro de 2023, o primeiro encontro (presencial) com a coordenação do Núcleo Territorial de Educação de Vitória da Conquista – NTE 20, a fim de estabelecermos uma parceria e termos acesso aos contatos dos profissionais afastados por licença médica durante os meses correspondentes à coleta de dados. Na ocasião fomos informados pelos responsáveis pelo NTE 20 sobre a necessidade de encaminharmos um ofício ao núcleo (Apêndice 2), informando a natureza da solicitação, os dados solicitados e a instituição de origem desta pesquisa, ressaltamos que esse primeiro contato teve por objetivo garantir a viabilidade deste empreendimento investigativo. Todavia, esta pesquisa não contou com os dados fornecidos pelo órgão. Pelo contrário, os colaboradores foram indicados por colegas de trabalho e em um caso específico, uma das colaboradoras sugeriu o nome de dois outros possíveis participantes com os quais entramos em contato.

Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 3) cedido pelo Comitê de Ética da UESB (Anexo 1), a partir do parecer 6.671.400, o que permitiu a aplicação do Questionário etnográfico e coletas das entrevistas por meio das conversas interativo-provocativa.

Realizamos a busca dos documentos oficiais que garantem o direito dos servidores públicos, particularmente, aos docentes da educação básica da Rede Estadual de Educação da Bahia, de se afastarem das atividades profissionais, com a garantia de seus ganhos mensais, por meio da concessão de licença médica. Esses documentos foram utilizados durante o estágio de análise dos dados, a fim de identificar e problematizar as contradições entre a matéria prescrita (leis trabalhistas) e as experiências concretas

vivenciadas pelos profissionais da educação que atuam na rede baiana de Educação Básica.

O questionário etnográfico desenvolvido contou com questões sobre tempo de atuação profissional, formação e qualificação acadêmica, vínculo empregatício, jornada de trabalho e uma série de questões referentes às atuações dos docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia. O questionário foi aplicado antes do início das conversações e tinha por finalidade reunir dados quantificáveis, passíveis de serem relacionados com as informações coligidas a partir do roteiro semiestruturado. Posteriormente, as informações foram analisadas individualmente e relacionadas com os relatos cedidos. Entre os(as) oito participantes, quatro dos questionários foram por nós preenchidos, enquanto as demais colaboradoras optaram por fazê-lo individualmente. Buscamos realizar a aplicação de modo presencial, ressalvando que nos casos em que o quadro clínico exigisse repouso e/ou afastamento social, ambas as etapas poderiam ser feitas de modo remoto, o que não aconteceu, pois não foi necessário. Após o preenchimento do questionário teve início as conversações interativo-provocativas, elas foram orientadas a partir do roteiro e com registros feitos em aparelhos de captação de áudio – posteriormente transcritos e analisados.

No tocante ao roteiro semiestruturado para conversa interativo-provocativa, diferente do que geralmente ocorre na elaboração desse tipo de instrumento, optamos pela inclusão de tópicos temáticos ao invés de questões interrogativas. Cabe ressaltar que os tópicos iam sendo utilizados a partir dos relatos que eram cedidos, logo, nem todos os eixos foram acionados, ademais, buscamos desenvolver novos tópicos durante as coletas de dados, sempre em conformidade aos interesses da aplicadora. As informações coligidas foram registradas em aparelho eletrônico, nomeados com base no dia da coleta e o conteúdo dos relatos foi posteriormente transcrito individualmente em arquivo de Word.

Ao término da coleta de dados, cruzamos as informações produzidas pelos instrumentos (questionário e roteiro semiestruturado), com as disposições legais, com os documentos institucionais para concessão de licença médica e com as discussões teórico-metodológicas que orientam o arcabouço conceitual dos três eixos temáticos discutidos na seção anterior e nos tópicos que integram esta seção. No item seguinte tratamos de apresentar, os documentos legais e institucionais e suas respectivas naturezas, de modo a demonstrar quais são os marcos jurídicos que organizam o direito dos docentes no âmbito da Administração Pública (nacional e estadual).

No estágio final da produção de dados realizamos a busca dos documentos oficiais que garantem o direito dos servidores públicos, particularmente, aos docentes da educação básica da Rede Estadual de Educação da Bahia, de se afastarem das atividades profissionais, com a garantia de seus ganhos médios mensais, por meio da concessão de licença médica. Esses documentos foram utilizados durante o estágio de análise dos dados, a fim de identificarmos e problematizarmos as contradições entre a matéria prescrita e as experiências concretas que foram vivenciadas pelos profissionais da educação que atuam na rede baiana de educação básica.

Os dados produzidos foram interpretados por meio da metodologia da análise de conteúdo, assim sendo, realizamos uma sistematização das informações e observamos as principais categoriais de análise que poderiam ser desenvolvidas, resultando em três: i) ambiente escolar e condições de trabalho, ii) reformas educacionais e iii) adoecimento/afastamento como fator de melhoria da qualidade de vida.

3.2.2 Marcos legais sobre o direito à licença médica e documentos institucionais para concessão de licença médica aos docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia

No âmbito da Administração Pública existe um conjunto variado de legislações, normativas, diretrizes que tratam dos direitos trabalhistas dos educadores que atuam nos sistemas educacionais (público e privado), nas esferas federativas (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) e nos ciclos que compõe a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais – e o Ensino Médio) e o Ensino Superior e a Educação Profissional e Tecnológica. Desse modo, precisamos estabelecer alguns critérios e selecionar alguns desses marcos legais, de modo a utilizarmos suas disposições como conteúdo suplementar para análise e interpretação dos dados produzidos ao longo das conversações, a fim de identificarmos algumas das contradições entre o prescrito e o praticado no contexto do exercício profissional da docência.

Na Constituição Federal (1988), os Estados que integram a federação são considerados autarquias, gozando assim da prerrogativa de estabelecer legislações próprias ao funcionalismo público, desde que sejam observadas as disposições constitucionais e não contradigam os direitos básicos elementares que compõe a Carta Constitucional. Com relação ao direito constitucional à saúde, tratado na Seção II, o art. 196 estabeleceu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante

políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, assim sendo, é dever dos entes federativos, garantir de modo justo e igualitário as condições básicas para os tratamentos das enfermidades e doenças, aos cidadãos que encontram-se sob sua responsabilidade jurídica, independente da vinculação ou não às esferas da Administração Pública.

Portanto, o acesso à saúde, é uma condição básica garantida pela Constituição Federal, cabendo aos entes federativos criar normatizações para promover a saúde e minorar os riscos trazidos pelas doenças. Assim, a garantia do direito à licença médica, no âmbito do funcionalismo público, não se caracteriza um privilégio aos agentes que integram à Administração, sendo na verdade, um dever do Estado.

No contexto baiano, o direito à saúde, no tocante aos servidores públicos, o marco legal que garante a licença médica é a Lei n. 6.677, de 26 de setembro de 1994, conhecida também como Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Neste conjunto de normas existem uma série de disposições legais que orientam o direito à saúde, tais como presente no Capítulo III, Da Relotação e da Remoção, no art. 49, em que se estabeleceu o direito à “[...] remoção a pedido, para outra localidade, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionado à comprovação por junta médica oficial, hipótese em que, excepcionalmente, será dispensada a exigência de claro de lotação” (Bahia, 1994, p. 10-11). Ademais, o art. 113 garantiu o direito ao afastamento remunerado das atividades profissionais, dentre os quais se encontra o tratamento médico.

No referido estatuto baiano ficou determinado, no art. 118 o direito ao afastamento médico sem prejuízo aos respectivos planos de carreira dos servidores; para além dessa conquista, a matéria do direito à licença médica foi tratada de modo mais amplo no art. 119, em seu parágrafo II, em que a concessão será garantida “[...] para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias” (Bahia, 1994, p. 28). Em decorrência das diversas disposições sobre a matéria, apresentamos no Quadro 1 o conjunto normativo que garante aos servidores públicos o direito de concessão da licença médica.

Quadro 1 – Conjunto de normas sobre o direito de licença médica aos servidores públicos estaduais da Bahia, com base na Lei n. 6.677/1994

<p>Art. 145 - Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus. Parágrafo único - Findo o prazo</p>
--

estipulado no laudo médico, o servidor deverá reassumir imediatamente o exercício, salvo prorrogação pleiteada antes da conclusão da licença.
Art. 146 - Para licença até 15 (quinze) dias, a inspeção poderá ser feita por médico do Sistema Unificado de Saúde ou do setor de assistência médica estadual e, por prazo superior, por junta médica oficial. § 1º - Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado. § 2º - Inexistindo médico oficial no local onde se encontrar o servidor, será aceito atestado fornecido por médico particular.
Art. 147 - O servidor não poderá permanecer de licença para tratamento de saúde por mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos ou interpolados se, entre as licenças, medear um espaço não superior a 60 (sessenta) dias, salvo se a interrupção decorrer apenas das licenças à gestante, à adotante e da licença-paternidade.
Art. 148 - Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o servidor será submetido a nova inspeção médica e, se for considerado física ou mentalmente inapto para o exercício das funções do seu cargo, será readaptado ou aposentado conforme o caso.
Art. 149 - Contar-se-á como de prorrogação o período compreendido entre o dia do término da licença e o do conhecimento, pelo interessado, do resultado de nova inspeção a que for submetido, se julgado apto para reassumir o exercício de suas funções ou ser readaptado.
Art. 150 - O servidor será licenciado compulsoriamente, quando se verificar que é portador de uma das moléstias enumeradas no artigo 124 e que seu estado se tornou incompatível com o exercício das funções do cargo. Parágrafo único - Verificada a cura clínica, o servidor voltará à atividade, ainda quando, a juízo de médico oficial, deva continuar o tratamento, desde que as funções sejam compatíveis com as suas condições orgânicas.
Art. 151 - Para efeito da concessão de licença de ofício, o servidor é obrigado a submeter-se à inspeção médica determinada pela autoridade competente para licenciar. Parágrafo único - No caso de recusa injustificada, sujeitar-se-á à pena prevista em lei, considerando-se de ausência ao serviço os dias que excederem a essa penalidade, para fins de processo por abandono de cargo.
Art. 152 - O servidor poderá desistir da licença desde que, mediante inspeção médica a seu pedido, seja julgado apto para o exercício.
Art. 153 - A licença para tratamento de saúde será concedida sem prejuízo da remuneração, sendo vedado ao servidor o exercício de qualquer atividade remunerada, sob pena de cassação da licença, sem prejuízo da apuração da sua responsabilidade funcional.

Fonte: BAHIA, 1994.

Conforme podemos observar, no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia, o direito à licença médica dos servidores públicos, dentre os quais se inserem os docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia, encontra-se garantido na Lei n. 6.677/1994, em conformidade às disposições legais impostas pela Constituição Federal (1988), contudo, cabe questionarmos o cumprimento dessas normas a partir das experiências profissionais dos educadores que participam desta pesquisa, de modo a

revelarmos quais são as possíveis contradições existentes entre o prescrito e praticado. No Quadro 2 apresentamos o conjunto documental (tanto de natureza jurídica quanto institucional) que orienta a concessão do direito à licença médica aos professores da referida rede educacional.

Quadro 2 – Conjunto legal e documentos institucionais que garante o direito à licença médica aos docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988)
Lei n. 6.677/1994
Lei 13.725
Guia para Gestores da Rede Estadual de Educação da Bahia (2018)
Requerimento para Inspeção Médica dos Servidores Públicos do Estado da Bahia
Requerimento para Notificação de Acidente em Serviço dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – NAS

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nossa pretensão com a seleção dos marcos legais e documentos institucionais que orientam o direito à concessão de licença médica aos servidores públicos baianos, foi reunir os instrumentos e avaliar as disposições jurídicas que permitem aos docentes se afastarem de suas atividades profissionais para o tratamento médico, permitindo o cruzamento de dados entre o que se encontra estabelecido no âmbito das entidades federativas (União e Estado) com os relatos de experiências, de modo a ressaltar as dificuldades encontradas pelos profissionais afastados, suas percepções acerca dos processos e suas satisfações ou não no tocante aos seus direitos trabalhistas.

Por fim, sentimos a necessidade de estabelecermos uma discussão sobre as relações entre dados produzidos (perfis etnográficos e relatos de experiências), o conjunto normativo (legislações e instrumentos para concessão à licença médica) e o arcabouço conceitual e metodológico selecionado para esta investigação. Julgamos pertinente essa discussão, uma vez que a relevância desse estudo se justifica não apenas pela escassez de investigações sobre o objeto de análise quanto também pela importância social da análise conjunta da qualidade de vida, das condições do trabalho docente e direitos trabalhistas, das políticas públicas educacionais para a promoção da saúde e da minoração dos impactos sociais do adoecimento laboral para a prática pedagógica na Educação Básica na modalidade do Ensino Médio, fornecida pela Rede Estadual de Educação da Bahia.

3.3 O entrecruzamento entre dados, conjunto normativo e arcabouço teórico-metodológico

Conforme defendemos aqui, a educação – vista como um instrumento de humanização – tem um papel significativo no processo de transformação da realidade, pois é por meio dela que os saberes, as técnicas e as elaborações artísticas, historicamente construídas são socializadas, permitindo assim a expansão da consciência e a formação integral dos seres humanos. Contudo, é preciso questionarmos sempre se a educação formal e escolar, fornecida pelo Estado – principal estrutura de poder – e garantida constitucionalmente enquanto um direito básico, tem estado a serviço das classes sociais dominantes, promovendo assim a humanização ou a alienação dos sujeitos. Além disso, é perene o questionamento sobre o papel social da docência, uma vez que o(a) educador(a) desempenha uma função social relevante, tanto no processo de humanização quanto no processo de alienação do alunado.

Retomando as discussões promovidas pelo método do materialismo histórico-dialético, temos que ter em mente as mudanças que ocorreram ao longo do tempo em termos da percepção da educação formal enquanto um instrumento de luta política. Ressaltamos que durante o período de gestação do método marxista, seu propositor não tornou o tema da educação enquanto um de seus objetos investigativos, porém, com base na sua obra e a partir dos estudos de seus sectários, percebeu-se algumas suspeitas que Marx tinha com relação à educação formal, promovida pelo Estado, ao perceber nela a hegemonia de valores ideológicos que eram de orientação da classe burguesa. Neste sentido, o criador do materialismo histórico-dialético considerou a educação escolar como sendo um instrumento de alienação do sujeito, particularmente, da classe trabalhadora e de seus/suas filhos(as) e dependentes, uma vez que a escolarização de seu tempo tinha por objetivo maior formar uma massa trabalhadora passiva e capacitada às novas técnicas de produção das mercadorias que surgiam durante o século XIX (Kosik, 1976; Frigotto, 1991).

À primeira vista a educação formal foi concebida como sendo um instrumento de alienação, particularmente, ao propositor do método do materialismo histórico-dialético, contudo, ainda segundo Marx a realidade encontra-se em constante processo de transformação, em que novos valores são criados, antigos valores são substituídos e as estruturas de poder são disputadas entre as classes, sendo possível a mudança em seus comandos. Neste sentido, abriu-se a prerrogativa da educação ser tomada de “assalto”

pela classe trabalhadora, a fim de servir enquanto um instrumento de transformação da realidade, permitindo assim a expansão da consciência crítica e a revolução social, tão almejada pelos defensores e seguidores dos movimentos socialista e comunista.

Na esteira desse pensamento, surgiu no século XX, a partir das ideias propostas por Antonio Gramsci (1891-1937), um movimento político em defesa da educação escolar, desde que orientada pelos valores ideológicos da classe trabalhadora, à luz do arcabouço conceitual e metodológico do materialismo histórico-dialético. Assim, surgiu no seio dos movimentos socialista e comunista a corrente que propõe a transformação da escola, vista agora enquanto instrumento de formação crítica do sujeito, sendo encarada pela ala mais conservadora do pensamento de esquerda enquanto “movimento reformista”, uma vez que, diferente do que havia sido anteriormente proposto – revolução total a partir da luta de classe, destruição das estruturas de poder do Estado e substituição dos dirigentes políticos – o novo movimento propunha a transformação das estruturas a partir de seu interior, com o ingresso de novos dirigentes políticos legitimamente eleitos, engajados com os valores ideológicos antiburgueses. Para este movimento, à docência tem um papel significativo, pois é por meio do educador que os projetos de sociedade e cidadania são gestados, socializados e consolidados.

Acreditamos que no contexto brasileiro mais recente, o movimento em prol da educação emancipatória e histórico-crítica, ganhou espaço em detrimento das demais correntes ideológicas de natureza revolucionária, a exemplo disso temos a expressividade dos trabalhos e das ideias propostas por educadores como Paulo Freire (1921-1997) e Demerval Saviani (2007; 2017); ambos partidários das concepções política educacionais gramscinianas (Gramsci, 2003).

Observamos que é a partir de suas próprias contradições internas que a epistemologia do materialismo histórico-dialético tem contribuído para analisarmos o campo educacional, propondo novos enquadramentos temáticos, a revisão sistêmica das políticas públicas educacionais, a problematização sobre papéis sociais, valores ideológicos e projetos político-pedagógicos. É neste sentido que consideramos pertinente nosso alinhamento ao referido método, ao nos permitir pensar a educação como sendo um espaço de disputas de poder; como sendo também um instrumento de luta política e emancipação humana; e, enquanto sistema no qual a realidade é construída, os saberes e técnicas são socializados e a própria humanidade é forjada.

Para que a educação cumpra com as finalidades acima expostas, torna-se necessário problematizar as condições de trabalho dos educadores, pois é a partir da

existência de condições adequadas que os profissionais da educação conseguem desenvolver plenamente suas atribuições sociais, empreender práticas pedagógicas reflexivas, críticas, emancipatórias e humanistas. Portanto, a qualidade de vida, a existência do bem-estar social, a melhoria das condições de trabalho, a valorização da carreira profissional, a promoção da saúde, a prevenção às doenças ocupacionais e o tratamento adequado das patologias tornam-se fatores importantes para a melhoria da qualidade do ensino e do aprendizado no âmbito da Educação Básica e pública.

Para isso, as políticas públicas educacionais precisam estar alinhadas aos interesses da classe trabalhadora, fomentando a promoção da saúde e minorando os riscos, os problemas e prejuízos que as doenças, tanto ocupacionais quanto as demais patologias de ordens diversas, geram. Afinal, os impactos negativos para os processos de ensino e aprendizado já foram identificados a partir da literatura científica, a exemplo dos trabalhos aqui analisados, tendo se tornado objeto de investigação no campo da educação, cuja produção tem aumentado nos últimos anos (Benitez; Souza, 2014; Tozoni-Reis, 2020).

Com base nessas considerações, advertimos que a análise sobre as percepções docentes, ou seja, suas subjetivações acerca de temas como qualidade de vida, saúde e adoecimento, contribuíram para a expansão do conhecimento sobre condições de trabalho, valorização da carreira profissional e políticas públicas educacionais de promoção da saúde docente, carecendo da adoção de metodologias interativas e provocativas, a exemplo do método aqui utilizado. O método escolhido permitiu a ação reflexiva, tanto por parte dos investigadores quanto dos participantes, permitindo também a elaboração de informações que vislumbraram a pluralidade de sentidos atribuídos aos conceitos, a complexidade inerente ao fazer docente e a polifasia cognitiva sobre os mesmos temas, tendo por base as visões de mundo, os valores ideológicos e as experiências dos sujeitos que colaboraram com este experimento (Nunes, 2010; 2011; 2020).

4 CONJUNTO NORMATIVO SOBRE DIREITO À LICENÇA MÉDICA E PERCEPÇÕES DOS(AS) DOCENTES AFASTADOS(AS)

Em seu estudo sobre o adoecimento docente e sua relação com o modelo de produção capitalista, em especial, neoliberal, Castro Neta; Cardoso; Nunes (2020, p. 122) afirmaram que:

As transformações ocorridas no capitalismo desde as últimas décadas do século XX impactaram significativamente o mundo do trabalho. Após um longo período de crescimento da economia capitalista, os anos de 1970 foram marcados pela estagnação e pela crise estrutural do sistema do capital. Desde seus primeiros passos, o capitalismo busca estratégias de superação de suas crises, uma delas ocorre por meio dos padrões de organização do trabalho inspirados e/ou sustentados pelas políticas neoliberais. Essas mudanças nos processos de trabalho provocaram, entre outros impactos, diferentes formas de sofrimento e adoecimento para a classe trabalhadora em diferentes setores da sociedade como, por exemplo, no âmbito educacional. (Castro Neta; Cardoso; Nunes, 2020, p. 122).

No afã de entendermos os desafios dos(as) docentes em acessarem os serviços, direitos e tratamentos adequados, tendo como parâmetro os mecanismos burocráticos estabelecidos pela Rede Estadual de Educação da Bahia, faz-se necessário apresentar quais são as definições, os instrumentos, as normativas, os marcos legais e os “caminhos” percorridos desde o aparecimento da doença até o processo de licença trabalhista para tratamento médico, à luz do princípio da qualidade de vida.

Conforme salientou a Professora Colaboradora 3, afastada de suas funções a cerca de quatro meses, em decorrência de um acidente durante uma atividade extrassala de aula, as mudanças constantes nas matrizes curriculares, a exemplo das disciplinas criadas com a reforma do Novo Ensino Médio, trouxeram incertezas, desafios e dificuldades em sua *práxis* docente. Segundo afirmou, lhe foi atribuída uma disciplina da qual não tinha preparo técnico-pedagógico para ministrar, uma vez que sua formação profissional inicial não contemplava os conteúdos e as habilidades necessárias para lecionar; afirmou também haver ausência de apoio técnico-pedagógico por parte da gestão escolar (diretoria e coordenação pedagógica) e da Secretaria Estadual de Educação. De acordo com essa colaboradora, a imposição dessa disciplina se constitui um desvio de função, uma vez que não lhe foi dado o direito de escolha, a participação na delimitação das atividades pedagógicas previstas na ementa da matéria e qualquer tipo de formação continuada para o exercício da atividade.

Assim sendo, consideramos que o cenário político mais recente, marcado por diversas reformas educacionais de orientação neoliberal, contribuem para os processos de adoecimento laboral e para a diminuição da expectativa da qualidade de vida e da qualidade de vida no trabalho, ao gerarem incertezas, sentimentos de desamparo técnico-pedagógico, desvio de funções e sobrecarga de trabalho.

De acordo com Silva; Brito; Nunes (2023, p. 2) foi somente a partir da Constituição Federal (1988) que a carreira docente passou a contar com marcos regulatórios que, timidamente, buscava a valorização do exercício profissional dessa categoria, entretanto não devemos perder de vista que “[...] nem sempre as conquistas aprovadas em Lei são implementadas e colocadas em prática”. Além disso, devemos observar os contextos políticos, econômicos e sociais, em que direitos trabalhistas são constantemente negados e/ou modificados, por meio de “reformas”, cuja finalidade é destituir a classe trabalhadora, especialmente, os(as) docentes, de seus ganhos – adquiridos por meio de anos de lutas políticas, realizadas a partir de movimentos sociais legítimos e organizados. Assim sendo, todo e qualquer direito trabalhista (infraestrutura) encontra-se em risco eminente, sobretudo, em governos de orientação neoliberal.

[...] o trabalho docente – diante dos processos de reforma e regulação educacional implementados – é tomado, na grande maioria das pesquisas, como uma modalidade de trabalho que sofre um amplo processo de reconfiguração e reordenamento. A proletarização das atividades dos professores, a redefinição das relações entre trabalho-educação e teoria-prática, a incorporação de mecanismos de regulação e controle que limitam a autonomia do professor e seu poder de decisão, os incrementos de novas responsabilidades e atribuições, a ascensão da meritocracia e do comportamento produtivo são exemplos e expoentes desses processos de ajustamento. (Reis *et al.*, 2020, p. 93).

A partir do mapeamento e análise da produção científica sobre a carreira docente no Brasil, Reis *et al.* (2020, p. 93) consideraram que os marcos regulatórios, não devem ser tomados enquanto “direitos naturais”, pois em regimes políticos capitalistas, toda e qualquer conquista pode ser alvo de ataques, modificação, retrocessos e até mesmo extinção, principalmente, a partir da retórica reformista. Desse modo, é necessária uma vigilância constante, uma mobilização perene por parte das entidades organizadas, dos movimentos sociais e dos(as) educadores(as).

Conforme discutimos anteriormente, a saúde é um direito básico constitucional, irrestrito e gratuito, garantido por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), dos planos de saúde (públicos e privados) e pelos(as) agentes ligados às categorias profissionais (saúde, forças armadas, agentes de segurança pública etc.) que fazem parte da Administração

Pública. Com relação aos colaboradores deste estudo, os respectivos regimes de trabalho lhes garantem uma série de direitos ao tratamento médico – desde que atestados por meio de laudo técnico e perícia promovida pela junta médica da Rede Estadual de Educação da Bahia – existindo uma série de marcos regulatórios específicos.

No quadro seguinte apresentamos as informações gerais que são disponibilizadas pelo órgão de Recursos Humanos, do Governo do Estado da Bahia, a fim de orientar os(as) servidores(as) da área de educação, de como acessar seu direito de licença médica:

Quadro 3 – Orientações gerais para servidores(as) do Governo do Estado da Bahia:

Sua concessão: será concedida essa licença ao servidor, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica sem prejuízo da remuneração a que faz jus.
O retorno do servidor após a licença: findo o prazo estipulado no laudo médico, o servidor deverá reassumir imediatamente o exercício, salvo prorrogação pleiteada antes da conclusão da licença.
O prazo da licença e a inspeção médica: para licença até 15 dias, a inspeção poderá ser feita por médico do SUS ou do setor de assistência médica estadual e, por prazo superior, por junta médica oficial.
Onde se realizar a perícia: a perícia deverá ser realizada no local onde atender o perito responsável, porém, sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado.
A inexistência de médico oficial na localidade: será aceito atestado fornecido por médico particular.
Prazo máximo da licença: o servidor não poderá permanecer de licença para tratamento de saúde por mais de 24 meses consecutivos ou interpolados se, entre as licenças, mediar um espaço não superior a 60 dias, salvo se a interrupção decorrer apenas das licenças à gestante, à adotante e da licença-paternidade.
O decurso do prazo máximo: decorrido o prazo de 2 anos, o servidor será submetido a nova inspeção médica e, se for considerado física ou mentalmente inapto para o exercício das funções do seu cargo, será readaptado ou aposentado conforme o caso.
A licença compulsória: o servidor será licenciado compulsoriamente, quando se verificar que é portador de moléstia grave, nos termos do art. 124 do Estatuto do Servidor Público, e que seu estado se tornou incompatível com o exercício das funções do cargo.
A desistência da licença pelo servidor: o servidor poderá desistir da licença desde que, mediante inspeção médica a seu pedido, seja julgado apto para o exercício.
A proibição de exercício de atividade remunerada: essa licença será concedida sem prejuízo da remuneração, sendo vedado ao servidor o exercício de qualquer atividade remunerada, sob pena de cassação da licença, sem prejuízo da apuração da sua responsabilidade funcional.
Efeitos quanto ao tempo de serviço: essa licença tem o seu tempo contado como efetivo exercício.

Fonte: Bahia, 2024.

À primeira vista, iniciativas como essa, promovida pela Superintendência de Recursos Humanos (RH), teria como finalidade promover a conscientização da classe trabalhadora acerca de seus direitos legais. Partindo dessa consideração, poderíamos assumir ser esta uma agência de defesa dos interesses dos(as) servidores(as), responsável por mediar as relações entre a classe trabalhadora e o Estado. Todavia, conforme discutiremos mais adiante, interpretações aligeiradas, sem as devidas matizações histórico-críticas, levam ao falseamento da realidade (totalidade), pois a própria composição desse órgão é de responsabilidade do Estado, não havendo participação direta da classe trabalhadora nas decisões, na escolha dos agentes ou mesmo dos chefes(as) e/ou coordenação.

Um dado imediato que devemos considerar é o fato de que, mesmo havendo diversos instrumentos (digitais e físicos) voltados à popularização dos direitos trabalhistas, em especial, à licença médica para tratamento de saúde, grande parcela dos(as) colaboradores aqui ouvidos(as), informaram “desconhecerem” e/ou terem “demorado” para tomar ciência a respeito dessas normativas, o que julgamos ser uma das estratégias para a manutenção dos(as) trabalhadores(as) em seus postos de trabalho – mesmo em situações de adoecimento.

4.1 Marcos legais, direitos trabalhistas e mecanismos estaduais para promoção à saúde, ao tratamento adequado e à qualidade de vida

No sítio digital oficial da Secretaria Estadual de Educação da Bahia, é possível encontrarmos uma série de informações que orientam os/as docentes acessarem os serviços, em especial, o direito à licença médica.

Na definição que é dada à **Licença para tratamento de saúde** o texto informa que a licença médica é “[...] concedida ao servidor, sem prejuízo da remuneração, para tratamento da própria saúde, a pedido ou de ofício, devendo a justificativa correspondente ser atestada em laudo médico”, cujos critérios básicos são: ser servidor(a) público; e, estar acometido(a) de enfermidade que exija tratamento.

O portal do RH/Bahia ainda trouxe outras informações de utilidade pública, a fim de “facilitar” o processo de solicitação e afastamento, dentre elas encontram-se os procedimentos para o requerimento, a saber: abertura de processo dirigido a Coordenação de Perícia Médica, por meio do preenchimento do requerimento de inspeção médica, com ciência do chefe imediato, comprovado por meio de assinatura e carimbo; apresentação

de documento de identidade – Registro Geral (RG) e/ou demais documentos oficiais que contenham fotografia; comparecimento junto a Coordenação de Perícias Médica para atendimento pela junta médica oficial ou, apresentação de atestado e/ou relatório médico que ateste a incapacidade de locomoção, tendo como prazo limite 48 horas após o atendimento; apresentação do Relatório Médico original, com validade de no mínimo 30 dias.

Contudo, no sítio digital oficial inexistem informações sobre as patologias que são classificadas enquanto passíveis de licença trabalhista para tratamento de saúde e/ou para o processo de solicitação de aposentadoria, deixando margens para controvérsias, disputas técnico-biomédicas e rejeições indevidas, sendo essa ausência uma ação intencional, representativa do papel de órgão mediador que é concedido à junta médica delegada pela Rede Estadual de Educação da Bahia. No quadro 4, apresentamos um apanhado geral das informações adicionais que são disponibilizadas no sítio oficial da SEC/BA acerca dos direitos dos(as) servidores(as) da rede:

Quadro 4 – Informações gerais sobre o direito do(a) servidor(a) público da Secretaria Estadual de Educação da Bahia à Licença Médica para tratamento de saúde:

Para concessão de licença para tratamento de saúde no período de até 15(quinze) dias, a inspeção será feita por médico do Sistema Unificado de Saúde – SUS, ou do setor de assistência médica estadual e, por prazo superior, por Junta Médica Oficial (Art. 146 da Lei nº 6.677 de 26/09/94).
É vedado ao servidor em licença médica o exercício de qualquer atividade remunerada, sob pena de cassação da licença, sem prejuízo da apuração da sua responsabilidade (Art.153 da Lei nº 6.677 de 26/09/94).
Na hipótese do (a) servidor (a) ser professor (a) regente, a direção da Unidade Escolar deverá indicar o (os) substituto(s) no período correspondente ao afastamento.
O (A) servidor (a) deverá acompanhar a publicação em Diário Oficial do Estado da licença para tratamento de saúde.
Para o servidor REDA: O empregado formal, ou seja, aquele que contribui para a Seguridade Social (INSS), quando acometido por uma doença a qual impossibilite desenvolver seu trabalho de forma adequada, desde que a mesma seja devidamente diagnosticada por profissional da área médica, que recomendará o afastamento para devida recuperação, gozará da chamada licença médica. Autorizada pelo Perito médico do INSS (marcar pericia INSS ligando 135).
O servidor REDA munido de relatório médico, documento de identificação, carteira de trabalho, declaração de última frequência da Unidade Escolar deve comparecer ao NTE ou a sede sala 138, para preenchimento da declaração de benefício por incapacidade.
Após perícia, o servidor REDA deve informar a sua unidade e a esta Secretaria o período de concessão da licença médica autorizada pelo INSS.
Segundo a Lei 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, especialmente no artigo 59, a verba devida ao empregado afastado por licença médica é o auxílio-doença, sendo que para o trabalhador fazer jus à mesma é necessário que

tenha cumprido o período de carência quando exigido pela Lei e ainda que o afastamento seja superior a 15 dias consecutivos.

Desta maneira, vale dizer que até o décimo quinto dia da incapacidade para o trabalho, a responsabilidade pelo pagamento dos salários, de forma integral, ainda é da empresa (art. 60, §3º da Lei 8.213/91), representando assim uma interrupção do contrato de trabalho, já que mesmo não havendo prestação da força de trabalho, o salário é devido.

Fonte: SEC/BA, 2024.

Partindo dessas informações, foi possível observarmos quais são os dispositivos legais que normatizam o direito à licença médica; ademais, o sítio digital oficial da SEC/BA ainda disponibilizou um canal, contendo uma série de “ações e serviços voltados para o cuidado e atenção à saúde do professor da Rede Pública de Ensino” (SEC/BA, 2024). Dentre os “supostos” objetivos estariam: reduzir os riscos no ambiente e da organização do trabalho com medidas de controle, avaliação e monitoramento; promover ações potencializadoras para melhoria da qualidade de vida, das relações interpessoais e de bem-estar biopsicossocial do professor; implementar ações de prevenção e promoção da saúde no ambiente de trabalho; realizar ações de acompanhamento e intervenção para as demandas prioritárias; propor e elaborar diretrizes para a construção de uma política pública de atenção à saúde do professor.

Os “supostos” serviços e ações ofertadas pela SEC/BA consistem em: **Fisioterapia** (realiza encontros com enfoque na orientação ergonômica e postural, técnicas preventivas e corretivas dos distúrbios osteomusculares e técnicas de alongamento e relaxamento; identifica, a partir da aplicação de questionários de análise ocupacional, possíveis alterações no aparelho locomotor dos professores; encaminha as demandas encontradas); **Fonoaudiologia** (realiza oficinas com ênfase na saúde vocal dos professores, com orientações sobre os cuidados com a voz através dos exercícios de aquecimento e desaquecimento vocal antes e após o exercício pedagógico; promove o debate sobre o uso adequado da voz no exercício da docência); **Nutrição** (realiza orientação nutricional sobre os benefícios de hábitos alimentares saudáveis e os cuidados com a escolha dos alimentos; encaminha os casos que houver necessidade de acompanhamento nutricional); **Psicologia** (atende o professor por meio de uma escuta técnica e qualificada com o foco nas relações interpessoais, orientando no que for necessário seja nas dificuldades ou nas alternativas para o convívio escolar; estimula a troca de experiências e partilha de experiências pessoais e coletivas para o bem-estar biopsicossocial); **Serviço Social** (realiza estudos sociais através de encontros (reuniões, palestras, colóquios) que forneçam aos professores informações e estratégias para o

enfrentamento dos diversos problemas existentes na comunidade escolar; subsidia os professores em parceria com a Rede Socioassistencial do SUS; promover a noção de que as relações humanas são a peça chave para a melhor convivência no ambiente escolar).

Todavia, conforme consta nas informações gerais, todos os serviços e ações acima dispostos são disponibilizados “por meio de oficinas e acompanhamento nas unidades escolares, [por meio de] ações coletivas e acolhimento personalizado e individualizado no SAC Educação” (SEC/BA, 2024), novamente, observamos que os dados trazidos “pouco” facilita o conhecimento e acesso, sendo, ao cabo do seu conteúdo disponibilizado uma cartilha, cuja finalidade seria “presumivelmente” **estimular o auto cuidado**, a fim de que os(as) docentes **não necessitem recorrer aos serviços presenciais, não requererem à licença médica e/ou não agravem seus problemas de saúde, ao ponto de não precisarem solicitar a aposentadoria.**

Com base em alguns dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, especialmente, a partir do princípio da contradição, percebemos que os serviços e as ações que são sugeridas e disponibilizadas, visam, em termos críticos, delegar aos(às) docentes a responsabilização pelos seus problemas de saúde. Neste sentido, são desconsideradas as condições materiais, conjunturais, estruturais e trabalhistas (totalidade) que promovem, em alguns casos, o surgimento de patologias laborais; e/ou o agravamento de doenças crônicas e congênitas, cujo tratamento médico adequado, a identificação prematura e o acompanhamento técnico-institucional promoveriam a melhoria da qualidade de vida, o acesso aos direitos trabalhistas e a (re)habilitação dos(as) docentes ao exercício profissional.

Em sua análise sobre a relação entre trabalho, saúde e qualidade de vida dos(as) docentes, Reis *et al.* (2020, p. 101) argumentaram que “o tema da sobrecarga de trabalho, por exemplo, é recorrente, prevalecendo a ideia de menor disponibilidade de tempo para cuidados com a saúde, o lazer, a alimentação, as atividades físicas, o repouso, a higiene e

a prevenção de doenças” que são fatores de riscos à saúde, responsáveis pelo adoecimento laboral⁴ e agravamento das patologias de natureza crônica⁵ e congênitas⁶.

Diante deste cenário, as estratégias que são promovidas para a melhoria da qualidade de vida dos(as) docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia, não se referem à jornada de trabalho como sendo um fator de adoecimento laboral; por outro lado, as ações, recomendações e “dicas” que são expostas em seus dispositivos (sítio digital oficial e guia⁷) referem-se aos procedimentos que podem e “devem” ser adotados para minorar, minimizar e evitar o cansaço físico e mental. Em seu sub texto o que ficou explicitado foi a responsabilização aos/às trabalhadores(as) sobre os seus próprios processos de adoecimento, assim, o que se espera, ao fim e ao cabo, é a constituição de um “corpo” saudável, capaz de: assumir altas cargas de atividades, em proveito do cumprimento das excessivas jornadas diárias/semanais de trabalho (intra e extra sala de aula); alcançar as metas pedagógicas (estaduais e nacionais) e do envolvimento em tarefas extra sala de aula – participação em oficinas, cursos de formação continuada, organização de solenidades previstas nos calendários festivos, acúmulo de cargos técnico-administrativo etc.; ocupar e acumular cargos na administração das unidades escolares (diretoria e/ou coordenação pedagógica); e, resignar os(as) profissionais acerca das condições materiais, estruturais, institucionais e técnico-pedagógicas que totalizam a *práxis* docente.

Tais condições são, então, assinaladas pela literatura especializada como fatores que influenciam negativamente na saúde e na qualidade de vida dos professores que, sobrecarregados, apresentam menores escores de saúde e qualidade de vida. Nesses termos, indicando uma

⁴ As doenças laborais, também conhecidas como “doenças ocupacionais”, “doenças profissionais”, “idiopatias”, “ergopatias”, “tecnopatias” e “doenças profissionais típicas”, foram definidas como sendo o resultado de patologias produzidas ou desencadeadas pelo exercício profissionais de determinadas atividades. Ao seu respeito, existe um dispositivo legal específico, definido no Art. 20, I., da Lei de 8.213, aprovada em 24 de julho de 1991, na ocasião pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, sendo tipificada como sendo: i) doença degenerativa; ii) doença inerente ao grupo etário; iii) doença que não produza incapacidade laborativa; e, iv) doença epidêmica adquirida no exercício do trabalho (Brasil, 1991).

⁵ As doenças crônicas são de diversas naturezas, sendo considerada uma patologia que apresenta evolução graduação – de curta, média e longa duração – causadas por múltiplos fatores; além disso, entende-se que as doenças crônicas não oferecem riscos de morte em curto prazo, todavia, a ausência de tratamento adequado pode levar ao agravamento do quadro, tornando-as irreversíveis em alguns casos. No contexto baiano, o Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Saúde, criou a Rede de Atenção à Pessoa com Doença Crônica, instituída por meio da Portaria n. 483, de 1 de abril de 2014, cuja atribuição é prestar assistência de saúde, a partir de equipes multiprofissionais, sendo também estabelecido três eixos de ação: i) vigilância, informação, avaliação e monitoramento; ii) promoção da saúde; e, iii) cuidado integral. Esse serviço é destinado à população, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

⁶ Doenças congênitas são patologias de diversas naturezas, múltiplas causas, hereditárias e que se apresentam desde o nascimento.

⁷ Este documento, analisado posteriormente, foi elaborado pela Superintendência de Recursos Humanos e pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia, tendo contado com o apoio técnico-científico da Secretaria Estadual de Educação da Bahia, cujo lançamento ocorreu no ano de 2018.

espécie de ciclo vicioso, muitos pesquisadores correntemente sinalizam que a dilatação do trabalho docente impacta na redução da disponibilidade de tempo desses profissionais para cuidados com a saúde e com os outros fatores que a atravessam. O que sinaliza a demanda por políticas de valorização do trabalho docente e de atenção à jornada de trabalho e às condições de saúde desse trabalhador. (Reis *et al.*, 2020, p. 103).

De modo similar ao que foi observado por Reis *et al.* (2020) ao levantarmos e problematizarmos a produção acadêmica sobre a relação entre **trabalho ↔ saúde ↔ qualidade de vida**, à luz das percepções dos(as) colaboradores(as) que participaram deste estudo, percebemos que grande parcela deles(as) relatou o acúmulo de atividades e as extensas jornadas de trabalho um fator de adoecimento e de agravamento de suas patologias. Em casos específicos, que optamos em tratar mais adiante, alguns dos(as) docentes ouvidos disseram que as condições de trabalho e as experiências vivenciadas no ambiente escolar (sala de aula, na sala de professores(as), nas reuniões, nas dependências da gestão/administração e demais espaços que integram as unidades) foram fatores que retardaram a identificação de seus problemas de saúde, culminando, em alguns dos casos, no agravamento de seus quadros patológicos.

Em estudo recente, com base nas condições de trabalho dos(as) docentes e na saúde desses(as) profissionais que atuam nas redes municipais de educação da macrorregião do Sudoeste da Bahia, Silva; Brito e Nunes (2020) revelaram que o aumento na carga horária de trabalho dos(as) profissionais se justificava pela baixa remuneração salarial, impelindo grande parcela a assumir vínculos, tanto na rede pública quanto privada ou de modo concomitante nas redes estadual e municipal, o que segundo os relatos estaria entre as principais causas de: adoecimento laboral, agravamento de problemas crônicos e/ou congênitos, afastamento e desligamento. À vista disso, a relação entre **trabalho ↔ saúde ↔ qualidade de vida** não pode desconsiderar as condições estruturais, materiais, institucionais e individuais, configurando, assim, a totalidade do(s) fenômenos sociais que são: a existência, o acesso e a garantia dos direitos trabalhistas; as condições para a promoção da qualidade de vida entre os(as) docentes; e, as percepções (subjetivas) dos(as) colaboradores, por meio de suas experiências, seus desafios, suas impressões acerca dos processos de **adoecimento ↔ tratamento ↔ cura**.

No guia publicado pela Superintendência de Recursos Humanos, em parceria com a Secretaria de Administração do Estado da Bahia, lançado em 2018, **Não basta ser chefe. Tem que participar. Guia rápido para gestores**, cujo título já sugere uma

orientação aos(às) gestores(as) que atuam na Administração Pública, encontram-se dispostas indicações de como os(as) agentes devem criar estratégias para socializar entre os(as) profissionais, dentre eles(as), os(as) docentes, os direitos e os mecanismos legais para acessarem à dispensa trabalhista via licença médica⁸.

No tocante à licença médica, o guia qualificou o direito à licença e buscou distinguir os diferentes tipos de concessões, conforme podemos ler no trecho destacado a seguir:

O **direito dos servidores** a gozar licenças obedece a diversos dispositivos legais, alguns deles ligados apenas a **categorias específicas**, como a de **magistério**, por exemplo. Na maioria dos casos, no entanto, além do atendimento aos dispositivos legais, a efetiva concessão da licença (prêmio ou para interesse particular) demanda a emissão de parecer pela chefia imediata do servidor. (Bahia, 2018, p. 15, grifos nosso).

Tal como compreendemos, a necessidade de tratar das licenças, dentre elas a licença médica aos(às) docentes, enquanto um direito dos(as) servidores(as) tem como objetivo central afastar as noções/interpretações – errôneas, que muitas vezes circulam entre nossos grupos de sociabilidade – de que a dispensa trabalhista via licença médica, com direito à remuneração salarial e aos demais benefícios, se constituiria enquanto um “privilégio”, um “subterfúgio oportunista” dos(as) servidores(as) e/ou “vantagem indevida”, que supostamente acarretaria em aumento dos gastos públicos. No sentido oposto, fazemos questão de corroborar com a definição que foi apresentada, de que se trata de um direito legal, direito este que deveria ser estendido aos(às) demais trabalhadores(as) – de modo geral – das demais entidades federativas (União, Estado, Município e Distrito Federal) e do setor privado, uma vez que, ao nos embasarmos no arcabouço teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético, buscamos compreender e até certo ponto, popularizarmos, o princípio de que independente de qual seja a categoria profissional, o setor empregatício e os vínculos profissionais (ou até

⁸ Ressaltamos que além da licença médica para tratamento de saúde, são recomendados(as) aos(às) gestores(as) a criação de ações que visem conscientizar os(as) agentes públicos acerca de seus direitos, tais como: programa de férias, gestão de escala e plantão, controle de frequência, movimentações, remoções, transferências, substituições, entre outros. Lembramos que, este guia, elaborado por órgãos institucionais, mediadores entre o Estado e os(as) trabalhadores(as), cumpre o papel de popularizar entre a classe trabalhadora, seus direitos legais, de modo a facilitar os processos burocráticos, instruir os(as) agentes públicos e coibir abusos que eventualmente poderão ser cometidos pelas instâncias governamentais.

mesmo em sua ausência⁹), os(as) despossuídos dos meios de produção e do capital acumulado, totalizam a classe trabalhadora.

Ainda de acordo com o guia, foi instituída uma comissão interna na Superintendência de Recursos Humanos do Estado da Bahia, com a qual os(as) servidores(as) podem realizar previamente a verificação da conformidade dos documentos que devem ser apresentados no ato de abertura do processo de solicitação da licença, dentre elas, licença médica, de modo a facilitar o processo e evitar eventuais veleidades por parte do Estado, em especial, por meio da junta médica que é instituída para a concessão/rejeição do direito ao afastamento. Em um de seus itens, ficou determinado que:

Para licenças ligadas a motivos de saúde do servidor ou de familiares, no entanto, o procedimento é diferente e envolve a Junta Médica. Nesses casos, o requerimento do servidor será encaminhado diretamente à Junta Médica, que poderá solicitar documentos ou realizar perícia, conforme o caso. O gestor poderá acompanhar todo o processo via Portal de Serviços, mas nesses casos não poderá interferir no período de concessão do direito, uma vez que este estará diretamente vinculado ao problema a ser tratado. Para mais informações, veja a seção Junta Médica. (Bahia, 2018, p. 15).

Aqui observamos que o direito à licença médica, mesmo que assegurado aos(às) servidores(as) públicos, depende do aval de uma série de instâncias, a começar pelo(a) gestor imediato (ocupante do posto de diretor(a) escolar), responsável pela emissão de um termo de dispensa; posteriormente, a responsabilidade é atribuída à junta médica do Estado, cuja decisão final determina a concessão e/ou rejeição da dispensa trabalhista, mesmo nos casos em que os(as) solicitantes possuam laudos médicos (de profissionais das redes público e/ou privada) atestando a existência de determinada(s) patologias e a (in)capacidade para o exercício profissional. Portanto, mesmo que revestido de um direito trabalhista, o acesso, o uso e os procedimentos para usufruir da licença médica dependem de uma série de requisitos, cuja avaliação será feita interna (unidade escolar onde o/a docente esteja alocado¹⁰) e externa (junta médica).

⁹ Neste ponto nos referimos aos(às) milhares de trabalhadores(as) informais, aos(às) profissionais liberais e aos(às) desempregados(as).

¹⁰ Conforme sabemos, no âmbito das instituições (públicas e/ou privadas) todas as relações interpessoais são marcadas por afetos, afinidades, conflitos e disputas, não sendo diferente no ambiente escolar, em que sujeitos, ideias e grupos convivem de modo harmonioso, conflituoso, cooperativistas e ou corporativistas. Assim sendo, os dispositivos legais que orientam o direito à licença médica devem evitar que tais relações interpessoais afetem, especialmente, de modo negativo e injustiçado, o acesso à qualidade de vida (em especial no ambiente de trabalho), o tratamento médico adequado (às patologias laborais, crônicas e/ou congênitas) e a garantia dos direitos básicos.

Logo, a concessão de dispensa trabalhista via licença médica não é um processo simples, contudo, o julgamos necessário, a fim de que sejam evitadas veleidades no serviço público, todavia, defendemos a existência de processos justos, respeitosos, transparentes, lícitos e idôneos. Assim sendo, enquanto a junta médica assumiria um papel de instrumento de mediação entre a classe trabalhadora e o Estado – sendo um instrumento diretivo deste último – a Superintendência de Recursos Humanos também cumpriria esse papel, enquanto órgão mediador, contudo, em representação dos interesses, direitos e deveres dos(as) trabalhadores(as). Eis aqui um ponto delicado desta interpretação, pois conforme sabemos, as composições das estruturas são determinadas a partir de coalizões, grupos de interesse e ideologias, uma vez que os(as) agentes atuam não apenas a partir de suas orientações.

Assim sendo, opor junta médica vs. Superintendência de Recursos Humanos, encarando a primeira enquanto instrumento de defesa dos interesses do Estado e a segunda enquanto órgão de proteção da classe trabalhadora, seria redundarmos em um simplismo falsificador da realidade (totalidade), uma vez que os sujeitos empossados em ambos os órgãos (efetivos e/ou eletivos), agem não apenas a partir de seus pressupostos individuais (ideologias), de suas visões de classe e/ou dos instrumentos legais (infraestrutura) que orientam a estrutura (Estado), existe nessas composições um complexo jogo de interesse (contradições) que permitem a defesa de um em detrimento do outro (mediações).

Conforme podemos ler na Figura 6, em trecho recortado a partir do guia, não é de responsabilidade da Superintendência de Recursos Humanos promover uma defesa integral dos interesses dos(as) servidores(as), é de responsabilidade dos(as) agentes se atentarem para os prazos, os critérios legais e as disposições que orientam o direito à licença médica.

Figura 6 – Informações sobre prazos para solicitação de licença médica:

Importante: o RH Bahia registrará automaticamente a ausência justificada do servidor no período programado para licença. Caso seja necessário realizar alterações no período (por conta da mudança na data de uma cirurgia, por exemplo), será preciso cancelar a programação e refazer o procedimento.

Embora o procedimento seja simples, o cancelamento integral só é possível se feito até três dias após a solicitação; caso contrário ao menos parte dos dias de ausência serão computados pelo sistema.

Fonte: BAHIA, 2018, p. 15.

Conforme discutimos anteriormente, no que tange a qualidade de vida docente não podemos desconsiderar os fatores estruturais (Estado), as políticas públicas educacionais de valorização da carreira profissional (infraestrutura) e os aspectos relacionados aos condicionantes subjetivos. Com relação ao último ponto, estamos de acordo com Castro Neta; Cardoso; Nunes (2021, p. 2077) de que “[...] Desenvolvimento Profissional Docente se apresenta por meio de uma trajetória não linear, complexa e contraditória, reflexo das relações marcadas pelo Estado capitalista”. Desse modo, é lícito buscarmos analisar as relações entre qualidade de **vida** ↔ **saúde** ↔ **trabalho**, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, capaz de apreendermos as condições sociais em que se reproduz a vida humana, a formação profissional, a *práxis* docente e as visões subjetivas dos(as) colaboradores(as), tendo como baliza o macrossocial e as experiências individuais.

[...] a expressão mal-estar docente descreve os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor, resultado das condições em que exerce a docência. A partir de tais condições, os docentes passam a manifestar sentimentos negativos intensos, como angústia, alienação, ansiedade e desmotivação, além de exaustão emocional, frieza perante as dificuldades dos outros, insensibilidade e postura desumanizada, comprometendo sobremaneira o seu desenvolvimento profissional. (Castro Neta; Cardoso; Nunes, 2021, p. 2077).

Ao tomarmos de empréstimo a concepção de “mal-estar”, utilizadas por Castro Neta; Cardoso; Nunes (2021), observamos entre os(as) participantes deste estudo que o adoecimento não se resume aos seus horizontes individuais, sendo o resultado de uma conjunção de fatores, dentre os quais encontram-se os direitos trabalhistas, a valorização da carreira profissional e suas recordações (passado), percepções (presente) e projeções (futuro). Consideramos que o mal-estar é um elemento presente nas percepções dos(as) colaboradores(as) deste estudo, cujo adoecimento e a baixa expectativa com relação a qualidade de vida, afetam negativamente em seus processos de *práxis* educacional, tratamento adequado dos problemas de saúde e carreira profissional.

No que diz respeito aos impactos das políticas públicas neoliberais, no contexto baiano, encontra-se a proposta de Lei 13.725/2017, que prevê a diminuição para 10 dias o tempo médio das licenças concedidas aos servidores públicos estatutários da Administração Direta e Indireta (Autarquia e Fundação) do Estado (Categorias: 02 - Civil Ativo), que esteja em situação.

A modificação se justifica como sendo Licença médica pelo prazo de até 10 dias, recomendada por médico do Sistema Unificado de Saúde (SUS), do setor de assistência médica estadual e de outros estabelecimentos da preferência do servidor (Arts. 99 e 146 da Lei 6.677, de 26/09/1994 alterada pela Lei 13.725 de 12.06.2017 - Instrução Nº 013 de junho de 2017). Todavia, as mobilizações sindicais e as mobilizações institucionais, das categorias e associações de área de estudo, as novas regras delimitaram uma diminuição do tempo da licença médica, que passava de 30 para 15 dias (provisoriamente) e não apenas para 10, conforme pretendia o projeto inicial. Contudo, naquele mesmo ano, a ausência de mobilizações e embates, deram forças ao Estado que acabou sancionando a lei com o período de 10 dias. As novas regras definiram que:

Quadro 5 – Novas regras para o afastamento médico, em vigor a partir da Lei 13.725/2017:

Para concessão de licença para tratamento de saúde no período de até 15 (quinze) dias, a inspeção será feita por médico do Sistema Unificado de Saúde – SUS, ou do setor de assistência médica estadual e, por prazo superior, por Junta Médica Oficial (Art. 146 da Lei nº 6.677 de 26/09/94).

Art. 1º - Fica acrescido o parágrafo único ao art. 99 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, com a seguinte redação:

"Art. 99 -Parágrafo único - Na hipótese de licença para tratamento de saúde, findo o prazo de afastamento por atestado médico cujo período seja inferior a 10 (dez) dias, se, dentro de um período de 60 (sessenta) dias, o servidor voltar a se afastar e a soma dos atestados ultrapassar 10 (dez) dias, ainda que não relacionados à mesma Classificação Internacional de Doenças - CID, terá direito ao benefício previdenciário a partir do décimo primeiro dia de afastamento, mesmo que descontínuo, devendo ser submetido a perícia pela Junta Médica Oficial do Estado". (NR)

Art. 2º - O caput do art. 146 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 146 - Para licença até 10 (dez) dias, a inspeção poderá ser feita por médico do Sistema Unificado de Saúde, do setor de assistência médica estadual e de outros estabelecimentos da preferência do servidor, a partir do décimo primeiro dia, através de perícia a ser realizada pela Junta Médica Oficial do Estado". (Lei 13.725/2017).

Sujeitar-se-á às penas previstas em lei o servidor que, sem motivo justificável, não se submeter à inspeção médica determinada pela autoridade competente, considerando-se

ausência ao serviço os dias que excederem a essa penalidade, para fins de processo por abandono de cargo (Art. 151 da Lei nº 6.677 de 26/09/94).
É vedado ao servidor em licença médica o exercício de qualquer atividade remunerada, sob pena de cassação da licença, sem prejuízo da apuração da sua responsabilidade (Art.153 da Lei nº 6.677 de 26/09/94).
Na hipótese do(a) servidor(a) ser professor(a) regente, a direção da unidade escolar deverá indicar o(os) substituto(s) no período correspondente ao afastamento, de acordo orientações da DIREH/CPM.

Fonte: Bahia, 2017.

A Lei 13.725/2017 que dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde no âmbito do serviço público estadual da Bahia, representa um retrocesso significativo no reconhecimento dos direitos dos servidores públicos em relação à sua saúde. Através dessa lei, são estabelecidos procedimentos que tiram as condições adequadas para o tratamento e anulam direitos garantidos para os funcionários que necessitam de licença médica para tratamento de saúde, sobretudo, em período acima de 10 dias.

[...] findo o prazo de afastamento por atestado médico cujo período seja inferior a 10 (dez) dias, se, dentro de um período de 60 (sessenta) dias, o servidor voltar a se afastar e a soma dos atestados ultrapassar 10 (dez) dias, ainda que não relacionados à mesma Classificação Internacional de Doenças – CID terá direito ao benefício previdenciário a partir do décimo primeiro dia de afastamento, mesmo que descontínuo, devendo ser submetido a perícia pela Junta Médica Oficial do Estado. (Bahia, 2017).

Ao buscarmos um entendimento sobre as alterações da Lei 13.725/2017 devemos atentar para o parágrafo único do Art. 1, pois os atestados médicos passam a fazer parte do histórico funcional do servidor, isso impactaria na vida funcional, podendo haver penalizações. Esse dado é desconhecido por grande parte dos estatutários, que desconhecem dos riscos de serem punidos em decorrência da falta de informações aos trabalhadores e gestores escolares.

Uma das principais características da lei é a “simplificação do processo” de concessão de licença médica, o que pode contribuir para uma resposta mais ágil às necessidades dos servidores em casos de enfermidade, todavia, não diminui a burocracia por traz do processo de concessão de licença médica ou promove a facilidade em estender o prazo em casos de tratamentos incompletos, onerando os servidores em fazer revisões

periódicas e em prazos menores, implicando no estresse e na qualidade da reabilitação ao exercício profissional. Embora a legislação preveja a possibilidade de prorrogação da licença em casos de necessidade, garantindo assim um suporte adequado aos funcionários que enfrentam problemas de saúde prolongados.

No entanto, é importante ressaltar que a efetividade da Lei 13.725/2017 depende da sua implementação eficaz e da disponibilidade de recursos adequados para garantir o cumprimento de seus dispositivos, todavia, os gastos com deslocamento entre as localidades onde residem e a capital do Estado, onde são realizadas as perícias por parte da Secretaria de Estado, são de inteira responsabilidade dos profissionais afastados. Questões como a capacitação dos profissionais de saúde responsáveis pela avaliação dos servidores, a garantia de acesso a serviços de saúde de qualidade e o acompanhamento adequado dos casos de licença médica são fundamentais para o sucesso dessa legislação, todavia, nos relatos que coletamos, os colaboradores majoritariamente consideram desconhecerem e não acessarem esses serviços, até mesmo disseram desconhecer os materiais de “conscientização dos direitos trabalhistas” e de “acesso à licença médica”.

Diante disso, faz-se necessário um monitoramento constante para evitar possíveis abusos ou irregularidades no uso da licença médica, garantindo que a lei seja aplicada de forma justa e transparente para todos os envolvidos. Em suma, a Lei 13.725/2017 representa um grande passo no processo de desmonte dos direitos dos servidores públicos em relação à sua saúde, sob o pretexto de evitar o uso de afastamentos longos e indiscriminados, a lei em questão tem sua vitalidade e dependência nas forças que ascendem aos cargos de poder e gestão dentro da estrutura burocrática do Estado.

Desse modo, precisamos analisar o papel mediador de órgãos, a exemplo da Superintendência de Recursos Humanos, com base em experiências dos(as) docentes arrolados neste estudo, cruzarmos esses dados com os princípios orientadores que garantem o direito à licença e com as demais pesquisas de naturezas: teórico-metodológicas, análises de caso que versam sobre a mesma temática aqui estudada.

4.2 Percepções e experiências sócio profissionais sobre os mecanismos legais para acesso e garantia dos direitos trabalhistas

Com base no método do MHD, Cardoso Júnior et al. (2022) sinalizam para a necessidade de compreendermos os antônimos de qualidade de vida, a partir das percepções dos educadores, de modo a compreendermos os opostos complementares e as

oposições dialéticas, se por meio da tese, antítese e síntese, produz a realidade e as percepções de saúde, trabalho e doença que circulam no imaginário dos profissionais da educação.

O que seria pensar o oposto de qualidade de vida (QV) para um indivíduo? Se pensamos que a QV é um fenômeno de amplas facetas, mas que pode ser estudado pelos domínios anteriormente propostos, podemos pensar em um elemento que possa antagonizar cada domínio. Por exemplo, qual seria o oposto de qualidade de vida física? De maneira semelhante podemos aplicar esse entendimento ao domínio da QV psicológica. O adoecimento mental é o oposto necessariamente a qualidade de vida mental? Pelo disposto parece aplicável se falar em Adoecimento Ambiental como oposto da Qualidade de Vida no Trabalho?. (Cardoso Júnior et al., 2022, p. 73-74).

Na complexa ideologia neoliberal, hegemônica com ênfase no âmbito profissional, a saúde do trabalhador emerge como um desafio político e social, cuja integridade influencia diretamente a qualidade e o desempenho do trabalho realizado.

No contexto educacional brasileiro, essa premissa se torna ainda mais evidente, pois o professor, como agente transformador do conhecimento, necessita de um equilíbrio físico e mental para desempenhar eficazmente seu ofício, porém, no desequilíbrio entre a garantia da qualidade de vida profissional e a promoção de uma educação de qualidade, o Estado se apresenta enquanto uma esfera de proteção dos interesses das elites dominantes. A afirmativa de que o profissional doente e não recuperado não consegue desenvolver de maneira satisfatória o seu ofício, tendo a necessidade de buscar tratamento, ausentando-se do trabalho, reflete não apenas uma realidade observável, como também na própria promoção da qualidade da educação básica e pública. Uma vez que na relação entre a saúde do professor e sua capacidade de desempenhar suas funções de maneira satisfatória estão intrínsecos e multifacetados.

Primeiramente, a doença física ou mental pode comprometer diretamente a energia e a disposição do profissional, reduzindo sua eficiência no planejamento e execução das aulas, bem como na interação com os alunos e colegas; a dor física, a fadiga crônica ou a ansiedade, por exemplo, podem minar a capacidade do professor de se concentrar, comunicar efetivamente e manter um ambiente de aprendizagem estimulante; a saúde precária pode afetar negativamente o bem-estar emocional do professor, impactando sua motivação, criatividade e resiliência diante dos desafios do ensino. Sentimentos de estresse, desânimo ou desesperança podem se manifestar, comprometendo não apenas o desempenho profissional, mas também a própria saúde mental do indivíduo.

O contexto parece ser de instabilidade em meio aos desafios da atualidade, onde o trabalhador já não possui mais os meios de regular toda a sua natureza. Sem a garantia do emprego os profissionais da educação se recintem das ferramentas tecnológicas necessárias à execução destes “novos” padrões laborais, sofrem com a instabilidade psicossomática do organismo e são afetados em todas as suas dimensões da qualidade de vida. Sobrecarrega-se acima de todos os seus limites. O MHD revela a luta do docente por sua qualidade de vida. Ele desvenda a concretude do fenômeno exatamente onde o capital exhibe a sua face mais perversa. (Cardoso Júnior et al., 2022, p. 77).

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de investir na promoção da saúde e no bem-estar dos professores como uma prioridade na agenda educacional e das políticas públicas de valorização da carreira profissional da docência. Isso implica não apenas em oferecer acesso a serviços médicos e psicológicos de qualidade, mas também em criar um ambiente de trabalho que valorize o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, promova a prevenção de doenças e o autocuidado, e incentive o apoio mútuo entre os membros da comunidade escolar.

Ao reconhecer e agir sobre a interdependência entre saúde e desempenho profissional, as instituições educacionais podem não apenas melhorar as condições de trabalho dos professores, mas também fortalecer a qualidade do ensino e aprendizagem. Um professor saudável não é apenas um ativo para a escola, mas também um modelo a ser seguido pelos alunos, inspirando-os não apenas com seu conhecimento, mas também com sua vitalidade e compromisso com o bem-estar integral.

Um dado preliminar com relação às percepções dos(as) professores(as) colaboradores(as) que contribuíram para este estudo é de que o processo de licença trabalhista (temporária e/ou permanente) não é fácil, sendo caracterizado enquanto: “burocrático”, “excessivo”, “difícil” e “penoso”. Conforme interpretamos, os(as) docentes ouvidos(as) consideraram as dificuldades em torno do processo (solicitação, avaliação e concessão) enquanto um fator de agravamento dos quadros de saúde, de diminuição da qualidade de vida durante o tratamento e de adoecimento psicológico e mental.

No quadro a seguir apresentamos os dados etnográficos¹¹ dos(as) participantes que integraram este estudo, a fim de produzirmos um perfil desses(as)

¹¹ Nos tópicos em que constam “Não informado(a)”, ressaltamos que o preenchimento dos roteiros etnográficos foi feito pelos(as) próprios colaboradores(as), portanto, as ausências decorrem das decisões individuais em responderem ou não, uma vez que foi dada a opção.

colaboradores(as)¹², de modo a interpretarmos os lugares sociais e suas respectivas visões de mundo.

Quadro 6 – Perfil etnográficos dos(as) docentes colaboradores(as):

Nome	Idade	Grupo étnico-racial	Naturalidade*	Tempo de exercício profissional (geral)**
Professora Colaboradora 1	56 anos	Branca	Vitória da Conquista/BA	26 anos
Professora Colaboradora 2	54 anos	Indígena	Cícero Dantas/BA	32 anos,
Professora Colaboradora 3	47 anos	Parda	Vitória da Conquista/BA	Não informado
Professor Colaborador 4	69 anos	Preto	Saúde/BA	43 anos
Professora Colaboradora 5	52 anos	Parda	Itapetinga/BA	32 anos
Professor Colaborador 6	62 anos	Pardo	Vitória da Conquista/BA	39 anos
Professora Colaboradora 7	72 anos	Branca	Salvador/BA	45 anos
Professora Colaboradora 8	48 anos	Branca	Vitória da Conquista/BA	32 anos

* Incluímos esta categoria nos dados por reconhecermos que Vitória da Conquista – BA se tornou, ao longo dos últimos anos, um dos principais polos da macrorregião do Sudoeste da Bahia, em decorrência da disponibilidade de empregos, serviços e sistemas de saúde e educação (IBGE, 2022).

** Incluímos esta categoria por reconhecermos que o início do exercício profissional, para muitos sujeitos oriundos(as) das classes médias e baixas, ocorre na infância e adolescência.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Com base nas informações dispostas acima, podemos perceber que a média de idade dos(as) participantes foi de 55,6 anos de idade, com predomínio de

¹² A fim de preservarmos as identidades dos(as) colaboradores(as), optamos em suprimir seus nomes; ademais, as identificações de gênero foram incorporadas aos nomes, logo, quando se lê “professora” sabe-se que se tratar da autoidentificação ao gênero feminino e “professor” ao gênero masculino.

colaboradores(as) afro-brasileiros, somados pretos e pardos, conforme o critério admitido pelo IBGE. Ressaltamos que este estudo contou com a participação majoritária de docentes do gênero feminino, sendo que este resultado decorreu da livre adesão ao estudo, não sendo um dado passível de interpretação.

Contudo, ao longo do texto, trataremos sempre de ambos os gêneros, de modo a respeitarmos as autoidentificações. Mesmo considerando que os demonstrativos de gênero e autoidentificação étnico-racial não nos permitem um aprofundamento do cenário educacional brasileiro, em especial, baiano, devemos considerar a literatura acadêmica sobre a carreira docente no Brasil, cujo predomínio de mulheres apontou para a “feminilização” do magistério, uma vez que a ideologia hegemônica de nossa sociedade, considerava as funções de ensino e cuidado como sendo atributos “naturais” desse gênero – ressaltamos que essa visão encontram-se em um franco processo de desconstrução, todavia, os dados sobre o ingresso no Ensino Superior no Brasil ainda apontam para o predomínio feminino nos cursos de Pedagogia (Licenciatura e Bacharelado) e nas Licenciaturas; além do fato de que somente recentemente, por meio das políticas públicas educacionais afirmativas (cotas), as Licenciaturas passaram a serem as principais opções (acesso e permanência) para as populações afro-brasileiras e indígenas.

No quadro seguinte, demonstramos os resultados sobre emprego, vínculo, jornada semanal e tempo de atuação profissional, em especial, na Rede Estadual de Educação da Bahia – optamos, em suprimir as informações sobre a carga horária semanal no sistema privado e nas demais redes de ensino (municipal e federal)¹³.

Quadro 7 – Dados sobre empregabilidade dos(as) docentes colaboradores:

Nome	Vínculo profissional com a Rede Estadual de Educação da Bahia	Tempo de atuação profissional na Rede Estadual de Educação da Bahia	Carga horária semanal na Rede Estadual de Educação da Bahia
Professora Colaboradora 1	Efetiva (Concurso Público)	26 anos	40 horas

¹³ Ressaltamos que os dados, por ora omitidos, serão recuperados adiante, a fim de corroborarmos com o pressuposto de que o acúmulo de funções e as altas jornadas semanais de trabalho são fatores que contribuem para os processos de adoecimento laboral e agravamento de patologias de naturezas crônica e congênitas.

Professora Colaboradora 2	Efetiva (Concurso Público)	24 anos	40 horas
Professora Colaboradora 3	Efetiva (Concurso Público)	14 anos	40 horas
Professor Colaborador 4	Efetivo (Concurso Público)	20 anos	40 horas
Professora Colaboradora 5	Efetiva (Concurso Público)	29 anos	40 horas
Professor Colaborador 6	Efetivo (Concurso Público)	23 anos	20 horas
Professora Colaboradora 7	Efetiva (Concurso Público)	25 anos	40 horas
Professora Colaboradora 8	Efetiva (Concurso Público)	17 anos	40 horas

Fonte: Elaboração própria, 2024.

De acordo com os dados acima, podemos perceber que o tempo de atuação profissional na Rede Estadual de Educação da Bahia, é superior a 20 anos, sendo um demonstrativo de que esses(as) educadores em sua *práxis* docente têm uma vasta experiência, além de terem vivenciado transformações significativas, a exemplo da Lei n. 13.415, de 2017, responsável por instituir a nova organização do Ensino Médio e da aprovação da Resolução n. 2, aprovada pelo CNE/CP, em 2017, que alterou o Art. 26, da Lei n. 9.394/96, responsável por instituir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em vigor desde o ano de 2018 (Brasil, 2018).

Observamos entre os(as) educadores(as) que colaboraram com este estudo, o predomínio de jornadas semanais de 40 horas, todavia, ao longo das conversas que tivemos, grande parcela alegou trabalhar mais do que o tempo regular, pois o acúmulo de tarefas extrassala de aula e extraunidade escolar, constitui-se enquanto uma realidade do exercício da carreira docente. As extensas jornadas de trabalho, o acúmulo de tarefas – e funções administrativas – além da existência de vínculos com a rede privada e/ou

municipal, despontou como fator preponderante de adoecimento e/ou agravamento dos problemas de saúde. Em algumas das conversas que tivemos, dentre os aspectos que apontavam (timidamente) para a melhoria das condições de trabalho, com impactos na qualidade de vida, foram apontados o tempo de atuação profissional (planos de carreira) e a formação continuada (habilitação profissional para ensino de disciplinas, segunda formação profissional de nível superior e pós-graduações *latu sensu* e *stricto sensu*). No quadro 8 apresentamos o perfil formativo dos(as) docentes colaboradores(as) de modo a ampliarmos nosso entendimento sobre suas trajetórias formativas.

Quadro 8 – Dados sobre formação profissional (inicial) e formação continuada:

Nome	Formação profissional inicial + modalidade	Formação acadêmica (segunda graduação) + modalidade	Nível de formação profissional	Curso de formação profissional continuada	Tempos de formação profissional (inicial)
Professora Colaboradora 1	Licenciatura em Pedagogia	Habilitação para ensino de Educação artística e Sociologia	Especialização <i>latu sensu</i>	Psicopedagogia clínica e institucional	30 anos
Professora Colaboradora 2	Licenciatura em História	Não possui	Especialização <i>latu sensu</i>	Não informado	29 anos
Professora Colaboradora 3	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	Não possui	Especialização <i>latu sensu</i>	Reabilitação	24 anos
Professor Colaborador 4	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais	Não possui	Especialização <i>latu sensu</i>	Não informado	42 anos
Professora Colaboradora 5	Licenciatura em Letras	Não possui	Especialização <i>latu sensu</i>	Não informado	31 anos
Professor Colaborador 6	Engenharia civil	Licenciatura em Física	Especialização <i>latu sensu</i>	Não informado	35 anos
Professora Colaboradora 7	Licenciatura e Bacharelado em Biologia	Não possui	Especialização <i>latu sensu</i>	Não informado	48 anos
Professora Colaboradora 8	Licenciatura em Letras	Não possui	Especialização <i>latu sensu</i>	Não informado	21 anos

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Segundo a Professora Colaboradora 1, ao tocarmos no assunto do processo de solicitação de dispensa trabalhista via licença médica, a participante alegou que: “[...] não considero que seja um processo fácil, [...] ele nos desgasta”. Neste ponto observamos certa dificuldade por parte da colaboradora em definir o processo, essa dificuldade se apresentou em expressões como: “como falo?” e “como poderia te explicar isso?”, pois conforme nos alegou: “[...] existem alguns requisitos que devem ser preenchidos e uma série de documentos que precisam ser apresentados”. Ao narrar sua experiência a colaboradora pontuou o prazo da licença, que segundo ela “[...] a dispensa que é dada é de três meses, então, de três em três meses eu tinha que ficar indo até a junta apresentar os documentos [...]”, ainda de acordo com seu relato: “[...] quando se aproximava dos dois anos, desde a primeira dispensa, certa vez uma agente do RH lhe questionou: “você terá que escolher, pois já se passou um ano e meio e daqui a algum tempo você terá que optar em ficar renovando ou solicitar a aposentadoria”.

Dentre as dificuldades que foram apresentadas pela Professora Colaboradora 1, após decorrido quase dois anos, desde a sua primeira dispensa trabalhista (sucessivamente renovada a cada três meses, mediante apresentação de novo laudo médico que atestava seus problemas de saúde), precisou optar em continuar com o processo de renovação e/ou solicitar a aposentadoria, contudo, ao se apresentar à junta médica da Rede Estadual de Educação da Bahia, tomada a decisão em requerer o afastamento definitivo do trabalho, ouviu da médica responsável pela sua avaliação que a mesma não tinha nenhum problema de saúde e que estava apta ao trabalho, logo, o seu primeiro processo de solicitação de aposentadoria foi rejeitado, sendo a ela negado um direito trabalhista.

Conforme nossas observações acerca dessa experiência, depreendemos que a junta médica, enquanto órgão de mediação entre o Estado e a classe trabalhadora, se apresentou como um entrave para a consecução da docente acessar seu direito legal de afastamento pleno, sendo desconsideradas todas as licenças temporárias anteriores, que atestavam a existência de patologias (crônicas e laborais) e a incapacidade para a continuidade do exercício profissional. Neste ponto, observamos também o princípio da contradição, pois conforme nos alegou a Professora Colaboradora 1, em processos anteriores de dispensa trabalhista via laudo médico, a mesma junta que a avaliou enquanto apta ao retorno à sala de aula, havia lhe dado a dispensa temporária (três meses) sucessivas vezes, totalizando sete dispensas.

De acordo com nossas observações, dentre os principais elementos que foram apontados para que o processo de licença fosse considerado enquanto “difícil” e “penoso” encontravam-se a percepção de que o período da licença médica não era suficiente para o tratamento adequado de patologias específicas, pois não se levava em consideração a natureza da doença; o tempo médio relativo para uma recuperação plena e para o retorno apropriado as atividades profissionais; e a recusa inadequada em garantir a licença médica, à revelia do que era considerado pelas avaliações médicas, dos laudos apresentados e das condições de saúde em que a docente se encontravam.

Sobre as dificuldades ao longo do processo, a Professora Colaboradora 3 afirmou que, sua licença foi concedida pela primeira vez, sem grandes dificuldades, contudo, o tempo para a recuperação não condizia com a gravidade de seu estado de saúde, uma vez que o próprio médico que a atendeu ao ter sofrido um acidente de trabalho, considerou seu estado enquanto “delicado” e de “alta gravidade”, o que requereria um período longo para tratamento e recuperação.

De acordo com seu relato, “[...] terminado o prazo de minha licença, precisei voltar a junta médica, o que me obrigou ficar por cerca de oito horas dentro de um ônibus, com um braço imobilizado” (Professora Colaboradora 3, 2024), em sua percepção o processo de avaliação para concessão da licença lhe agravou o quadro de saúde, se constituiu enquanto um elemento de agravamento, pois sentiu fortes dores durante a viagem, além de ter sido necessário uma nova avaliação – tendo lhe gerado temor, insegurança e cansaço físico e mental.

Depreendemos, a partir de considerações como essa que foi apresentada anteriormente, que o processo burocrático, mesmo que necessário para o controle do acesso ao direito trabalhista, se constitui enquanto um aspecto de agravo no tratamento de saúde e na percepção de qualidade de vida durante o trabalho. Neste sentido, além do período, visto por grande parcela enquanto inadequado, a distância entre o local onde residem/atua e onde é feita a avaliação pela junta médica se configurou um elemento de dificuldade. Salientamos que as naturezas das patologias serão tratadas na seção seguinte, todavia, julgamos necessário analisarmos as afirmações da Professora Colaboradora 2:

[...] a sala de aula é um ambiente ‘doentio’ e do ponto de vista da saúde mental é o ambiente que mais leva as pessoas a ficarem internadas num hospital psiquiátrico, além do tratamento [...] desde quando nasci, nasci com transtorno de ansiedade, transtorno afetivo bipolar e transtorno de *déficit* de atenção e hiperatividade [...] os psiquiatras e neurologistas falavam que era depressão”. (Professora Colaboradora 2, 2024).

De acordo com o relato da Professora Colaboradora 2, o processo não é fácil, especialmente por conta do excesso burocrático, pelo período médio e por conta da existência de uma única unidade de avaliação (junta médica), o que qualificou como algo inadmissível, levando em consideração a extensão do território, a expressividade da população e do número de cidades.

Eu venho de um processo de licença desde 2000 [...] entrei no Estado em 2000, eu fiz meu primeiro processo de depressão, aí entrei de licença 3 meses, **não tive dificuldade**, retornei para sala de aula, aí logo após passei por um processo de dores articulares, pois tenho dores articulares e na sala de aula eu trabalhava 40 horas no Estado, 20 horas no município e 20 horas em uma escola particular e ainda [atuava] na pós-graduação, pois nós professores temos que fazer ‘pós-graduação’, ‘mestrado’ e ‘qualificação’, ou seja, **trabalhar muito e ganhar pouco**. Mas, o mais inadmissível é contarmos somente com uma unidade da junta médica em funcionamento, num Estado tão vasto e populoso. (Professora Colaboradora 2, 2024, grifos nosso).

Segundo os(as) colaboradores(as) o processo de solicitação de licença trabalhista para tratamento de saúde, mesmo contando com um conjunto diversificado de dispositivos legais – tanto nacional quanto estadual – apresenta-se como um fator negativo, em especial, por conta do processo burocrático que orienta o acesso ao direito trabalhista. Neste sentido, destacamos três aspectos predominantes nas percepções dos(as) participantes: o desconhecimento do conjunto legal; a distância entre o município onde atuam e a capital estadual¹⁴, na qual a junta médica se encontra instalada, sendo a única unidade em funcionamento no Estado¹⁵; e, o período da licença médica temporária (3 meses), considerado, por grande parcela, enquanto “insuficiente” (ex. Professora Colaboradora 5) para o tratamento de patologias específicas, o que acabaria requerendo diversos processos de solicitações, deslocamentos periódicos, custos financeiros não ressarcidos e o agravamento da qualidade de vida durante o tratamento de saúde (ex. Professor Colaborador 4).

Ainda de acordo com os participantes, o processo burocrático se apresenta enquanto um fator que dificulta o acesso aos direitos trabalhistas, em especial, a

¹⁴ De acordo com as medições que são feitas pelo portal Google Maps, a distância terrestre entre o município de Vitória da Conquista e Salvador, por meio da BR-116, é de cerca de 518,1 km, totalizando 8h:14m de viagem por meio de veículo automobilístico – sendo considerado as velocidades médias permitidas ao longo do percurso.

¹⁵ O Estado da Bahia encontra-se na quinta posição na lista de unidades estaduais federativas brasileiras, com um território de 564,521 km²; cuja população estimada, segundo os dados do PNAD/IBGE (2022), é 14.136.417 habitantes, o que o torna o quinto Estado mais populoso do país; ademais, a Bahia tem 417 municípios, ocupando a quarta posição no ranking (IBGE, 2024).

concessão do tratamento médico para problemas de saúde. A exemplo disso, o Professor Colaborador 4:

O processo de afastamento foi difícil por conta do excesso de burocracia dentro do sistema. Conforme eu sempre gosto de pontuar, o Estado é um bom patrão, ao garantir os nossos direitos trabalhistas, mas em contrapartida ele exige uma série de comprovações e documentos. (Professor Colaborador 4, 2024).

Com base em seu relato percebemos visões de mundo que qualificam o Estado enquanto uma empresa, qualificando-o como um “patrão” bom e justo, todavia, ao tratar dos processos de solicitação de licença médica, não obstante, o mesmo participante, defensor dos ditames estatais, relatou uma experiência, no mínimo vexatória, o que aponta para os descompassos entre o prescrito e o praticado, cuja junta médica cumpriria o papel de órgão mediador.

Certa vez, enquanto fui avaliado pela junta pela primeira vez, a médica responsável me disse algo que pesou muito: “você é um privilegiado, por ter se afastado duas vezes e não ter sido convocado a ser apresentar à junta”. Eu tinha todos os documentos, eu sempre fui muito respeitoso e nunca briguei com ninguém, mas senti muita vontade de “esculhambar” com ela, ela simplesmente negou e desconsiderou tudo que era atestado pelos médicos que fui atendido, sem nem ter lido o relatório. Resultado, fui obrigado a voltar para sala, mas os psiquiatras disseram: “vamos esgotar, pois você realmente não tem condições de retornar ao trabalho”. (Professor Colaborador 4, 2024).

Conforme podemos perceber na fala do participante, o primeiro processo de licença médica foi negado por parte da junta médica, contudo, o docente atribuiu esse fato à ação de uma das agentes do Estado, desresponsabilizando este último pela ingerência quanto ao seu direito trabalhista. Neste ponto observamos o princípio da contradição, aqui relacionado as percepções do educador frente ao papel do Estado.

Em nossas observações percebemos que a negação da licença trabalhista, mesmo mediante a comprovação médica, estava presente nas trajetórias de mais de um dos colaboradores. A despeito disso, a Professora Colaboradora 5 alegou que nunca havia sido solicitada sua apresentação à junta médica, porém, “[...] minha única interação com a junta se deu a partir da negação do meu pedido de afastamento de 60 dias, tendo sido concedido apenas 30 dias, mesmo em contradição ao que dizia o laudo psiquiátrico”.

De modo semelhante, a junta se apresentou enquanto um entrave para a concessão do direito trabalhista nas trajetórias profissionais de três dos oitos participantes desta

pesquisa: os colaboradores 1 e 4 tiveram suas aposentadorias negadas e a colaboradora 5 teve o seu tempo de licença temporária reduzido em 50% do prescrito pelo laudo médico.

5 PERCEPÇÕES DO DOCENTE SOBRE QUALIDADE DE VIDA, ADOECIMENTO, TRATAMENTO E SAÚDE

O adoecimento profissional de professores é um fenômeno complexo e multifacetado que merece uma análise crítica e aprofundada, especialmente no que diz respeito às suas inter-relações com a qualidade de vida e as condições de trabalho. Este texto busca promover uma reflexão crítico-analítica sobre esse tema, considerando suas diversas dimensões e implicações. A interpretação dos dados coletados, além dos procedimentos preconizados pelo MHD, contará com o apoio da metodologia da análise de conteúdo (Bardin, 1977).

A análise de conteúdo, conforme desenvolvida por Laurence Bardin em 1977, é uma abordagem sistemática e rigorosa para examinar o conteúdo de textos de diversas naturezas, como entrevistas, discursos, artigos, entre outros. Este método é amplamente utilizado em ciências sociais e humanas para identificar padrões, temas e significados subjacentes aos dados textuais. Bardin propõe três fases principais para conduzir a análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Na fase de pré-análise, o pesquisador realiza a organização inicial dos dados, estabelecendo objetivos claros e definindo categorias ou unidades de análise.

Este processo envolve a leitura atenta do material para familiarização com o conteúdo, identificação de palavras-chave e conceitos relevantes, além de delinear um plano de codificação. Em seguida, na fase de exploração do material, o foco está na codificação sistemática do conteúdo textual de acordo com as categorias previamente definidas. Aqui, o pesquisador aplica técnicas como a codificação aberta, axial e seletiva para capturar nuances e variações nos dados. Por fim, na fase de tratamento dos resultados obtidos, Bardin propõe a interpretação dos padrões emergentes e a elaboração de conclusões fundamentadas. Isso envolve a síntese dos dados codificados, a identificação de relações entre categorias e a elaboração de inferências sobre os temas ou significados subjacentes ao texto. A análise de conteúdo de Bardin (2017) não se limita à simples contagem de ocorrências, mas busca compreender profundamente o contexto e o sentido do material analisado, oferecendo uma abordagem robusta para a pesquisa qualitativa em diversas áreas do conhecimento.

Em primeiro lugar, é crucial destacar que a qualidade de vida dos professores está intrinsecamente ligada às condições em que desempenham suas atividades laborais. O ambiente escolar, as demandas da profissão, a carga de trabalho e a relação com os alunos e colegas de trabalho são apenas alguns dos fatores que influenciam diretamente a percepção de qualidade de vida desses profissionais; além disso, conforme discutimos a partir dos estudos das relações entre contexto educacionais e estruturas e conjunturas políticas e econômicas, os fatores externos ao ambiente de trabalho também interferem na preservação e promoção da saúde quanto do aparecimento e/ou agravamento de doenças (Bondan, 2011; Wilberstaedt; Vieira; Silva, 2016; Tamiasso, 2017).

Em muitos casos, as exigências do trabalho docente podem gerar estresse, ansiedade, exaustão emocional e física, impactando negativamente o bem-estar e a saúde dos professores. As condições de trabalho dos professores também desempenham um papel significativo no adoecimento profissional. Salas de aula lotadas, falta de recursos materiais e tecnológicos adequados, sobrecarga de atividades extracurriculares, longas jornadas de trabalho e baixos salários são apenas algumas das condições adversas que os professores enfrentam regularmente. Esses aspectos podem contribuir para o desenvolvimento de problemas de saúde física e mental, incluindo doenças musculoesqueléticas, distúrbios psicológicos e *burnout*.

É importante ressaltar que o adoecimento profissional dos professores não é apenas uma questão individual, mas também uma questão social e estrutural. Políticas educacionais inadequadas, falta de investimento na formação e valorização dos profissionais da educação, desvalorização social da profissão docente e modelos de gestão autoritários e burocráticos são alguns dos fatores sistêmicos que contribuem para a precarização das condições de trabalho e para o adoecimento dos professores (Souza, 2016; Previatali; Fagiani, 2020).

Além disso, é fundamental reconhecer que o adoecimento profissional dos professores não afeta apenas sua saúde e bem-estar individual, mas também tem consequências significativas para a qualidade da educação oferecida aos alunos e para o funcionamento do sistema educacional como um todo. Professores doentes ou sobrecarregados têm menor capacidade de oferecer um ensino de qualidade, o que pode impactar negativamente no aprendizado e o desenvolvimento dos alunos. Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem holística e integrada para lidar com o adoecimento profissional de professores. Isso inclui a implementação de políticas que promovam melhores condições de trabalho, investimentos em formação e

desenvolvimento profissional, valorização da carreira docente, promoção de práticas de autocuidado e bem-estar, e construção de ambientes escolares saudáveis e acolhedores.

Em suma, o adoecimento profissional de professores é um problema complexo e multifacetado que requer uma análise crítica e ações concretas para sua prevenção e mitigação. Somente através de uma abordagem integrada e comprometida com a promoção da qualidade de vida e das condições de trabalho dos professores poderemos garantir uma educação de qualidade e o bem-estar de todos os envolvidos no processo educacional, desse modo, privilegamos as percepções dos educadores afastados por meio da licença médica, a fim de compreendermos criticamente a promoção ou a diminuição da qualidade de vida durante o tratamento biomédico.

Para melhor visualizarmos as percepções, apresentamos no Quadro 9 um conjunto de expressões relatadas pelos colaboradores, nas quais são possíveis associarmos qualidade de vida e opormos esses fatores aos condicionantes histórico-sociais-profissionais.

Quadro 9 – Termos e expressões (sinônimos) e (antônimos) acerca da qualidade de vida docente:

Nome	Sinônimos	Antônimos
Professora Colaboradora 1	“saúde mental” “leveza” “estabilidade profissional” “relações saudáveis” “direitos trabalhistas”	“doença” “estresse” “toxicidade” “excedência” “sobrecarga”
Professora Colaboradora 2	“bem-estar” “satisfação” “conforto”	“adoecimento” “doença” “estresse”
Professora Colaboradora 3	“bem-estar social” “vitalidade” “bem-estar emocional”	“estresses” “sobrecarga”
Professor Colaborador 4	“bem-estar”	“falta de apoio” “ausência de saúde”
Professora Colaboradora 5	“estabilidade profissional” “paz” “saúde”	“estresse” “excedência” “sobrecarga”
Professor	“estabilidade”	“estresses”

Colaborador 6		“abuso” “sobrecarga”
Professora Colaboradora 7	“condições adequada de trabalho” “remuneração adequada”	“adoecimento” “abuso” “esgotamento”
Professora Colaboradora 8	“estabilidade” “companheirismo” “cooperação” “paz” “saúde”	“excedência” “sobrecarga”

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Conforme podemos observar, no tocante a qualidade de vida, grande parcela dos profissionais apontaram a saúde, a estabilidade profissional e as condições adequadas de trabalho como sinônimos naturais para a perspectivação da qualidade de vida, em especial, no ambiente de trabalho. Todavia, ao serem questionados acerca dos fatores antagônicos a qualidade de vida, a doença, a ausência de saúde e as condições inadequadas de trabalho figuraram enquanto elementos importantes, porém, nos chamou atenção aos condicionamentos centrais, tais como: estresses, sobrecarga e excedência.

5.1 Ambiente escolar e condições de trabalho

O ambiente escolar desempenha um papel crucial na saúde e qualidade de vida dos professores. Uma atmosfera escolar positiva, caracterizada pelo apoio da equipe administrativa, colegas e alunos, pode contribuir para um ambiente estimulante e trabalho mais gratificante.

Acredito que qualidade de vida tem relação com estabilidade profissional e isso é indispensável ao docente. Hoje eu considero que estou em um ambiente escolar que me permite ter qualidade de vida, porém, ainda vejo a jornada de trabalho como um fator de risco [...] precisamos de mais tempo para nos dedicarmos as nossas famílias e receber atenção por parte dela. Por isso julgo a estabilidade profissional importante, pois você acaba não se submetendo aos caprichos dos alunos ou professores (colegas), gestores (diretor, coordenador), impedindo que eles comentam determinados exageros [...] pois quando o professor efetivo conhece os seus direitos ele não é submetido as situações como essas: novas disciplinas, mais carga horária, entre outros exemplos. (Professora Colaboradora 8, 2024).

Salientamos que ambientes escolares disfuncionais, marcados por conflitos interpessoais, falta de recursos e apoio inadequado da gestão, podem gerar estresse

adicional e aumentar o risco de problemas de saúde mental e física entre os professores. A falta de infraestrutura adequada, como salas de aula superlotadas, ausência de recursos pedagógicos e instalações precárias, pode dificultar o desenvolvimento de práticas de ensino eficazes e contribuir para a exaustão dos docentes.

Verificamos, com base no relato da Professora Colaboradora 8 que a inter-relação com os demais profissionais que atuam no ambiente escolar, potencializam e agravam quadros de adoecimento psicológico, em vista das dinâmicas internas e na cooperação entre docentes e gestões. A esse respeito a participante alegou que:

Eu estava passando por uma situação de muito desgaste, tinha tomado aversão a qualquer escola, a escola em si, [...] pois estar dentro de uma escola me acionava diversos gatilhos para crises generalizadas de ansiedades e pânico. A pandemia foi o que me curou, pois foi nesse momento que eu que já estava afastada, pude me afastar das escolas. (Professora Colaboradora 8, 2024).

Percebemos que a cultura escolar e as políticas institucionais locais desempenham um papel fundamental na determinação da qualidade de vida dos professores. A falta de reconhecimento e valorização por parte da instituição, aliada à pressão por resultados acadêmicos e administrativos, pode criar um ambiente de trabalho tóxico que afeta negativamente a motivação e o bem-estar dos professores. A ausência de políticas eficazes de promoção da saúde ocupacional e de apoio psicossocial também pode aumentar o risco de problemas de saúde mental e física entre os docentes. Portanto, é essencial que as escolas promovam uma cultura organizacional saudável, que valorize o bem-estar dos professores e ofereça o suporte necessário para que possam desempenhar seu papel de forma eficaz e sustentável (Ferreira, 2008; Ferracciu et al., 2015; Rocha et al., 2017).

A exemplo disso, a Professora Colaboradora 1 alegou que: “Me recordo de que quando ingressei havia uma maior incerteza, pois todos os anos eu ficava ‘excedente’, desse modo, acredito que é essa incerteza que afeta nossa saúde mental”. Além disso, ainda de acordo com a participante:

O que mais me abalava, e o que mais comprometia minha saúde psicológica, era ficar excedente todos os anos e ter que ficar com diversas disciplinas e turmas. Foi quando agravou minha doença psicológica [...] antes de entrar numa disciplina com carga horária adequada, eu voltei a ficar excedente e exceder meu horário, eram mais de 18 turmas, com mais de uma aula, raramente lecionava dois horários de uma aula em uma mesma turma, sendo que eu trabalhava nos três turnos, manhã, tarde e noite. (Professora Colaboradora 1, 2024).

Consideramos que a sobrecarga de trabalho e a falta de certeza quanto ao número de turmas e disciplinas têm impactos significativos na qualidade de vida dos professores. Em primeiro lugar, a sobrecarga de trabalho pode levar à exaustão física e emocional, resultando em estresse crônico, ansiedade e até mesmo *burnout* (González, 2000). Professores sobrecarregados têm menos tempo para se dedicar ao planejamento de aulas, preparação de materiais didáticos e avaliação de alunos, o que pode comprometer a qualidade do ensino oferecido. Além disso, a sobrecarga de trabalho pode afetar negativamente o equilíbrio entre vida profissional e pessoal dos professores, reduzindo seu tempo livre para atividades de lazer, convívio social e autocuidado.

Ainda no que tange ao ambiente de trabalho e as condições para exercício profissional, observamos com base na fala da Professora Colaboradora 1 o impacto que o número de turmas, a longa carga horária diária e semanal de trabalho e a excedência causavam na qualidade de vida, especialmente, na qualidade de vida docente, tal como observado pela literatura científica (Pugas, 2018; Moura, 2020; Horner, 2021).

O ambiente de trabalho é tóxico, ele é adoecedor, com cargas horárias exaustivas e somos sobrecarregados para cumprir mais tempo do que o tempo que somos devidamente regularizados a ensinar. Somos cobrados em nossas práticas pedagógicas em sala de aula e os dispositivos que tínhamos para avaliar. Mas quando isso era exigido na modalidade de avaliação escrita e individual, com quase 20 turmas, isso dá um coeficiente muito grande. [...] tínhamos ainda que avaliar individualmente, a cada encontro todos os discentes. (Professora Colaboradora 1, 2024).

A falta de certeza quanto ao número de turmas e disciplinas atribuídas aos professores também gera impactos adversos na qualidade de vida. A incerteza em relação à carga horária e às responsabilidades laborais pode gerar ansiedade e insegurança, dificultando o planejamento de longo prazo e a estabilidade financeira dos professores.

Além disso, a falta de clareza sobre as expectativas e demandas do trabalho pode aumentar a sensação de desvalorização e desmotivação entre os profissionais, contribuindo para um ambiente de trabalho desgastante e pouco satisfatório. Em última análise, a sobrecarga e a falta de certeza podem minar o bem-estar e a qualidade de vida dos professores, afetando não apenas sua saúde e felicidade pessoal, mas também a qualidade do ensino e o funcionamento do sistema educacional como um todo.

Em outro relato, a Professora Colaboradora 5 frisou que a sobrecarga e a incerteza quanto aos postos de trabalho, o número de turmas e as disciplinas de regências

influenciaram no agravamento de seus problemas de saúde. A esse respeito a participante afirmou que:

Eu considero que o ambiente de trabalho foi adoecedor, em suas mínimas experiências. Tudo isso foi somado e agravou o meu quadro clínico de adoecimento mental. [...] coisas pequenas como carga horária, preferencialidade, excedência, novas disciplinas, tudo isso me afetou negativamente. (Professora Colaboradora 5, 2024).

Neste ponto, consideramos que as organizações internas, as relações entre docentes e gestores e as dinâmicas internas de cada unidade escolar, são cruciais para a promoção ou diminuição da expectativa quanto a qualidade de vida docente. Portanto, ainda segundo a participante: “foi somente a partir da compreensão crítica desses fatores que percebi que o meu adoecimento mental estava diretamente relacionado com as condições de trabalho [...]” acarretando em “[...] aversão ao meu exercício profissional e ao ambiente escolar”, acarretando no “desencanto” e “aversão ao posto de trabalho”, conforme frisado em sua alegação de que “[...] hoje não me vejo mais retornando à sala de aula, algo que sempre causou prazer, interesse e compromisso” (Professora Colaborada 5, 2024).

Ainda sobre o ambiente escolar enquanto fator de adoecimento físico e mental, alguns dos participantes qualificaram as dinâmicas escolares e as inter-relações profissionais como sendo “adoecedoras”. A exemplo disso, a Professora Colaboradora 7 alegou que após descobrir o seu quadro clínico não recebeu o apoio devido por parte da equipe profissional:

Eu não senti o apoio dos meus colegas, que estavam na gestão escolar e na coordenação, sobretudo, diante da situação problemática que tive com uma turma. Eu não recebi nenhum apoio, eu senti que eles fecharam os olhos e até me marcaram, então, aquilo também comprometeu com meu adoecimento. (Professora Colaboradora 7, 2024).

Esse sentimento de abandono, segundo ela, agravou ainda mais o seu quadro de saúde e afetou na sua qualidade de vida ao longo do tratamento médico, uma vez que: “[...] eu sempre adorei o espaço da sala de aula, mas as atividades de avaliação e planejamento são desgastantes. Eu fico decepcionada com a realidade da escola pública, pois a qualidade da educação é desanimadora”. Todavia, a participante frisou que sua trajetória foi marcada pelo profissionalismo, pelas boas relações com discentes e demais colegas de trabalho, contudo, uma turma específica teria sido o “gatilho” de seu adoecimento, o que acabou afetando no seu tratamento médico.

Eu tenho uma boa relação com minha trajetória, mas não me vejo mais voltando para a sala de aula. Nos últimos anos senti os impactos da carga horária excessiva e a falta de apoio por parte da equipe escolar. [...] Por conta disso, eu fico pensando que não quero jamais retornar à sala de aula, eu já dei o que tinha que dar, pois para que eu tenha qualidade de vida é necessário eu me afastar definitivamente. (Professora Colaboradora 7, 2024).

No caso acima citado, a participante afirmou ter perdido seu interesse em retornar as atividades, não apenas por conta do seu quadro de saúde, sendo somado a isso o desencanto com o apoio técnico-científico por parte da unidade escolar onde atuava e pelo próprio governo do Estado – representado pelos seus órgãos – ao dificultar o processo de afastamento médico e o reestabelecimento integral de saúde.

Retomando ao relato da Professora Colaboradora 1, a mesma avaliou as relações no ambiente escolar enquanto favoráveis ao adoecimento mental, sobre esse aspecto a participante informou que:

Muitas relações de trabalho elas são tóxicas, então não temos apoio entre a nossa própria categoria profissional, uma competição, um policiamento, uma cobrança de todos nós, entre nós, que somos trabalhadores, o que acaba comprometendo negativamente no tratamento de saúde. (Professora Colaboradora 1, 2024).

Essa afirmação destaca a presença de relações de trabalho tóxicas dentro da própria categoria profissional dos professores, o que pode ter impactos significativos nas condições de trabalho, no adoecimento e na qualidade de vida desses profissionais. A existência de um ambiente de trabalho marcado por competição, policiamento e cobrança entre colegas pode criar um clima de tensão e hostilidade, dificultando a colaboração e o apoio mútuo necessários para lidar com os desafios da profissão. Isso pode resultar em altos níveis de estresse e ansiedade, contribuindo para o adoecimento físico e mental dos professores. A importância de um ambiente de trabalho harmonioso apareceu presente também na fala do Professor Colaborador 4, ao alegar que “[...] a qualidade de vida é ter harmonia, respeito pelo seu trabalho e reconhecimento. Se tratando de qualidade de vida no trabalho, isso se torna ainda mais importante”.

Além disso, a falta de solidariedade e apoio dentro da própria categoria profissional pode minar a capacidade dos professores de lidar eficazmente com as demandas do trabalho e buscar recursos e suporte necessários para preservar sua saúde e qualidade de vida. A competição interna e a falta de cooperação podem levar a um

ambiente de trabalho desmotivador e alienante, onde os professores se sentem isolados e desvalorizados. Como resultado, isso pode comprometer negativamente não apenas o tratamento de saúde dos professores, mas também sua satisfação no trabalho e seu engajamento profissional, afetando assim sua qualidade de vida. Logo, torna-se necessário promover uma cultura organizacional que incentive a colaboração, o apoio mútuo e o respeito dentro da categoria profissional, visando criar um ambiente de trabalho saudável e sustentável para todos os professores.

No tocante a ausência de cooperação e apoio mútuo entre os professores, a Professora Colaboradora 3 alegou:

O ambiente profissional, entre docentes, é um ambiente pesado e adoecedor. Me sinto mal nas reuniões, por exemplo, em ver os professores acusando os alunos de serem o que eles também são, fofoqueiros, “cri-cri”, “problemáticos”, e estar todos os dias nesse espaço e conviver com isso não querendo fazer parte disso, nos afeta negativamente. Durante a licença médica também, pois parece que simplesmente estamos nos beneficiando indevidamente de uma folga remunerada. (Professora Colaboradora 3, 2024).

A falta de cooperação entre os professores pode ser um fator significativo no processo de adoecimento laboral docente. Quando há uma atmosfera de competição ou falta de apoio mútuo dentro de uma equipe educacional, isso pode criar um ambiente de trabalho tóxico e estressante. A ausência de colaboração pode levar a uma divisão entre os professores, impedindo a troca de experiências, ideias e recursos que são essenciais para o desenvolvimento profissional e a resolução de desafios comuns.

A falta de cooperação também pode resultar em isolamento profissional, onde os professores se sentem desvalorizados e solitários em suas responsabilidades. Isso pode levar a sentimentos de frustração, ansiedade e até mesmo depressão, à medida que os professores enfrentam dificuldades sem o apoio e a solidariedade de seus colegas. Além disso, a competição interna pode criar um ambiente de desconfiança e hostilidade, minando a confiança e o senso de comunidade entre os professores. Esses fatores contribuem para um aumento do estresse ocupacional e podem levar ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, como síndrome e ansiedade. Quando os professores não se sentem apoiados por seus colegas e pela instituição educacional, sua saúde emocional e física pode ser comprometida, afetando não apenas seu desempenho no trabalho, mas também sua qualidade de vida geral.

Portanto, é crucial promover uma cultura de cooperação e colaboração entre os professores, reconhecendo a importância do trabalho em equipe para o bem-estar e o

sucesso profissional de todos os envolvidos. Com relação as condições de trabalho, ao ambiente profissional e as relações interpessoais, a Professora Colaboradora 2 afirmou que:

O professor acaba sendo a motriz da escola. [...] Nosso serviço não termina no ambiente escolar, eu preciso fazer do meu tempo “livre” um tempo de trabalho. Isso afeta muito a qualidade de nossa vida em decorrência do trabalho. Durante a pandemia isso foi ainda mais expressivo, nossas casas se transformaram nas salas de aula e nossos equipamentos nossas ferramentas de trabalho. (Professora Colaboradora 2, 2024).

A falta de tempo é uma questão crítica enfrentada pelos professores e tem impactos profundos em sua saúde e bem-estar. O tempo insuficiente para planejar aulas, preparar materiais educacionais, corrigir trabalhos e se envolver em atividades extracurriculares não apenas aumenta a carga de trabalho, mas também gera um estresse significativo. Esta sobrecarga de responsabilidades em um período limitado pode levar à exaustão física e emocional, contribuindo para problemas de saúde mental como ansiedade, depressão e síndromes.

Ademais, a falta de tempo também prejudica a capacidade dos professores de cuidar de si mesmos e de buscar estratégias de autocuidado. A pressão constante para cumprir prazos e metas acadêmicas pode resultar em negligência das próprias necessidades de descanso, recreação e tempo para atividades pessoais. Isso cria um ciclo prejudicial no qual os professores se sentem cada vez mais sobrecarregados e esgotados, sem espaço para recuperar sua energia e vitalidade. Como resultado, a qualidade de vida dos professores é comprometida, afetando não apenas sua saúde física e mental, mas também sua motivação, satisfação no trabalho e capacidade de desempenhar eficazmente suas funções educacionais.

Em seu relato, a Professora Colaboradora 2 fez questão de apresentar a diminuição da carga horária de trabalho enquanto fator para a promoção da qualidade de vida docente, uma vez que: “[...] um dos passos para a promoção da qualidade de vida docente é a diminuição da carga horária; em seguida apontaria a informatização do sistema. Um dos nossos problemas de saúde é o comprometimento motor do braço. Conheço centenas de colegas que estão hoje lesionados e muitos deles atuando”.

A diminuição da carga horária do professor pode ser um fator significativo na promoção da qualidade de vida desses profissionais. Uma carga horária reduzida pode permitir que os professores tenham mais tempo para descanso, lazer, atividades pessoais

e convívio familiar, contribuindo para um equilíbrio saudável entre vida profissional e pessoal. Isso pode ajudar a reduzir o estresse e a exaustão associados à sobrecarga de trabalho, proporcionando aos professores a oportunidade de recarregar suas energias e revitalizar seu bem-estar físico e mental.

Assim, uma carga horária reduzida pode permitir que os professores dediquem mais tempo ao desenvolvimento profissional, como participação em cursos de formação, workshops e atividades de atualização pedagógica. Isso pode contribuir para uma maior satisfação no trabalho, à medida que os professores se sentem mais capacitados e preparados para enfrentar os desafios da sala de aula. Uma carga horária mais equilibrada também pode promover uma maior motivação e engajamento no trabalho, resultando em um ambiente escolar mais positivo e produtivo para professores e alunos.

No entanto, é importante ressaltar que a diminuição da carga horária do professor deve ser acompanhada por medidas que garantam a eficácia e a qualidade do ensino. É essencial que os recursos e o suporte adequados sejam disponibilizados para garantir que os professores possam cumprir suas responsabilidades profissionais de forma eficaz, mesmo com uma carga horária reduzida. Além disso, é importante considerar as necessidades e demandas específicas de cada contexto educacional ao implementar políticas de redução da carga horária, garantindo que elas sejam viáveis e sustentáveis a longo prazo.

De acordo com a Professora Colaboradora 5, as condições de trabalho são os principais impedimentos para a promoção da qualidade de vida docente e para a piora na qualidade da educação. Segundo seu relato:

A carga horária exaustiva, a cobrança e as mudanças na organização, são fatores importantes, porém, sinto que as relações dentro do espaço escolar, sobretudo, entre os colegas, foi a principal causa do meu adoecimento. Excesso de competitividade, em especial, por carga horária, por preferência de turma, por determinados privilégios. Isso tudo acabou comprometendo na qualidade de minha aula e conseqüentemente em minha decisão de prosseguir na carreira docente. (Professora Colaboradora 5, 2024).

Observamos, com base no relato que a relação entre a qualidade de vida e a saúde docente, evidenciada principalmente no papel das relações interpessoais no ambiente escolar. Identificamos aqui três pontos centrais: i) carga horária, cobrança e mudanças na organização; ii) relações interpessoais e competitividade entre colegas; e, iii) impacto na qualidade da aula e na trajetória profissional.

Consideramos que esses são fatores comuns que afetam a qualidade de vida dos professores. Uma carga horária excessiva, acompanhada de uma pressão constante por resultados e mudanças frequentes na organização, pode contribuir significativamente para o estresse e a exaustão dos docentes. É importante que as instituições reconheçam esses desafios e ofereçam suporte adequado aos professores para lidar com essas demandas.

O destaque dado às relações entre colegas como a principal causa de adoecimento é relevante. O excesso de competitividade no ambiente escolar, seja por carga horária, preferência de turma ou privilégios, pode criar um clima de hostilidade e desconfiança entre os professores. Isso não só compromete o bem-estar dos indivíduos envolvidos, mas também afeta a colaboração e o trabalho em equipe, elementos essenciais para o funcionamento eficaz de uma escola.

O relato da Professora Colaboradora 5 apontou que esses problemas interpessoais acabaram comprometendo a qualidade das aulas ministradas e influenciaram sua decisão de continuar na carreira docente. Isso ressalta a importância de abordar não apenas os aspectos objetivos da qualidade de vida dos professores, como carga horária e remuneração, mas também os aspectos subjetivos, como o ambiente de trabalho e as relações interpessoais.

Em suma, o depoimento enfatizou a importância de considerar as relações interpessoais no ambiente escolar como um fator crítico para a saúde e qualidade de vida dos docentes. Para promover uma melhor qualidade de vida e saúde docente, é essencial abordar não apenas as demandas objetivas do trabalho, mas também criar um ambiente de trabalho colaborativo, solidário e de apoio mútuo entre os colegas.

No quadro geral, observamos que as condições de trabalho figuravam enquanto principais fatores de adoecimento laboral e diminuição da expectativa com relação à qualidade de vida docente. Todavia, observamos também como as condições técnico-pedagógicas para o exercício profissional da docência interfere diretamente na qualidade de vida dos educadores. Sobre esse aspecto, a Professora Colaboradora 7 afirmou que:

Algo que afeta minha percepção sobre a qualidade de vida no trabalho docente é quando vejo os rumos que a educação tem tomado hoje, os alunos desmotivados para aprender, muito diferente do tempo em que eu era discente ou que tinha iniciado a minha trajetória de trabalho. Me angustia bastante e afeta na minha qualidade de vida no trabalho pensar quais serão os profissionais que eles serão no futuro. (Professora Colaboradora 7, 2024).

A afirmação que lemos reflete uma preocupação válida e comum entre muitos professores em relação à qualidade de vida no trabalho docente. Dentre outros pontos observados encontram-se a percepção dos rumos da educação, uma vez que é natural que os professores se preocupem com a direção que a educação está tomando, especialmente quando percebem mudanças significativas em relação ao passado. Mudanças curriculares, políticas educacionais e avanços tecnológicos podem influenciar a dinâmica da sala de aula e afetar a motivação dos alunos.

Ademais, o relato traz a perspectiva de alunos desmotivados para aprender. Assim, desmotivação dos alunos é um desafio real enfrentado por muitos professores atualmente. Vários fatores podem contribuir para isso, incluindo pressões sociais, falta de engajamento, problemas familiares e até mesmo a abordagem pedagógica adotada. Essa desmotivação pode afetar tanto os alunos quanto os professores, tornando o ambiente de aprendizado menos produtivo e agradável.

Ao mencionar que a situação atual é muito diferente do tempo em que você era discente ou iniciou sua carreira, você destaca uma comparação entre o passado e o presente. É importante reconhecer que a educação está em constante evolução e que as condições de ensino e aprendizado podem variar ao longo do tempo. No entanto, é compreensível que essa comparação possa gerar sentimentos de frustração ou preocupação. A preocupação com o futuro dos alunos e sua preparação para a vida profissional é uma responsabilidade importante dos educadores. No entanto, quando essa preocupação se torna excessiva e afeta negativamente a qualidade de vida no trabalho, pode ser necessário buscar estratégias para lidar com ela de forma saudável. Isso pode incluir o desenvolvimento de habilidades de resiliência, o estabelecimento de limites saudáveis e a busca de apoio emocional quando necessário.

Em resumo, a afirmação da Professora Colaboradora 7 reflete preocupações legítimas sobre a qualidade de vida no trabalho docente, especialmente em relação à motivação dos alunos e aos desafios enfrentados na educação atual. Reconhecer esses desafios é o primeiro passo para encontrar maneiras construtivas de lidar com eles e promover um ambiente de ensino mais positivo e produtivo.

5.2 Reformas educacionais

Outro fator de adoecimento mental foi apresentado pelo Professor Colaborador 6, concernente às reformas educacionais, esse fator apareceu inscrito nos relatos de outros

profissionais, afetados pelo aumento na carga horária de trabalho, pela regência de disciplinas, as quais não foram habilitados, pelo aumento das atividades extraclasse e extra currículo.

O meu esgotamento emocional e físico decorreu do meu trabalho, mesmo que eu tenha pouco tempo na rede e uma carga horária relativamente baixa, somente 20 horas. Sempre tive uma boa relação com os meus discentes e colegas, isso nunca foi um problema, meu problema veio depois das reformas, não pude lecionar em turmas de outras disciplinas que queria mas devia assumir as turmas com disciplinas do “novo ensino médio”, isso acabou comigo; além disso, recentemente tivemos a aprovação da legislação que impede a reprovação nos anos finais da educação básica, isso afetou comigo, pois vi a desmotivação deles em querer aprender refletindo em mim para querer **continuar “fingindo” estar ensinando**. (Professor Colaborador 6, 2024, grifo nosso).

Conforme verificamos entre os colaboradores a Reforma do Ensino Médio, promulgada no Brasil, em 2018, representou um marco significativo na estrutura educacional do país, com impactos negativos aos discentes e docentes. No entanto, sua implementação trouxe consigo uma série de desafios que afetaram não apenas a dinâmica da sala de aula, mas também as condições de trabalho dos professores, a qualidade da educação básica e a saúde desses profissionais.

Um dos aspectos mais imediatos da Reforma do Ensino Médio foi a necessidade de adaptação por parte dos professores às novas diretrizes curriculares. A introdução do sistema de itinerários formativos e a flexibilização curricular demandaram dos educadores uma reestruturação em sua prática pedagógica, muitas vezes sem o devido suporte e capacitação adequada. Isso resultou em sobrecarga de trabalho, especialmente durante o período de transição, com a necessidade de elaboração de novos materiais didáticos e planejamentos curriculares.

Além disso, a ampliação da carga horária, em alguns casos, sem o correspondente aumento salarial, contribuiu para uma maior exaustão física e emocional dos professores. A falta de infraestrutura adequada, como salas de aula superlotadas e ausência de recursos didáticos, também impactou negativamente nas condições de trabalho, dificultando o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes. A Reforma do Ensino Médio trouxe consigo a promessa de uma educação voltada para as demandas do mercado de trabalho e para as aptidões individuais dos estudantes. No entanto, a fragmentação curricular e a redução da carga horária de disciplinas fundamentais, como Português, Matemática e

Ciências, levantaram preocupações sobre a qualidade da formação oferecida aos alunos, tal como expresso na fala do Professor Colaborador 6, ao alegar ter se desencantado em estar fingindo ensinar.

A falta de uma base curricular comum e a ênfase excessiva em áreas específicas do conhecimento podem resultar em uma formação superficial e desarticulada, incapaz de promover uma compreensão holística e crítica do mundo. Além disso, a desvalorização de disciplinas como Artes, Filosofia e Sociologia pode contribuir para uma formação mais estreita e desprovida de reflexão ética e humanística. Tudo isso gerou impactos na Saúde dos Professores e a Reforma do Ensino Médio causou danos na saúde dos professores que não podem ser subestimados.

O aumento da carga de trabalho, aliado à pressão por resultados e à precarização das condições de trabalho, tem levado a altos índices de estresse, ansiedade e esgotamento profissional entre os docentes. A sobrecarga emocional decorrente da necessidade de lidar com as demandas individuais de uma sala de aula cada vez mais diversificada, juntamente com a falta de reconhecimento e apoio institucional, tem levado muitos professores a enfrentar problemas de saúde mental e física.

A Reforma do Ensino Médio de 2018 teve impactos significativos nas condições de trabalho dos professores, na qualidade da educação básica e na saúde desses profissionais. É fundamental que essas questões sejam abordadas de forma holística, levando em consideração não apenas as demandas do mercado, mas também o bem-estar e a formação integral dos estudantes e dos próprios educadores. O diálogo entre os diferentes atores envolvidos na educação é essencial para a construção de políticas que promovam uma educação de qualidade, inclusiva e sustentável.

Ainda com base na reforma do ensino médio, outros colaboradores demonstram reprovação as mudanças trazidas pela nova organização da modalidade, alegando terem sido impactados pelas novas dinâmicas de trabalho.

A Professora Colaboradora 2, por exemplo, disse ter se sentido pressionada a retornar à sala de aula, mesmo que não estivesse completamente reabilitada ao exercício, todavia, o excesso de burocracia e a demanda por profissionais a fizeram tomar a decisão, decisão essa que julgou precipitada e leviana, uma vez que o seu quadro de saúde piorou diante das novas configurações de trabalho encontradas no ambiente escolar.

Eu acabei voltando para sala de aula, pois estava me sentindo bem para retornar, mas é o ambiente quem condiciona as nossas doenças mentais. Depois percebi que eu não estava completamente bem para regressar e para piorar encontrei novas condições de trabalho. Em tempos atuais,

em que alunos todos com celulares nas mãos, somos constantemente vigiados por eles mesmos. São alunos que gravam a gente, pais que gravam a gente. Simplesmente não temos mais liberdade de cátedra. Uma cidade extremamente evangélica, quando nós, professores de História e Filosofia, somos questionados e bombardeados todos os dias. Com o Novo Ensino Médio é loucura total, [...] um caos, pois sabemos que a reforma do ensino médio veio para atender aos interesses das corporações internacionais, sobretudo, norte-americana. (Professora Colaboradora 2, 2024).

O novo ensino médio teve impactos profundos na saúde psicológica dos professores, muitos dos quais enfrentaram um aumento significativo no estresse e na ansiedade devido às mudanças abruptas nas diretrizes curriculares e na carga de trabalho. A necessidade de adaptação rápida a novos métodos pedagógicos, juntamente com a falta de suporte institucional adequado, contribuiu para um ambiente de trabalho cada vez mais desafiador, levando a altos níveis de exaustão emocional. Além disso, a pressão por resultados, frequentemente atrelada a sistemas de avaliação que não consideram a complexidade do processo educativo, tem exacerbado o sentimento de inadequação e frustração entre os professores.

A falta de reconhecimento pelo esforço despendido e a percepção de desvalorização da profissão também têm impactado negativamente a saúde psicológica desses profissionais, aumentando os casos de *burnout* e outros transtornos relacionados ao estresse. A Professora Colaboradora 8 também alegou ter sido impactada pelas novas dinâmicas do ensino médio, em sua fala fez questão de pontuar que:

Com o Novo Ensino Médio nós somos obrigados a ministrar disciplinas que não dominamos os conteúdos, somos realmente jogados de paraquedas em sala de aula [...] essas novas reformas só vieram comprometer a qualidade de vida do docente e do aluno, pois estão todos desmotivados. (Professora Colaboradora 8, 2024).

Observamos com base nas considerações dos colaboradores 2, 6 e 8 que a carga horária de trabalho dos professores, especialmente após a implementação da Reforma do Ensino Médio de 2018, tem sido um dos principais fatores associados ao adoecimento tanto mental quanto físico desses profissionais. O aumento das horas dedicadas à preparação de aulas, correção de atividades e acompanhamento dos alunos, muitas vezes sem o devido reconhecimento salarial, tem contribuído para a exaustão física e emocional dos docentes. A pressão por resultados, aliada à falta de recursos e suporte institucional adequado, tem levado a altos níveis de estresse, ansiedade e esgotamento profissional, culminando em uma série de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade.

Além disso, a sobrecarga de trabalho também tem impactos diretos na saúde física dos professores, levando a problemas como dores musculares, distúrbios do sono e doenças relacionadas ao estresse, como hipertensão e problemas cardíacos. A falta de tempo para o autocuidado e a conciliação entre vida pessoal e profissional têm sido desafios adicionais para os docentes, contribuindo para um ciclo de adoecimento que afeta não apenas sua qualidade de vida, mas também sua capacidade de desempenhar efetivamente suas funções educacionais. Assim, é fundamental que políticas e medidas sejam implementadas para mitigar esses impactos e promover um ambiente de trabalho saudável e sustentável para os professores.

Retomando as considerações da Professora Colaboradora 8, a qualidade de vida estaria diretamente relacionada as condições estruturais para o exercício profissional da carreira, que associado ao ambiente de mudanças nas organizações curriculares, afetariam diretamente na qualidade de vida. Neste ponto, a participante fez questão de acrescentar que, além das reformas educacionais, a recepção dessas reformas no ambiente escolar desencadeou uma série de outros problemas.

Conforme verificamos, o novo ensino médio provocou insegurança e desencanto por parte dos educadores, ao serem responsabilizados por novas disciplinas, práticas pedagógicas e busca de desempenho do alunado, sem o devido apoio técnico, tal como demonstrado na fala da Professora Colaboradora 5:

O Novo Ensino Médio só nos trouxe incerteza e cobrança, porém, enquanto educadores não estamos vendo resultados positivos, o que gera um desencanto. O excesso de cobrança por parte da direção direta, da coordenação pedagógica, ambas despreparadas, ainda afetam mais incisivamente no nosso desempenho em sala de aula, em meio as novas mudanças. (Professora Colaboradora 5, 2024).

A afirmação reflete uma preocupação válida sobre a qualidade de vida dos professores, especialmente diante das mudanças implementadas pelo Novo Ensino Médio. O sentimento de incerteza e cobrança, sem a correspondente percepção de resultados positivos, pode gerar um profundo desencanto entre os educadores. O fato de que essas mudanças estão sendo acompanhadas por uma excessiva cobrança por parte da direção e da coordenação pedagógica, muitas vezes percebida como despreparada, apenas agrava a situação.

Uma crítica importante é dirigida à falta de suporte e preparo por parte da liderança escolar. Se os gestores não estão adequadamente capacitados para orientar e

apoiar os professores durante períodos de transição, como a implementação do Novo Ensino Médio, isso pode contribuir significativamente para o aumento do estresse e da insatisfação entre os educadores.

A falta de liderança e gestão democrática pode levar a um ambiente escolar desorganizado e desmotivador, onde os professores se sentem sobrecarregados e desamparados. Além disso, a ausência de resultados positivos visíveis pode minar a motivação dos professores e levá-los a questionar o valor de seu trabalho. Se as mudanças implementadas não estão gerando melhorias tangíveis na qualidade do ensino ou no desempenho dos alunos, é compreensível que os educadores se sintam desencorajados e desiludidos. Isso pode afetar não apenas sua qualidade de vida no trabalho, mas também sua eficácia como professores, pois a falta de motivação pode prejudicar sua capacidade de engajar e inspirar os alunos.

Ademais, o excesso de cobrança pode levar a uma cultura de culpabilização e pressão constante sobre os professores, o que pode ser extremamente prejudicial para sua saúde mental e emocional. Sentir-se constantemente observado e julgado pode criar um ambiente de trabalho hostil e estressante, onde os professores se sentem incapazes de desempenhar seu papel de forma eficaz. Isso pode levar a altos níveis de estresse, ansiedade e até mesmo *burnout* entre os educadores.

Em resumo, a afirmação da professora colaboradora 5 destaca importantes questões relacionadas à qualidade de vida dos professores no contexto do Novo Ensino Médio. A falta de suporte da liderança escolar, a ausência de resultados positivos visíveis e o excesso de cobrança podem contribuir significativamente para o desencanto e a insatisfação entre os educadores. Para melhorar a qualidade de vida dos professores, é fundamental que haja um apoio eficaz por parte da direção escolar, uma cultura de reconhecimento e valorização do trabalho docente, e um ambiente de trabalho que promova o bem-estar e o crescimento profissional.

Ainda no que diz respeito às mudanças na organização escolar e em decorrência das reformas educacionais e trabalhistas, o Professor Colaborador 6 fez questão de pontuar:

As condições de trabalho, a pandemia, o novo ensino médio, tudo isso contribuiu para afetar nossa qualidade de vida no trabalho. Mas, o que julgo mais problemático, foi a implantação do ensino integrado, é uma proposta interessante, que acredito que será proveitosa no futuro, mas não fomos preparados e principalmente os discentes para passarem o dia inteiro estudando. Não era como foi dado, com a inclusão de novas

disciplinas, faltando uma formação mais lúdica, mais crítica e mais consciente.

A implementação da educação integral trouxe consigo uma série de desafios significativos para os professores, levando a uma deterioração alarmante em sua qualidade de vida no trabalho. Entre os principais problemas enfrentados por esses educadores, destaca-se a falta de recursos adequados e de apoio institucional. Em muitas escolas que adotaram esse modelo, os professores se veem sobrecarregados e desamparados, lidando com salas de aula superlotadas, infraestrutura precária e falta de materiais didáticos básicos.

O Professor Colaborador 6 apresentou uma visão crítica sobre o ensino integral como sendo um fator que gerou impacto negativo no processo de ensino emancipador, pois ocorreu de forma verticalizada e sem uma preparação do docente e dos discentes para a progressão formativa. Dentre os fatores que lhe causaram o adoecimento, citou o trabalho rotineiro como sendo um fator de risco, potencializado na piora da qualidade do sono, do autocuidado e da prática de atividades físicas e lazer.

Ao meu ver, outro ponto que compromete sensivelmente o adoecimento dos professores, é que o crescimento dos indicadores é sempre atribuído aos gestores enquanto que o decréscimo da qualidade e dos indicadores do ensino são de responsabilidade dos professores, isso gera um sentimento de mal-estar coletivo que acaba afetando na nossa saúde emocional e profissional. (Professor Colaborador 6, 2024).

Além da falta de recursos, a educação integral também tem levado a uma redução drástica no tempo disponível para o planejamento e a preparação das aulas. Com uma carga horária estendida, os professores têm cada vez menos tempo para desenvolver atividades pedagógicas de qualidade, resultando em aulas monótonas e pouco estimulantes para os alunos. Essa falta de tempo também afeta negativamente a vida pessoal dos professores, que muitas vezes se veem obrigados a sacrificar seu tempo livre em prol do trabalho.

Outro aspecto preocupante é a falta de reconhecimento e valorização por parte da sociedade e das autoridades educacionais. Apesar de seu papel fundamental na formação das gerações futuras, os professores que atuam na educação integral muitas vezes enfrentam salários baixos, condições de trabalho desumanas e falta de respeito por parte dos alunos e da comunidade escolar. Essa falta de reconhecimento contribui para uma atmosfera de desmotivação e descontentamento entre os educadores, afetando sua saúde mental e emocional. Além disso, a sobrecarga de trabalho e o estresse constante têm

levado a altos índices de *burnout* entre os professores da educação integral. Muitos educadores relatam sintomas de exaustão física e emocional, bem como sentimentos de desesperança e desamparo em relação à sua profissão. Essa situação alarmante requer uma resposta urgente por parte das autoridades educacionais, que devem adotar medidas eficazes para proteger a saúde e o bem-estar dos professores que dedicam suas vidas ao ensino.

No quadro geral, as condições de trabalho dos professores que atuam na educação integral são preocupantes e exigem uma análise crítica e ação imediata por parte das autoridades competentes. A falta de recursos, o tempo reduzido para o planejamento das aulas, a falta de reconhecimento profissional e os altos níveis de estresse e *burnout* são apenas alguns dos desafios enfrentados por esses educadores. É fundamental que medidas sejam tomadas para melhorar essas condições e garantir que os professores possam desempenhar seu papel de forma eficaz e digna.

Outro ponto importante com relação as reformas educacionais, diz respeito aos dispositivos estaduais de aprovação “automática” do alunado, fator esse apontado pelo Professor Colaborador 4. Segundo ele:

A nova legislação que obriga a aprovação dos alunos, com mais de 80% de presença, não é ruim em sua intenção: a intenção é fazer com quem as pessoas permaneçam na escola. Mas isso acaba gerando o adoecimento docente, que precisa ensinar em condições inadequadas, adoecimento psicológico, principalmente, a depressão.

A “nova legislação” refere-se à Portaria n. 190/2024, que obriga a aprovação automática dos alunos é um tema que suscita debates intensos e opiniões divergentes. Uma análise crítica dessa legislação envolve considerar tanto os possíveis benefícios quanto os desafios e problemas que ela pode apresentar. Uma perspectiva favorável à portaria poderia argumentar que a aprovação automática dos alunos elimina a retenção escolar, que muitas vezes é vista como prejudicial ao desenvolvimento do estudante. A retenção pode estigmatizar os alunos, prejudicar sua autoestima e desmotivá-los em relação aos estudos.

A aprovação automática pode ser vista como uma forma de promover a equidade no sistema educacional, evitando que estudantes de origens socioeconômicas desfavorecidas sejam mais prejudicados pela repetência do que aqueles de famílias mais abastadas. No entanto, uma análise crítica também deve considerar os desafios e problemas associados à aprovação automática dos alunos. Uma das principais preocupações é a possibilidade de que essa medida leve a uma baixa qualidade do ensino,

pois os alunos podem ser promovidos de série mesmo sem terem adquirido os conhecimentos e habilidades necessários para progredir academicamente. Isso pode resultar em lacunas de aprendizado significativas e prejudicar a preparação dos alunos para os desafios futuros.

Além disso, a aprovação automática dos alunos pode desencorajar o esforço e a dedicação dos estudantes, uma vez que não há consequências tangíveis para o desempenho acadêmico insuficiente. Sem a necessidade de atender a critérios claros de promoção, os alunos podem se sentir menos motivados a se esforçarem nos estudos, o que pode prejudicar seu desenvolvimento pessoal e acadêmico a longo prazo. Outra preocupação é o impacto que a aprovação automática dos alunos pode ter sobre a qualidade do corpo docente. Os professores podem se sentir desmotivados e frustrados ao verem seus esforços para promover o aprendizado dos alunos serem desconsiderados pela legislação que garante a aprovação automática. Isso pode levar a uma diminuição da qualidade do ensino e a uma alta rotatividade de professores, o que prejudica ainda mais a estabilidade e a consistência do ambiente escolar. Em resumo, a lei estadual da Bahia que obriga a aprovação automática dos alunos é um assunto complexo que envolve considerações sobre equidade, qualidade do ensino e motivação dos estudantes e professores.

Embora possa ter o potencial de reduzir a retenção escolar e promover a equidade no sistema educacional, a Portaria 190 de 2024 também apresenta desafios significativos que precisam ser cuidadosamente considerados e abordados para garantir que os alunos recebam uma educação de qualidade e preparação adequada para o futuro.

Adiante, analisamos as concepções dos educadores participantes acerca da inter-relação entre qualidade de vida, acesso à saúde e direitos trabalhistas.

5.3 Direitos trabalhistas e acesso à saúde

Consideramos que os direitos trabalhistas desempenham um papel fundamental na promoção da qualidade de vida dos professores, proporcionando condições dignas de trabalho e garantindo seus direitos fundamentais. Em primeiro lugar, o respeito aos direitos trabalhistas assegura aos professores um ambiente laboral seguro e saudável, livre de práticas abusivas e condições precárias. Isso inclui o direito a um salário justo e adequado, jornadas de trabalho razoáveis e acesso a benefícios como férias remuneradas

e licenças médicas, que são essenciais para o bem-estar físico e emocional dos profissionais da educação.

Logo, os direitos trabalhistas contribuem para a valorização e reconhecimento da profissão docente, fortalecendo o senso de dignidade e pertencimento dos professores à sociedade. Ao garantir condições justas de trabalho, os direitos trabalhistas incentivam a profissionalização da carreira docente e promovem um ambiente de respeito mútuo entre os educadores, os alunos, as famílias e a comunidade escolar. Isso pode aumentar a motivação e o engajamento dos professores em seu trabalho, refletindo-se positivamente na qualidade do ensino e aprendizagem (Ball et al. 2013; Tardif, 2013; Marques e Marques, 2022).

Assim sendo, os direitos trabalhistas são essenciais para a retenção de talentos e a atração de novos profissionais para a educação. Ao oferecer condições de trabalho atrativas e seguras, os direitos trabalhistas ajudam a criar um ambiente profissional favorável, onde os professores se sintam valorizados e motivados a permanecer na profissão a longo prazo. Isso é fundamental para garantir a continuidade e estabilidade do sistema educacional, bem como para o desenvolvimento profissional e pessoal dos docentes, contribuindo assim para a melhoria contínua da qualidade da educação. A respeito disso, a Professora Colaboradora 7 afirmou que:

Eu não saberia dizer se qualidade de vida tem a ver com estabilidade profissional, mas oferece uma segurança saber que você é concursada, que tem direitos trabalhistas e até mesmo direitos à saúde. Mas acho que a saúde deixa a desejar, pois eu sou grata por ter um plano de saúde, mas deixa muito a desejar, pela ausência de diversos serviços essenciais. Eu acho que o acesso a serviços de saúde, eu, por exemplo, fiz a remoção de dois módulos benignos, pelos hospitais de ponta aqui da região, assistidos pelo plano de saúde dos servidores. (Professora Colaboradora 7, 2024).

A ausência de conhecimento sobre direitos trabalhistas, em especial, sobre o direito de afastamento para tratamento médico foi um ponto presente nos depoimentos dos participantes. A exemplo disso, a fala supracitada demonstra como a participante percebia na ausência de informação e apoio técnico, a negação de seu direito básico.

Conhecer os direitos trabalhistas é fundamental para os professores garantirem condições de trabalho justas e dignas. Ao entender seus direitos, os profissionais da educação podem defender-se contra práticas abusivas, assegurando que seus salários sejam justos, suas jornadas de trabalho sejam razoáveis e que tenham acesso a benefícios como férias remuneradas e licenças médicas. Além disso, o conhecimento dos direitos

trabalhistas permite aos professores participarem ativamente na construção de ambientes escolares saudáveis e respeitosos, promovendo o fortalecimento da profissão e contribuindo para a qualidade de vida no trabalho docente.

Todavia, conforme observamos na fala da Professora Colaboradora 6, a responsabilidade jurídica, médica e social, em especial, a saúde ocupacional acaba sendo exclusivamente dos educadores, sem apoio do Estado em sua promoção. A esse respeito a participante afirmou que busca o autocuidado ao longo do exercício de sua profissional. Porém, afirmou ainda:

Deveríamos ter ações sociais dentro da unidade escolar, para treinar os docentes para trabalhar de forma mais saudável, evitando as lesões, os problemas físicos e psicológicos. Mas entra no aspecto número e isso não interessa ao Estado: mais gastos com novos profissionais e com melhoria das condições de trabalho. (Professora Colaboradora 6, 2024).

Acreditamos que as ações governamentais e políticas públicas direcionadas à promoção da saúde dos professores desempenham um papel crucial na garantia de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. Primeiramente, tais iniciativas reconhecem o valor dos educadores como agentes fundamentais na formação da sociedade e, portanto, investem em medidas que visam proteger sua saúde física e mental. Isso inclui o fornecimento de programas de prevenção de doenças, acesso a serviços de saúde de qualidade e apoio psicológico para lidar com o estresse e a carga emocional associados à profissão.

As políticas públicas de promoção da saúde dos professores podem contribuir para a retenção de talentos e o aumento da satisfação profissional. Ao criar ambientes de trabalho que valorizam o bem-estar dos educadores, essas políticas incentivam a permanência na carreira docente e reduzem a rotatividade de profissionais, o que é fundamental para garantir a continuidade e estabilidade do sistema educacional. Isso também pode resultar em um aumento da qualidade do ensino, uma vez que professores saudáveis e motivados tendem a ser mais engajados e eficazes em sua prática pedagógica.

Assim sendo, as ações governamentais voltadas para a saúde dos professores têm o potencial de gerar impactos positivos que se estendem além do ambiente escolar. Professores saudáveis e bem cuidados podem servir como modelos positivos para seus alunos, promovendo hábitos de vida saudáveis e contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, ao investir na saúde dos professores, o governo está investindo no futuro da sociedade, garantindo que as gerações futuras tenham acesso a

uma educação de qualidade e aprofundando os laços de confiança e respeito entre educadores e comunidade. Ainda de acordo com o relato da Professora Colaboradora 6:

[...] eu nunca tive planos de saúde e quando me afastei, acabei recebendo alguns auxílios que eram para os profissionais em exercício, eu não conhecia os meus direitos e achei que estava recebendo a mais, indevidamente, e que meu substituto, era quem deveria estar recebendo. Daí fui me informar e tomei conhecimento que os auxílios são mantidos, todos quando da abertura do processo de afastamento, então eu fiquei mais confortável em saber que não estava recebendo indevidamente.

Conforme verificamos, o desconhecimento sobre os tramites legais para acesso aos direitos trabalhistas apresentam-se enquanto um entrave para a promoção da qualidade de vida e tratamento médico adequado entre os profissionais da educação da Rede Estadual de Educação da Bahia.

De acordo com o Professor Colaborador 5, por exemplo, o desconhecimento é um projeto político de manutenção do profissional no ambiente escolar, mesmo em casos em que o quadro clínico afeta não apenas a vida do educador, mas também a qualidade do ensino. Essa visão corrobora com a ideia exposta pela Professora Colaboradora 6, que afirmou:

Eu não sei dizer como funciona e acho que a maioria dos meus colegas não sabem quais são os tramites para o processo de readaptação, mas só conheço uma colega de trabalho, mas acredito que isso deveria ser melhor esclarecido, pois poderia auxiliar determinados colegas para serem mais ágeis e eficazes dentro do serviço público. (Professora Colaboradora 6, 2024).

Ao cruzamos as percepções de dois dos professores afastados, observamos que o adoecimento docente pode ter impactos significativos na qualidade do ensino, afetando tanto o bem-estar dos educadores quanto o processo de aprendizagem dos alunos. Quando os professores enfrentam problemas de saúde física ou mental, sua capacidade de desempenhar eficazmente suas funções pode ser comprometida, resultando em aulas menos dinâmicas, interações menos produtivas com os alunos e uma diminuição geral na qualidade do ensino. Além disso, o absenteísmo causado pelo adoecimento dos professores pode levar a interrupções no cronograma escolar, resultando em lacunas no aprendizado dos alunos e prejudicando seu progresso acadêmico. Portanto, é crucial investir na promoção da saúde dos professores e oferecer suporte adequado para prevenir o adoecimento e garantir um ambiente de trabalho saudável e produtivo para todos os envolvidos no processo educacional.

Tal como verificamos, a estabilidade profissional figurou entre os profissionais ouvidos enquanto um fator de promoção da qualidade de vida, uma vez que o entendimento de grande parcela dos participantes foi a de que ter direitos trabalhistas implica na realização do trabalho de forma mais segura e eficaz.

A esse respeito, o Professor Colaborador 4 alegou:

Minha relação de segurança, estabilidade com o Estado, me proporciona ter uma melhor qualidade de vida. Saber que você vai receber ao término do mês trabalhado, saber que você tem garantido seu tempo de serviço, seu serviço médico, eu não pois não uso plano de saúde e sim o SUS. Tudo isso proporciona a melhoria da qualidade de vida. Porém, o ambiente escolar, com as interações entre professores, na maioria das vezes é adoecedor. É nessas relações de competitividade, controle e intriga, que estão as origens dos nossos problemas psicológicos, a falta de apoio mutuo, mesmo quando o problema seja com os alunos ou os pais, é algo que contribui negativamente para a promoção da saúde no ambiente de trabalho. (Professor Colaborador 4, 2024).

Com base nesse relato depreendemos que a estabilidade profissional dos servidores públicos da educação desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade de vida, tanto para os próprios profissionais quanto para a comunidade escolar em geral. Em primeiro lugar, a estabilidade proporciona segurança no emprego, garantindo aos educadores uma base sólida para planejar seu futuro financeiro e pessoal. Isso reduz a ansiedade e o estresse relacionados à incerteza do emprego, permitindo que os professores dediquem mais energia ao seu trabalho e ao desenvolvimento de suas habilidades pedagógicas.

Assim, a estabilidade profissional dos professores contribui para a continuidade e consistência do ensino, elementos essenciais para o sucesso acadêmico dos alunos. Professores que permanecem por longos períodos na mesma escola têm a oportunidade de desenvolver relações mais profundas com os alunos, entender suas necessidades individuais e adaptar suas práticas de ensino de acordo. Isso cria um ambiente de aprendizagem mais estável e acolhedor, onde os alunos se sentem mais seguros e motivados a alcançar seu potencial máximo.

Outro aspecto importante é a valorização do trabalho dos professores por parte da sociedade e das autoridades educacionais. A estabilidade profissional demonstra o reconhecimento do papel crucial dos educadores na formação das gerações futuras e reflete o compromisso do Estado em investir na educação de qualidade. Isso pode

umentar a autoestima e a autoconfiança dos professores, fortalecendo sua motivação e satisfação profissional.

Logo, a estabilidade profissional dos professores contribui para a atração e retenção de talentos na carreira docente. Saber que têm um emprego seguro e oportunidades de progresso na carreira pode incentivar profissionais qualificados a optarem pela educação como uma vocação de longo prazo. Da mesma forma, a estabilidade profissional pode reduzir a rotatividade de professores, o que é fundamental para garantir a continuidade e a consistência do ensino nas escolas.

Outro benefício da estabilidade profissional dos professores é a oportunidade de investir no desenvolvimento profissional contínuo. Professores que têm empregos seguros e estáveis têm mais liberdade para buscar oportunidades de treinamento e aprimoramento de suas habilidades pedagógicas. Isso pode resultar em um corpo docente mais qualificado e atualizado, capaz de oferecer uma educação de qualidade e adaptada às necessidades dos alunos. Contudo, existem outros fatores que influenciam, a exemplo da ampliação crítica de seus direitos legais, o que permitiria valer-se dos dispositivos jurídicos para a garantia da qualidade de vida durante o trabalho e em casos de adoecimento, durante os processos de tratamento, retorno e/ou readaptação profissional.

Sendo assim, a estabilidade profissional dos professores pode ter um impacto positivo na comunidade escolar como um todo. Professores que permanecem por longos períodos na mesma escola tendem a se tornar parte integrante da comunidade, desenvolvendo relacionamentos com os alunos, colegas, pais e membros da comunidade local. Isso pode fortalecer os laços de confiança e colaboração entre todas as partes envolvidas no processo educacional, criando um ambiente escolar mais coeso e harmonioso. Outro aspecto relevante é a estabilidade financeira que a estabilidade profissional proporciona aos professores.

Por fim, a estabilidade profissional dos professores pode promover um clima escolar mais positivo e saudável. Quando os educadores se sentem seguros em seus empregos e valorizados por suas contribuições, eles tendem a ser mais engajados, motivados e comprometidos com seu trabalho. Isso cria um ambiente de trabalho mais harmonioso e colaborativo, onde todos os membros da comunidade escolar podem prosperar e alcançar seu pleno potencial. Sobre esse aspecto, a Professora Colaboradora 1 alegou:

Qualidade de vida tem relação com estabilidade profissional, pelo menos no meu caso, pois quando ingressei no serviço público, me

deparei com colegas mais velhas e que tinham muito temor de serem despedidas. Assim, a estabilidade profissional nos tranquiliza um pouco mais. Porém, pensando bem, foi somente após realizar a complementação profissional para o ensino de Sociologia que as coisas começaram a melhorar, [...] penso que essa tranquilidade no meu caso não decorreu, especialmente, da estabilidade em si, mas do tempo decorrido no serviço público. Mas acredito que a estabilidade profissional nos permite ter certa tranquilidade, especialmente quando temos bastante tempo no serviço público, pois o fato de sabermos que temos direitos trabalhistas, nos acalenta. (Professora Colaboradora 1, 2024).

Consideramos que ter um emprego seguro e garantido permite que os educadores planejem suas finanças com mais segurança, reduzindo o estresse relacionado a questões financeiras e proporcionando maior tranquilidade em relação ao futuro. Isso pode melhorar significativamente a qualidade de vida dos professores e contribuir para seu bem-estar geral.

A estabilidade profissional dos professores pode promover um ambiente de trabalho mais colaborativo e produtivo. Quando os professores têm a segurança de que seus empregos estão garantidos, eles tendem a se sentir mais dispostos a colaborar com colegas, compartilhar experiências e práticas pedagógicas, e participar ativamente do desenvolvimento de projetos educacionais. Isso pode levar a uma cultura escolar mais dinâmica e inovadora, beneficiando tanto os professores quanto os alunos. Outra vantagem da estabilidade profissional dos professores é a possibilidade de desenvolver vínculos mais fortes e duradouros com os alunos. Professores que permanecem na mesma escola por longos períodos de tempo têm a oportunidade de acompanhar o crescimento e o desenvolvimento de seus alunos ao longo dos anos, estabelecendo laços afetivos e fornecendo suporte emocional quando necessário. Isso pode ter um impacto positivo significativo na autoestima, confiança e motivação dos alunos, contribuindo para seu sucesso acadêmico e pessoal.

Algo que bastante nos chamou atenção nos relatos dos colaboradores foi o processo de adoecimento atrelado a melhoria da qualidade de vida. Tal como disposto no item seguinte.

5.4 Adoecimento como fator de melhoria da qualidade de vida

Em parte dos relatos colhidos, observamos que para muitos dos participantes, as condições de trabalho figuravam enquanto principais fatores de adoecimento. Todavia, após a descoberta da doença e do processo de afastamento, muitos alegaram terem

melhorado sensivelmente suas vidas e respectivamente a qualidade da mesma. A exemplo disso, a Professora Colaboradora 3 afirmou que “Hoje eu sinto que tenho qualidade de vida, depois que sofri acidente, porque estou afastada da sala de aula, do meu trabalho. Isso é horrível, porque me leva pensar se quero continuar na docência”.

Durante o processo de licença médica e afastamento do trabalho, é fundamental que os profissionais tenham acesso a medidas que promovam a melhoria das condições de vida e o bem-estar físico e emocional. Primeiramente, é essencial garantir que os trabalhadores recebam apoio financeiro adequado durante o período de afastamento, por meio de políticas de licença remunerada ou benefícios previdenciários. Isso proporciona segurança financeira aos profissionais e suas famílias, reduzindo o estresse relacionado às preocupações financeiras e permitindo que se concentrem em sua recuperação.

Além disso, é importante oferecer acesso a serviços de saúde de qualidade durante o período de licença médica, garantindo que os profissionais tenham acesso a tratamentos adequados e acompanhamento médico necessário para sua recuperação. Isso inclui consultas médicas regulares, terapias físicas ou psicológicas, medicamentos prescritos e outros recursos de saúde necessários para o tratamento de sua condição médica. O acesso a cuidados de saúde adequados é essencial para garantir uma recuperação completa e eficaz dos profissionais durante o período de afastamento.

Em outro relato comovente, a Professora Colaboradora 2 fez questão de qualificar o câncer como sendo sua salvação do processo de adoecimento mental.

O câncer acabou por me salvar. Hoje eu não tenho nenhum interesse em voltar para sala de aula, não sinto falta dos colegas, dos alunos e nada que diz respeito à educação no ambiente escolar. Posso mesmo dizer que não sinto mais falta de nada que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem dentro de uma sala de aula. (Professora Colaboradora 2 2024).

Para colaboradores, como, por exemplo, o Professor Colaborador 6, que viu suas condições de vida melhorar durante o processo de afastamento médico.

Eu consigo dizer que no meu caso houve melhoria da qualidade de vida depois do meu afastamento, até mesmo o meu sono é um indicador, pois eu consigo dormir bem agora e já tinha anos que eu não sabia o que era uma boa noite de sono. Antes o médico tinha me receitado um medicamento, que era para ajudar na qualidade do sono, mas hoje, sem ter que planejar, executar e lidar com as diversas outras situações desgastantes percebo que estou dormindo bem sem o remédio. (Professor Colaborador 6, 2024).

De modo similar, a Professora Colaboradora 7 advertiu que “O processo de licença médica para tratamento, melhorou minha qualidade de vida, pois hoje eu tenho o privilégio de dormir após o almoço, autocuidado, atividade física, presença nas atividades da minha família”.

Consideramos que além do apoio financeiro e acesso a serviços de saúde, é importante que os profissionais em licença médica recebam apoio emocional e psicológico adequado para lidar com os desafios emocionais associados à sua condição de saúde e ao afastamento do trabalho. Isso pode incluir o acesso a programas de aconselhamento ou terapia, grupos de apoio para profissionais em situações semelhantes, ou outros recursos de saúde mental destinados a fornecer suporte emocional durante esse período desafiador.

O apoio emocional é fundamental para ajudar os profissionais a lidar com o estresse, a ansiedade e outras emoções que possam surgir durante o processo de recuperação. Além disso, é importante que os profissionais em licença médica tenham acesso a medidas de apoio social e comunitário para garantir que não se sintam isolados ou desconectados durante o período de afastamento do trabalho. Isso pode incluir o envolvimento de colegas de trabalho, supervisores ou outras partes interessadas na manutenção de contato regular e no fornecimento de apoio social durante o período de recuperação.

O apoio social e comunitário é fundamental para promover o senso de pertencimento e conexão dos profissionais, reduzindo o isolamento social e promovendo uma recuperação mais rápida e eficaz. Em resumo, a melhoria das condições de vida durante o processo de licença médica e afastamento do trabalho é essencial para garantir o bem-estar físico, emocional e financeiro dos profissionais. Isso inclui acesso a apoio financeiro adequado, serviços de saúde de qualidade, apoio emocional e psicológico, e medidas de apoio social e comunitário. Ao fornecer esses recursos e apoio durante o período de afastamento, os empregadores podem ajudar os profissionais a se recuperarem de forma eficaz e a retornarem ao trabalho com saúde e bem-estar restaurados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa análise sobre a qualidade de vida durante o processo de afastamento médico, observamos que grande parcela dos participantes alegou terem melhorado sensivelmente suas condições de vida em decorrência do afastamento das atividades profissionais. Todavia, grande parcela disse ter tido dificuldade em acessar seus direitos trabalhistas e que o excesso de burocracia estatal dificultou a promoção do tratamento adequado.

Ratificamos que o direito médico à licença desempenha um papel crucial na promoção da saúde dos professores, permitindo que eles tenham tempo adequado para se recuperarem de problemas de saúde física ou mental sem comprometerem sua estabilidade financeira. Ao garantir o acesso dos professores a licenças médicas, os empregadores reconhecem a importância de priorizar o bem-estar dos profissionais, contribuindo para a prevenção do agravamento de condições de saúde e promovendo uma recuperação adequada. Isso permite que os professores tenham tempo para cuidar de si mesmos, buscar tratamento adequado e recuperar sua saúde antes de retornarem ao ambiente escolar, favorecendo a qualidade de vida e a eficácia do ensino.

A perspectiva marxista oferece *insights* valiosos sobre a importância da qualidade de vida dos professores para a educação básica, destacando as relações entre as condições de trabalho dos educadores e a reprodução das estruturas sociais e econômicas. Para Marx, a sociedade é moldada pelas relações de produção e pelas condições materiais de existência, e a educação desempenha um papel fundamental na reprodução e legitimação dessas relações.

Nesse sentido, a qualidade de vida dos professores não é apenas uma questão individual, mas está intrinsecamente ligada à estrutura social mais ampla. A partir da perspectiva marxista, a qualidade de vida dos professores na educação básica é influenciada diretamente pelas condições de trabalho e pela organização do sistema educacional. Se os professores enfrentam salários baixos, carga horária excessiva, falta de recursos e falta de reconhecimento, isso não apenas impacta negativamente sua própria qualidade de vida, mas também afeta sua capacidade de desempenhar efetivamente seu papel como agentes de transformação social. Marx argumentaria que essas condições são

reflexos das relações de poder na sociedade capitalista, onde o trabalho dos educadores é frequentemente desvalorizado em detrimento do lucro e da acumulação de capital.

A qualidade de vida dos professores está intrinsecamente ligada à qualidade da educação oferecida às crianças na educação básica. Se os professores estão sobrecarregados, desmotivados e mal remunerados, isso inevitavelmente se reflete na experiência de aprendizagem dos alunos.

De acordo com a perspectiva marxista, a educação reproduz as desigualdades sociais existentes, e uma educação de baixa qualidade para os filhos da classe trabalhadora perpetua essas desigualdades ao longo das gerações. Portanto, investir na qualidade de vida dos professores não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua origem socioeconômica.

Assim, a qualidade de vida dos professores é crucial para promover uma consciência crítica entre os alunos e capacitá-los a questionar as estruturas de poder existentes. A partir de uma perspectiva marxista, a educação não deve apenas transmitir conhecimento, mas também despertar a consciência de classe e capacitar os alunos a agir como agentes de mudança social. No entanto, se os professores estão adoecidos, desmoralizados e desmotivados, isso limita sua capacidade de cultivar uma consciência crítica entre os alunos e de desafiar as ideologias dominantes que perpetuam as desigualdades sociais.

Consideramos que a qualidade de vida dos professores está intimamente ligada à sua saúde física e mental. Se os professores estão constantemente estressados, sobrecarregados e sem apoio, isso pode levar a problemas de saúde, esgotamento e até mesmo depressão. A saúde dos professores não é apenas uma questão individual, mas também afeta diretamente sua capacidade de ensinar eficazmente e de criar um ambiente de aprendizagem positivo e acolhedor para os alunos.

Conforme observamos ao longo desta investigação a relação entre estresse, escola e saúde docente revela aspectos cruciais para a qualidade de vida, não apenas dos professores, mas também para o ambiente educacional como um todo.

A análise desse contexto destaca a importância das relações interpessoais, sociais e afetivas na manutenção do bem-estar desses profissionais. Sobretudo, no tocante ao apoio técnico-pedagógico, a fim de evitar o aparecimento de doenças laborais e/ou o agravamento de problemas de saúde de naturezas diversas. O fator psicológico emerge como central, uma vez que é através da saúde emocional que o estresse pode se

manifestar, impactando significativamente a vida pessoal e profissional. No cotidiano escolar, os desafios constantes, como demandas administrativas, preparação de aulas, e interação com alunos e pais, podem sobrecarregar os professores. Essa sobrecarga emocional pode resultar em níveis elevados de estresse, afetando não apenas o desempenho individual, mas também a dinâmica da equipe escolar. A falta de suporte emocional e estrutural pode agravar ainda mais esse quadro, tornando essencial a implementação de políticas de saúde mental nas escolas.

O comprometimento da saúde docente não se limita apenas ao âmbito psicológico, mas se estende ao físico. O estresse crônico pode desencadear problemas de saúde como insônia, dores musculares e até mesmo doenças cardiovasculares, diminuindo a qualidade de vida e a longevidade desses profissionais. Isso evidencia a necessidade de medidas preventivas e de promoção da saúde dentro do ambiente escolar, visando não só o bem-estar dos professores, mas também a eficácia do processo educativo. Um dos pontos contraditórios com relação à Rede Estadual de Educação da Bahia, caracteriza-se pelo descaso com a situação do exercício profissional da docência, com aumento das demandas profissionais, sobrecarga, ausência de infraestrutura e excesso de vigilância no alcance das metas.

Além dos impactos individuais, o estresse docente pode influenciar diretamente na qualidade do ensino oferecido aos alunos. Professores sobrecarregados emocionalmente podem ter dificuldades para manter a motivação e a criatividade necessárias para estimular o aprendizado. Isso cria um ciclo negativo onde o estresse dos professores afeta o desempenho dos alunos, criando um ambiente educacional menos produtivo e acolhedor.

A desordem emocional causada pelo estresse pode levar os professores a se sentirem desmotivados e desvalorizados em suas profissões. A falta de reconhecimento pelo trabalho árduo e as condições adversas de trabalho podem intensificar percepções de frustração e exaustão, contribuindo para altas taxas de absenteísmo e até mesmo para o abandono da carreira docente.

É fundamental que gestores educacionais e formuladores de políticas públicas reconheçam a importância de investir na saúde emocional e física dos professores. Programas de apoio psicológico, treinamentos em gestão do estresse e a criação de um ambiente de trabalho mais colaborativo e solidário são medidas que podem fazer diferença significativa na vida dos educadores e na qualidade do ensino oferecido.

A valorização da saúde docente não é apenas uma questão de responsabilidade social, mas também de eficiência educacional. Professores que se sentem apoiados e respeitados tendem a ser mais produtivos e comprometidos com suas funções, refletindo positivamente no desempenho dos alunos e no clima escolar como um todo. No que diz respeito à valorização da carreira docente, não podemos circunscrever apenas as questões de plano de carreira e progressão, devemos também salientar a assessoria jurídica, o acompanhamento médico e o acesso às informações sobre direitos trabalhistas.

Portanto, é urgente uma reflexão profunda sobre como o estresse afeta a saúde e o desempenho dos professores, visando implementar estratégias eficazes de promoção da saúde mental e física dentro das instituições educacionais. Somente assim será possível garantir um ambiente de trabalho saudável e sustentável para os educadores, contribuindo para a formação integral e o sucesso acadêmico dos alunos.

Assim sendo, investir na qualidade de vida dos professores não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de garantir a saúde e o bem-estar de toda a comunidade escolar. Ademais, a qualidade de vida dos professores influencia diretamente sua permanência na profissão e a atratividade da carreira para novos profissionais. Se os professores estão constantemente enfrentando condições precárias de trabalho, falta de reconhecimento e baixos salários, muitos podem se sentir desencorajados a permanecer na profissão ou a ingressar nela. Isso pode levar a altas taxas de rotatividade de professores, o que é prejudicial para a estabilidade e consistência do sistema educacional. Portanto, investir na qualidade de vida dos professores é fundamental para garantir uma força de trabalho estável e comprometida na educação básica.

Se os professores estão estressados, sobrecarregados e desmotivados, isso pode prejudicar o ambiente de trabalho e a colaboração entre os membros da equipe. No entanto, se os professores têm acesso a condições de trabalho adequadas, apoio emocional e oportunidades de desenvolvimento profissional, isso pode promover um ambiente de trabalho mais colaborativo e produtivo, onde todos os membros da equipe se sentem valorizados e engajados em sua prática pedagógica.

A qualidade de vida dos professores tem um impacto direto na qualidade do ensino e aprendizagem nas escolas. Se os professores estão estressados, desmotivados e sobrecarregados, isso pode afetar negativamente sua capacidade de ensinar eficazmente e de criar um ambiente de aprendizagem positivo e enriquecedor para os alunos. No entanto, se os professores têm acesso a condições de trabalho adequadas, apoio emocional

e oportunidades de desenvolvimento profissional, isso pode aumentar sua eficácia como educadores e melhorar a experiência de aprendizagem dos discentes da Rede Estadual de Educação da Bahia.

Portanto, nos casos em que os docentes alegaram estarem sobrecarregados, desmotivados e sem apoio, demonstrou-se ser isso uma das causas dos resultados insatisfatórios obtidos pela referida rede, afetando diretamente na sua capacidade de atender às necessidades individuais dos alunos e de promover a igualdade de oportunidades educacionais aos educandos e egressos do sistema público de ensino. No entanto, se os professores têm acesso a condições de trabalho adequadas, apoio emocional e oportunidades de desenvolvimento profissional, isso pode contribuir que todos os discentes recebam uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica ou de outros fatores, tal como apontado pelos docentes colaboradores desta investigação.

Observamos que o trabalho docente, em meio aos processos de reforma e regulação educacional, tem sido objeto de intensa reconfiguração e reordenamento, conforme apontado pelos professores colaboradores desta pesquisa. A proletarização das atividades dos professores é um fenômeno observado de maneira crescente, em que suas funções são cada vez mais padronizadas e submetidas a mecanismos de controle e regulação, tem provocado sentimentos como desencanto, desestímulo e sensação de fracasso. Esses fatores estão na base do processo de adoecimento laboral. Ademais, essa dinâmica não apenas redefine as relações entre trabalho e educação, mas também reestrutura a interação entre teoria e prática na sala de aula, requerendo um aumento das funções e das atividades intra e extraclasse.

Outro ponto importante diz respeito à incorporação de mecanismos que limitam a autonomia do professor é um dos aspectos mais marcantes dessa transformação. Políticas educacionais frequentemente introduzem diretrizes rígidas e avaliações padronizadas que moldam o currículo e os métodos de ensino, diminuindo a margem de manobra dos educadores na tomada de decisões pedagógicas. Isso não apenas afeta a flexibilidade no ensino, mas também influencia a satisfação e o engajamento dos professores em seu trabalho.

Além disso, há um incremento significativo de novas responsabilidades e atribuições delegadas aos professores. Desde o acompanhamento de indicadores de desempenho até a implementação de programas educacionais específicos, essas novas exigências ampliam a carga de trabalho e o estresse associado à profissão. A ascensão da

meritocracia e a valorização do comportamento produtivo também contribuem para a intensificação do ritmo de trabalho, pressionando os professores a demonstrarem resultados tangíveis e mensuráveis.

Nesse contexto, a redefinição das relações entre trabalho e educação frequentemente gera tensões e conflitos, pois muitos educadores se veem confrontados com a necessidade de equilibrar expectativas externas com suas próprias práticas pedagógicas e valores profissionais. A ênfase em resultados quantificáveis pode, por vezes, diminuir a ênfase em aspectos mais qualitativos e humanistas da educação, criando um ambiente onde a burocracia educacional muitas vezes prevalece sobre a criatividade e a inovação na sala de aula.

Diante desses desafios, torna-se crucial promover um diálogo contínuo entre educadores, gestores educacionais, e formuladores de políticas públicas para encontrar um equilíbrio sustentável entre padronização de avaliação e autonomia profissional. Uma vez que, a perda da autonomia, a sobrecarga e o acúmulo de tarefas têm provocado o aumento no número de adoecimento laboral, afastamento para tratamento de saúde e processo de desligamento (voluntário e compulsório). Investir no desenvolvimento profissional dos professores, reconhecer e valorizar suas contribuições, e criar espaços para a colaboração e inovação pedagógica são passos fundamentais para garantir um ambiente de trabalho mais justo e estimulante para todos os envolvidos no processo educativo, acarretando, também, na melhoria da qualidade de vida no trabalho.

A contradição do Estado em relação às condições de trabalho dos professores é evidente na dicotomia entre as intenções declaradas de melhorar essas condições e as políticas que frequentemente resultam em precarização. Por um lado, há discursos e iniciativas voltadas para valorização da educação e dos profissionais da educação, com propostas de aumento salarial, melhorias na infraestrutura escolar e investimentos em formação continuada. No entanto, na prática, muitas vezes observamos cortes orçamentários, congelamentos de salários, aumento da carga de trabalho e redução de benefícios sociais, o que contribui para a deterioração das condições laborais dos professores. Essa contradição reflete um dilema político-econômico complexo, onde o Estado enfrenta pressões para equilibrar demandas de investimento social com imperativos de controle fiscal e políticas de austeridade. O resultado é uma ambiguidade na implementação de políticas educacionais, às vezes promovendo melhorias superficiais enquanto as condições estruturais e organizacionais fundamentais para o bem-estar e o desempenho dos professores permanecem negligenciadas. Essa inconsistência

compromete não apenas a qualidade do ensino oferecido, mas também a saúde física e mental dos educadores, que continuam enfrentando um ambiente de trabalho cada vez mais desafiador e instável.

O processo de adoecimento laboral dos professores do ensino médio na rede pública de ensino do estado da Bahia é uma questão complexa e multifacetada, que envolve diversos fatores estruturais, organizacionais e individuais. Esses profissionais enfrentam uma série de desafios que contribuem para um ambiente de trabalho frequentemente adverso e estressante.

Primeiramente, é importante considerar as condições estruturais das escolas públicas na Bahia, muitas das quais enfrentam problemas como infraestrutura precária, falta de recursos didáticos adequados e superlotação de salas de aula. Esses fatores criam um ambiente desafiador para os professores, que precisam lidar não apenas com as demandas pedagógicas, mas também com as condições físicas muitas vezes inadequadas.

Além disso, o contexto socioeconômico dos estudantes e suas comunidades pode ser um fator significativo de estresse para os professores. Muitos alunos enfrentam situações de vulnerabilidade social, violência, e falta de suporte familiar, o que pode impactar diretamente o ambiente escolar e a dinâmica em sala de aula.

As políticas educacionais também desempenham um papel crucial no adoecimento laboral dos professores. Reformas frequentes no currículo, mudanças nos métodos de avaliação e exigências burocráticas adicionais podem sobrecarregar os educadores, levando a altos níveis de estresse e exaustão. A falta de tempo adequado para planejamento e preparação de aulas também é uma preocupação constante. A sobrecarga de trabalho é uma realidade para muitos professores do ensino médio na Bahia. Eles frequentemente enfrentam jornadas extenuantes, que incluem não apenas o tempo em sala de aula, mas também a correção de provas, a preparação de relatórios e o contato com pais e responsáveis. Essa carga intensa de responsabilidades pode levar à exaustão física e emocional ao longo do tempo. A falta de reconhecimento e de apoio adequado por parte das autoridades educacionais também contribui para o adoecimento dos professores. A sensação de desvalorização profissional e a falta de incentivos para o desenvolvimento contínuo podem minar a motivação dos educadores, levando a uma diminuição da qualidade do ensino e do comprometimento com a profissão.

Os problemas de saúde mental são particularmente prevalentes entre os professores do ensino médio na Bahia. A ansiedade, o estresse crônico e a depressão são condições frequentemente relatadas, resultado das pressões constantes do trabalho e das

dificuldades enfrentadas no ambiente escolar. A falta de recursos adequados para lidar com esses problemas também pode dificultar o acesso dos professores a apoio psicológico e emocional. Os conflitos interpessoais dentro das escolas também podem contribuir para o adoecimento dos professores. Dificuldades no relacionamento com colegas, gestores e até mesmo com os próprios alunos podem criar um ambiente de trabalho hostil e desgastante, afetando negativamente o bem-estar dos educadores.

Percebemos ao longo das participações dos colaboradores os impactos da excedência no âmbito da saúde mental, uma vez que ficar excedente no âmbito da administração pública pode ter diversos impactos significativos para a saúde dos docentes. Primeiramente, o período de excedência pode gerar incertezas e preocupações financeiras, uma vez que o servidor deixa de receber alguns dos incentivos enquanto mantém seu vínculo com a instituição. Essa situação pode resultar em estresse financeiro, especialmente se o servidor depende exclusivamente do salário para suas despesas básicas e sustento familiar. Além do impacto financeiro, a excedência pode afetar a saúde mental do servidor devido à ansiedade e à instabilidade emocional causadas pela incerteza quanto ao retorno ao trabalho e à continuidade da carreira. A falta de atividade profissional regular também pode levar ao isolamento social e à perda do senso de propósito, especialmente para aqueles que têm grande identificação com suas funções no serviço público.

Adicionalmente, o prolongamento da excedência pode implicar em interrupções nos planos de carreira e desenvolvimento profissional do docente. A ausência de atividades laborais pode resultar na perda de habilidades específicas e atualização profissional, prejudicando a capacidade do servidor de se reintegrar plenamente ao ambiente de trabalho e de se manter competitivo no mercado de trabalho público. Esses fatores combinados podem contribuir para um impacto negativo na saúde geral e no bem-estar do servidor afetado pela excedência no serviço público.

Outro ponto importante, diretamente ligado ao adoecimento laboral (ou não) e ao retorno às funções durante o período posterior ao regresso ao trabalho, refere-se a prerrogativa jurídica de readaptação ao serviço público. Conforme discutimos, a readaptação em decorrência de motivos de saúde impacta na qualidade de vida dos professores que passam por um período de adoecimento enquanto trabalham em sala de aula pode ser um desafio complexo e prolongado. Primeiramente, o impacto físico do adoecimento pode exigir um período de recuperação significativo, afetando diretamente a capacidade do professor de desempenhar suas funções diárias com eficiência.

Condições como estresse crônico, problemas musculoesqueléticos devido à postura inadequada ou excesso de trabalho, e doenças relacionadas ao sistema respiratório são comuns entre professores, devido ao ambiente escolar dinâmico e muitas vezes exigente. Desse modo, um dos desafios é promover condições seguras no espaço da unidade escolar, a fim de minimizar os impactos e promover um sistema de colaboração interna, evitando os riscos da insegurança quanto ao cumprimento da carga horária de trabalho socialmente necessária.

Além dos aspectos físicos, o adoecimento também pode ter repercussões emocionais e psicológicas profundas, de médio e longo prazo, causando, em alguns casos, desestímulo, abandono e precarização da carreira profissional dos educadores da Rede Estadual de Educação da Bahia. A necessidade de se afastar temporariamente do trabalho para tratamento médico ou recuperação pode gerar ansiedade em relação à continuidade do vínculo empregatício, além de preocupações financeiras associadas à ausência de renda durante o período de afastamento. Isso pode impactar negativamente a saúde mental do professor, exacerbando sintomas como depressão, ansiedade e estresse, especialmente se não houver um adequado suporte emocional e administrativo por parte da instituição educacional. Em alguns dos casos aqui analisados, os docentes disseram que essa incerteza provoca o agravamento e o comprometimento de seus quadros clínicos, somados aos demais problemas, tais como viagens para Junta Médica, pressão social pelo retorno ao trabalho, aumento da ansiedade quanto a obrigatoriedade do retorno antes da recuperação plena etc.

A reintegração ao ambiente escolar após um período de adoecimento também pode ser desafiadora, em especial, decorrente do processo de excedência, responsável por impactar na receita média mensal dos profissionais e as dificuldades de reintegração. Além de recuperar a saúde física, o professor pode enfrentar dificuldades em retomar o ritmo de trabalho, lidar com o acúmulo de tarefas e ajustar-se novamente às demandas e pressões do ambiente escolar. É crucial que as escolas e os sistemas educacionais ofereçam suporte adequado durante esse processo de readaptação, incluindo medidas para reduzir o estresse e a carga de trabalho, promover uma cultura de bem-estar e oferecer recursos para o desenvolvimento profissional contínuo do professor.

Por fim, outro ponto a ser explorando, quanto as percepções sobre qualidade de vida durante o tratamento médico, via licença de trabalho, refere-se ao processo de readaptação, em casos de afastamento das funções por conta do adoecimento físico, mental, congênito, crônico e/ou laboral. Conforme verificamos, a readaptação é um

desafio a ser investigado, uma vez que a legislação trabalhista a estabelece enquanto um direito social, todavia, o Estado não criou mecanismos necessários para promover a readaptação dos docentes afastados – temporária ou permanente – de suas funções em sala de aula. Logo, apresentamos este enquanto um aspecto lacunar da literatura científica, cujo estudo está a ser realizado.

Portanto, é de fundamental importância e urgência que sejam implementadas políticas públicas eficazes para enfrentar esses desafios e promover um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável para os professores do ensino médio na Bahia. Isso inclui investimentos em infraestrutura escolar, programas de apoio à saúde mental, redução da carga horária excessiva e valorização da formação contínua dos educadores. Além disso, é necessário promover uma cultura organizacional que reconheça e valorize o trabalho dos professores, incentivando a colaboração, o respeito mútuo e o suporte emocional entre todos os membros da comunidade escolar. Somente assim será possível garantir que os professores possam exercer sua profissão de maneira eficaz e satisfatória, contribuindo para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes na Bahia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula Cristina Soares Silva de. Condições de trabalho docente: políticas e processos de desenvolvimento profissional. / Paula Cristina Soares Silva de Almeida; orientador Cláudio Pinto Nunes; coorientadora Lúcia Gracia Ferreira Trindade. Vitória da Conquista, Ba. 167f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2020.

ANTONINI, F. et al. Práticas de promoção da saúde no trabalho do professor. **Acta Paul Enferm.**, v. 35, n. 02761, 2022.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Saúde dos professores da educação básica no Brasil. Caderno da ENPS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2019.

ASSUNÇÃO A.A.; ABREU, M. N. S. Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil. **Cad Saúde Pública**, 2019.

BAHIA. **Lei nº 6.677/1994**. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 1994. Disponível em: http://www5.tjba.jus.br/juizadosespeciais/images/pdf/legislacao/LEI_6677_94-ESTATUTO_SERVIDOR_PBLICO.pdf. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BAHIA. **Lei nº 13.725/2017**. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 2017. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13725-2017-bahia-alteracao-art-99-e-o-caput-do-art-146-ambos-da-lei-n-6677-de-26-de-setembro-de-1994>. Acessado em 15 de mar. de 2017.

BAHIA. **Não basta ser chefe, tem que participar**: guia rápido para gestores. v. 1, n. 1, Salvador: Recursos Humanos/RH; Secretaria Estadual de Educação da Bahia/SEC, 2018.

BAHIA. **Requerimento de inspeção médica do servidor público do Estado da Bahia**. Salvador: Recursos Humanos/RH; Secretaria Estadual de Educação da Bahia/SEC, 2024. Disponível em: <https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/documentos/formularios/requerimento-de-inspecao-medica-0>. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BAHIA. **Requerimento para Notificação de Acidente em Serviço dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – NAS**. Salvador: Recursos Humanos/RH; Secretaria Estadual de Educação da Bahia/SEC, 2024. Disponível em: <https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/documentos/formularios/notificacao-de-acidente-em-servico-nas-0>. Acessado em 14 de mar. de 2024.

BAHIA. **Orientação de Pessoal: Licença para tratamento de saúde**. Salvador: Recursos Humanos/RH; Secretaria Estadual de Educação da Bahia/SEC, 2024. Disponível em: <https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/orientacao-de-pessoal-licenca-para-tratamento-de-saude>. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BALL, S. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. *Educação em Questão*, Natal, v. 46, n. 32, p. 9-36, 2013.

BANDEIRA, Suzanne Rocha. **“Para além das competências”**: o cuidado em saúde emocional e a formação de professores do ensino médio. / Suzanne Rocha Bandeira; orientadora Ana Ignez Belém Lima Nunes. – Fortaleza, CE. 118f. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, 2021.

BARROS, Claudia Cristiane Andrade. **Qualidade de vida do docente em processo de aposentadoria ou aposentado a pandemia**: um recorte das escolas públicas estaduais de Vitória da Conquista – Bahia. / Claudia Cristiane Andrade Barros; orientadora Berta Leni Costa Cardoso. Vitória da Conquista, Ba. 148f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2022.

BENITEZ, Silvio; SOUZA, Silvana Aparecida de. **O materialismo histórico dialético enquanto enfoque metodológico para pesquisas sobre políticas públicas da educação**. São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/o_materialismo_silvio.pdf. Acessado de 12 de abr. de 2024.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto, 1994.

BONDAN, Alzira Pimentel. Saúde docente: relação entre gênero e estresse profissional. / Alzira Pimentel Bondan; orientadora Bettina Steren dos Santos. – Porto Alegre, RS. 93f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

BRASIL. CASA CIVIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília: Sub-Chefia da Casa Civil; Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Qualidade de vida em 5 passos**. Brasília: Ministério da Saúde; São Paulo: USP, 2013. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Lei n. 13.415/2017**. Brasília: CNE/CP; MEC, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: CNE/CP; MEC, 2018. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Vitória da Conquista. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acessado em 12 de abr. de 2024.

CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Cláudio Pinto; FAGUNDES, Heldina Pereira. (orgs.). **Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

CARDOSO JUNIOR, Welton. et. al. O materialism histórico dialético e a qualidade de vida docente. In.: CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Cláudio Pinto; FAGUNDES, Heldina Pereira. (orgs.). **Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

CASTRO NETA, Abília Ana de. A precarização do trabalho e os impactos para o processo de adoecimento da classe trabalhadora docente. / Abília Ana de Castro Neta; orientadora Berta Leni Costa Cardoso. – Vitória da Conquista, Ba. 200f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2020.

DAVOGLIO, Rita Tárzia; LETTNIN, Carla da Conceição; BALDISSERA, Cristina Generali. Avaliação da qualidade de vida em docentes brasileiros: uma revisão sistemática. *Pro-Posições* | v. 26, n. 3 (78) | p. 145-166 | set./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507807>.

FAGIANI, C. C., PREVITALI, F. S. A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização. **Revista Ciências do Trabalho**, v. 3. n. 1, p. 53-67, 2014.

FERRACCIU, Cristiane Cunha Soderini; SANTOS, Daniela Monique Tavares dos; BARROS, Phillipe Xavier; TEIXEIRA, Liliane Reis; ALMEIDA, Marcia Soalheiro de. Índice de capacidade para o trabalho e desequilíbrio esforço-recompensa relacionado ao distúrbio de voz em professoras da rede estadual de Alagoas. *Rev. CEFAC*. 2015 Set-Out; 17(5):1580-1589. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/19820216201517517414>.

FERREIRA, Nadja de Sousa. Avaliação dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho dos professores do ensino fundamental, médio e superior: estudo da penosidade, insalubridade e periculosidade. / Nadja de Sousa Ferreira; orientador Francisco de Paula Nunes Sobrinho. – Rio de Janeiro, RJ. 218f. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida; LEAL, Ondina Fachel; LOUZADA, Sérgio; et al. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de Qualidade de Vida da OMS (WHOQOL-100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.21, n.1, 1999, p.19-28.

FRIGOTTO, G. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Revista Centro de Educação e Letras – Ideação**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

GOMES K.K. et al. Quality of life and quality of working life of health science professors at a higher education institution. **Rev Bras Med Trab**. 2017;15(1):18-28.

GONZÁLEZ, Jose Luiz. O desafio do Burnout a partir de uma perspectiva saudável da personalidade. In: **Síposium Ibérico do Síndrome de Burnout**. Lisboa, 2000.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Sujeito e subjetividades**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005a.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Subjetividade, complexidade e pesquisa qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005b.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Epistemología cualitativa y subjetividade**. São Paulo: EDUC, 1997.

HERMINE, Ivan Barbosa. **Iniciação Ao Materialismo Dialético: o pensamento dialético**. São Paulo: Resistir. Info, 2013.

HORNER, Andreas. Avaliação do nível de estresse e atividade física de professores de uma escola estadual. /Andreas Horner; orientador Tiango Aguiar Ribeiro. – Santa Maria, RS. 53p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Bahia**. Brasília: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acessado em 12 de mar. de 2024.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Claudiene Sales dos Santos; NUNES, Claudio Pinto. Adoecimento mental dos professores em tempos de pandemia: implicações na promoção da qualidade de vida desses profissionais. In.: CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Cláudio Pinto; FAGUNDES, Heldina Pereira. (orgs.). **Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MARQUES, Jádson Fábio de Araújo; MARQUES, Tatyane Gomes. As reformas educacionais neoliberais e as pesquisas sobre qualidade de vida d(n)o trabalho de profissionais da educação. In.: CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Cláudio Pinto; FAGUNDES, Heldina Pereira. (orgs.). **Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. P. 35-60.

GOMES, Luciana. Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites. / Luciana Gomes; orientadora Jussara Cruz de Brito. – Rio de Janeiro, RJ. 118f. Dissertação (mestrado) – Fundação Osvaldo Cruz, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Martin Claret, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente Filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARTINS, Lígia Márcia. O sofrimento e/ou adoecimento psíquico do (a) professor (a) em um contexto de fragilização da formação humana. **Cadernos cemarx**, n. 11, p. 127-144, 2018.

MELO, Luciana Siqueira Machado de. A atenção à saúde do escolar nas trajetórias de professores do Ensino Médio. / Luciana Siqueira Machado de Melo; orientadora Maria Auxiliadora Ávila dos Santos Sá. – Taubaté, SP. 133f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Taubaté, 2017.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOREIRA, Deise Maíra Silveira; SILVA JÚNIOR, Germínio José da; CARDOSO, Berta Leni Costa. Valorização docente na educação básica: resultados de pesquisa realizadas. In.: CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Cláudio Pinto; FAGUNDES, Heldina Pereira. (orgs.). **Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MOURA, Juliana da Silva. Transtornos mentais e comportamentais em professores e as implicações para a carreira docente. / Juliana da Silva Moura; orientador Cláudio Pinto Nunes; coorientadora Lúcia Gracia Ferreira Trindade. – Vitória da Conquista, Ba. 177f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2020.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo / Markus Vinicius Nahas. – 7. ed. – Florianópolis, Ed. do Autor, 2017.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Bárbara de Faria Moraes; MEDEIROS, Adriane Mesquita de. Comportamento vocal e condições de trabalho de professores após fonoterapia para tratamento de disfonia comportamental. *Audiology Communication Research*, Minas Gerais, v.23, e2061, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/acr/a/94rmXBfFP3Jf7vn9wrnX3LP/?lang=pt>.

NUNES, Cláudio Pinto. Conversas interativo-provocativas como opção teórico-metodológica nas Ciências Humanas e na Educação. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 16, n. 37, p. 408-439, 2020. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6207>. Acessado em 23/11/2023.

OMS. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Social science and medicine*. v.41, n.10, 1995, p.403-409.

PENTEADO, R.Z.; SOUZA NETO, S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. *Saúde Soc*. São Paulo, v.28, p.135-153, 2019

PEREIRA, L. D. S.; PREVIATALI, F. S. Impactos da nova gestão pública no cenário educacional brasileiro. In.: **Pedagogia Histórico-Crítica: Educação e Revolução: 100 Anos da Revolução Russa**. For do Iguaçu: HISTEDBR, 2017.

PEREIRA, L. D. S. **Crise nas Licenciaturas: o novo perfil do professor da educação básica no Brasil sob a égide do neoliberalismo**. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2018.

PINHEIRO, Jaqueline Marafon. A interferência das doenças laborais na prática educativa sob a ótica dos professores do Ensino Médio. / Jaqueline Marafon Pinheiro; orientadora Neusa Maria John Scheid. – Frederico Westphalen, RS. 78f. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2014.

PREVIATALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho e trabalho docente na educação básica em tempos precarização no Brasil. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, v. 11, n. 20, 2020. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/5886/588663787013/588663787013.pdf>. Acessado em 15 de mar. 2024.

PUGAS, Eliana Maria da Silva. Perfil de adoecimento e incapacidade para o trabalho entre profissionais de ensino: análise dos registros oficiais no Brasil. / Eliana Maria da Silva Pugas; Orientadora Kionna Oliveira Bernardes Santos. – Salvador, Ba. 81f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, 2018.

ROCHA, Ricelli Endrigo Ruppel da; FILHO, Kleber Prado; SILVA, Fátima Noely da; BOSCARI, Marilene; AMER, Siham Abdel Karim; ALMEIDA, Débora Cunha de. Sintomas osteomusculares e estresse não alteram a qualidade de vida de professores da educação básica. *Fisioter Pesqui*. 2017;24(3):259-266.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 12 (34), pp. 152-180, 2007.

SAVIANI, D. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: Carlos Lucena; Fabiane Santana Previtali; Lurdes Lucena (Orgs.) **A crise da democracia brasileira**. Vol. I –. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/>.

SEIXAS, Marisa Fernandes. Condições de trabalho docente, questões emocionais e o adoecimento psíquico em professores/as de Santa Maria da Vitória – Ba. / Marisa Fernandes Seixas; orientadora Berta Leni Costa Cardoso. Vitória da Conquista, Ba. 115f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2022.

SENA, Patrícia Sinara Gomes Santos. Sentido de ser professor em face das condições de trabalho e das exigências da profissão no ensino médio. / Patrícia Sinara Gomes Santos Sena; orientador Cláudio Pinto Nunes. Vitória da Conquista, Ba. 174f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2022.

SOUZA, A. N. de. Professores, Modernização e Precarização. In.: ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2016.

TABELIÃO, Viviane Porto; TOMASI, Elaine; NEVES, Siduana Facin. Qualidade de vida e esgotamento profissional entre docentes da rede pública de Ensino Médio e Fundamental no Sul do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(12):2401-2408, dez, 2011.

TAMIASSO, Douglas Magno Eleotério. Condições de trabalho e os impactos na saúde do professor de Ensino Médio. / Douglas Magno Eleotério Tamiasso; orientadora Sônia Maria da Costa Barreto. – São Mateus, ES. 66f. Dissertação (mestrado profissional) – Faculdade Vale do Cricaré, 2017.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 123, p. 551- 571, 2013.

TOZONI-REIS. Marília Freitas de Campos. O método materialista histórico dialético para a pesquisa em educação. **Revista Simbio-Logias**. v. 12, n. 17, 2020.

WILBERSTAEDT, Ioná Outo de Souza; VIEIRA, Marcia Gilmara Marian; SILVA, Yolanda Flores e. Saúde e qualidade de vida: discursos de docentes no cotidiano de uma escola pública de Santa Catarina. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 219-238, 2016. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00026>.

APÊNDICE 1 – Questionário etnográfico e Roteiro semiestruturado de Conversa interativo-provocativa

QUESTIONÁRIO ETNOGRÁFICO

Dados da pesquisa (temática): Percepções sobre qualidade de vida entre os(as) docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia afastados sob licença médica.

Título da pesquisa: Qualidade de vida do docente diante do adoecimento e do caminho percorrido no tratamento.

Pesquisadora: Sandra Maria Lopes Soares

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pinto Nunes

Objetivo geral da pesquisa: Avaliar a qualidade de vida do profissional docente das escolas públicas estaduais em Vitória da Conquista/BA que se encontra adoecido e em tratamento concedido por licença médica.

Observações gerais: Os relatos são sigilosos e não haverá divulgação dos nomes dos(as) entrevistados(as) e os dados produzidos serão utilizados somente para a elaboração da Dissertação de Mestrado em Educação, podendo ser utilizados em publicações científicas futuras.

Eixo I - Dados socioeconômicos:

Idade: _____

Grupo étnico: Branco(a) Preto(a) Pardo(a) Indígena Amarelo(a)

Gênero: Fem Mas Outro

Naturalidade:

Formação profissional inicial:

Modalidade de formação: Licenciatura Bacharelado Licenciatura e Bacharelado

Formação acadêmica complementar: Outra graduação Pós-graduação

Nível de formação acadêmica: Graduação Especialização *latu sensu* Mestrado profissional Mestrado acadêmico Doutorado profissional Doutorado acadêmico

Tempo de formação:

Tempo de atuação profissional:

Regime atual de trabalho:

Carga horária semanal:

Sistemas de ensino onde atual: Sistema público Sistema privado Sistemas público e privado

Zona de atuação profissional: Zona urbana Zona rural Zonas urbana e rural

Nível de ensino: Fundamental (Anos iniciais) Fundamental (Anos finais) Ensino Médio

Tempo de atuação profissional na Rede Estadual de Educação da Bahia:

Regime de trabalho na Rede Estadual de Educação da Bahia:

Cargos que ocupa e/ou já ocupou na gestão escolar e/ou coordenação pedagógica (ano):

Tempo de deslocamento de casa ao trabalho:

Quilometragem média percorrida de casa ao trabalho:

Qual o meio de transporte utilizado no deslocamento casa/trabalho:

Bicicleta Moto Carro Ônibus Transporte escolar Andando Carona

Observações do aplicador(a): _____

Eixo II – Percepções sobre Qualidade de vida e Direitos do Servidor Público

Você considera ter Qualidade de vida? Sim Não Gostaria de não opinar

Você sabe definir Qualidade de vida? Sim Não Gostaria de não opinar

Quais são as palavras, exemplos ou ideias que vem a sua cabeça quando pensa em Qualidade de vida?

Quais são as relações entre Qualidade de vida e emprego e trabalho?

Qualidade de vida tem relação com estabilidade profissional? Sim Não

Gostaria de não opinar

Estabilidade profissional e direitos trabalhistas promover a Qualidade de vida entre os trabalhadores? Sim Não Gostaria de não opinar

O ambiente em que você trabalha lhe proporciona ter Qualidade de vida? Sim

Não Gostaria de não opinar

Você conhece os seus Direitos trabalhistas? Sim Não Gostaria de não opinar

Você já havia se desligado do trabalho por meio de licença médica? Sim Não

Gostaria de não opinar

Como você avalia o processo para a concessão da dispensa do trabalho por meio da licença médica? Muito fácil Fácil Regular Difícil Muito difícil

Gostaria de não opinar

Você encontrou dificuldade em receber a dispensa do trabalho por meio da licença médica? Sim Não Gostaria de não opinar

O processo de concessão da licença médica contribuiu de forma negativa no agravamento do seu problema de saúde? Sim Não Gostaria de não opinar

Você acredita que o afastamento das atividades profissionais deve ser um direito básico de todos os trabalhadores? Sim Não Gostaria de não opinar

Você considera importante o direito a licença médica remunerada para os profissionais que adoecerem por conta do emprego e/ou serviço? Sim Não

Gostaria de não opinar

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA CONVERSA INTERATIVA PROVOCATIVA

Observações gerais: Os relatos são sigilosos e não haverá divulgação dos nomes dos(as) entrevistados(as) e os dados produzidos serão utilizados somente para a elaboração da Dissertação de Mestrado em Educação, podendo ser utilizados em publicações científicas futuras.

EIXO I – Qualidade de vida

1. Conceituar de Qualidade de vida.
2. Influências positivas e negativas do trabalho para a Qualidade de vida.
3. Elementos essenciais para caracterizar de uma boa Qualidade de vida.
4. Melhorias no ambiente de trabalho para proporcionar Qualidade de vida.

5. Trabalho como fator de adoecimento.
6. Melhorias na atividade laboral para proporcionar maior Qualidade de vida dos docentes.
7. Desejo ou necessidade de retorno ao trabalho.

EIXO II- Saúde e doença

1. Descrever o processo de afastamento.
2. Problemas de saúde que levaram ao afastamento.
3. Sentimentos ao perceber que precisava se afastar.
4. Dificuldades de aceitação do adoecimento e da necessidade de afastamento.
5. Contribuições do afastamento das atividades profissionais para o restabelecimento da saúde.
6. Dificuldades em conseguir o afastamento via licença médica.
7. Período de afastamento e descrição do processo até o momento.
8. Constrangimentos ou incômodos ocorridos durante o afastamento.
9. Desejo de retornar ao trabalho antes da totalidade do restabelecimento físico e mental.

APÊNDICE 2 – Ofício de solicitação de informações encaminhando ao NTE-20

À Senhora Diretora do Núcleo Territorial de Educação-NTE20- Senhora Lenira Maria de Figueiredo Souza de Vitória da Conquista – BA

Me chamo Sandra Maria Lopes Soares, brasileira, solteira, professora da Rede Estadual da Bahia inscrita no cadastro 11509468-3, portadora do RG 08103139-44, inscrita no CPF 987286105-63, residente e domiciliada na cidade de Vitória da Conquista. Sou estudante da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, fazendo o curso de Mestrado em Educação. Estou fazendo uma Dissertação com o seguinte tema: **Qualidade de vida docente diante do adoecimento e do caminho percorrido no tratamento**, sob a orientação do Professor Drº Cláudio Pinto Nunes. Tendo como objeto de estudo principal avaliar a qualidade de vida do docente adoecido durante o processo de afastamento concedido por licença médica, garantido pela lei do servidor do Estado da Bahia. Com o intuito de contribuir para estudos que propõem a criação de políticas públicas que valorizam profissional de educação da Bahia e que nossa pesquisa tem importância para a produção científica, solicitamos a lista com os nomes e contatos dos docentes afastados por licença médica no município de Vitória da Conquista. Devemos reiterar que os dados serão utilizados apenas para os fins dessa pesquisa com produção de uma dissertação e publicação de artigos, sendo garantido o sigilo dos dados ou qualquer tipo de identificação dos participantes. A participação será voluntária e sem fins lucrativos ou custos para o participante.

Certos de que a solicitação será atendida, ficaremos no aguardo de uma breve resposta.

Vitória da Conquista, 13 de dezembro de 2023.

Sandra Maria Lopes Soares

E-mail: san.mls.27@gmail.com

Telefone: (77) 999840219

APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine na linha "Assinatura do participante", no ponto 8.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Sandra Maria Lopes Soares.

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Cláudio Pinto Nunes.

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA Qualidade de vida do docente diante do adoecimento e do caminho percorrido no tratamento
2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa): <i>Com o intuito de investigar as percepções sobre qualidade de vida entre os docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia, que estão afastados temporariamente de suas atividades pedagógicas por meio de licença médica, visando entender a relação entre condições de trabalho docente, adoecimento e qualidade de vida.</i>
2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos): <i>Objetivo Geral: avaliar a qualidade de vida do profissional docente das escolas públicas estaduais em Vitória da Conquista/BA que se encontra adoecido e em tratamento concedido por licença médica. Para alcançar esse objetivo, o mesmo foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: 1 – definir qualidade de vida e qualidade de vida docente; 2-fazer um mapeamento das ocorrências de adoecimento docente na Rede Estadual de Educação de Vitória da Conquista/BA; 3- analisar o processo de tratamento de docentes adoecidos e as implicações para a qualidade de vida dos profissionais afastados por licença médica.</i>

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO: <i>O participante responderá um questionário etnográfico e em seguida participará de uma conversa interativa-provocativa, a dois, seguindo um roteiro elaborado pela própria pesquisadora conduzida pela mesma, que será gravada por dispositivos de áudio.</i>
3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO: <i>O local, data e horário do encontro será acordado de acordo a necessidade e disponibilidade do participante da pesquisa, havendo também a possibilidade de ser remoto se assim preferir o participante.</i>
3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO: <i>Em torno de 30 ou 40 minutos.</i>

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

1. Quando se faz pesquisas com seres humanos há a possibilidade de ocorrer riscos, mas nesse caso o risco será mínimo pois não se trata de experimentos e sim de uma conversa interativa-provocativa. Sendo assim, poderá haver algum desconforto para o participante ao falar sobre questões privadas ou que lhe causem sensações desagradáveis e memórias indesejáveis.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Ao participante será garantido o total sigilo de seus dados assim como a não identificação nas falas, sendo utilizados nomes fictícios. Será comunicado antes do processo de coleta, o direito de interromper, não responder alguma pergunta e solicitar seus dados depois de finalizar todo o processo de coleta das informações para a pesquisa, ou seja, poderá desistir de participar a qualquer momento. Também será garantido ao participante o afastamento necessário quando o quadro clínico exigir ou se assim o preferir, havendo a possibilidade de ocorrer um encontro remoto. Não haverá nenhum custo para o participante e lhes será informado o uso das informações para a produção científica.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A participação é voluntária não trazendo custos e nem benefícios financeiros ao participante. Será uma contribuição com a produção científica.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Ao participar da pesquisa contribui para produção de estudos que enriquecem a discussão sobre a temática qualidade de vida docente, colaborando para elaboração de políticas públicas educacionais que beneficiem o profissional de educação e assim contribuir para a qualidade da educação pública estadual da Bahia.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?

R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em

publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.

6.8. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.

6.9. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.

6.10. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documento podem ser encontrados no nosso site (www2.uesb.br/comitedeetica).

6.11. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: *Sandra Maria Lopes Soares*

Endereço: **Rua Dely Vieira, 259, Alameda dos Pássaros, Vitória da Conquista/BA.**

Fone: 77 999840219 / E-mail: san.mls.27@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP), Jequiézinho, Jequié-BA, CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista-Ba, _____, _____, 2024

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

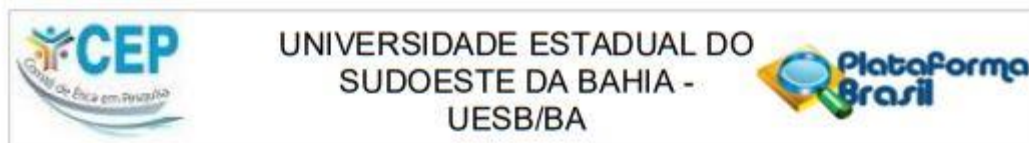
Vitória da Conquista-Ba, _____, _____, 2024

Assinatura do(a) pesquisador

Página 4

Rubricas:

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado pelo Comitê de Ética (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUALIDADE DE VIDA DO DOCENTE DIANTE DO ADOECIMENTO E DO CAMINHO PERCORRIDO NO TRATAMENTO

Pesquisador: SANDRA MARIA LOPES SOARES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 77381523.0.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.671.400

Apresentação do Projeto:

Apresentado pela pesquisadora como a seguir: "O objeto desta investigação são as percepções sobre qualidade de vida entre os docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia, afastados (temporariamente) de suas atividades pedagógica, por meio de licenças médicas. O objetivo central foi avaliar a qualidade de vida do profissional docente das escolas públicas estaduais em Vitória da Conquista/BA que se encontra adoecido e em tratamento concedido por licença médica. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, elaborada a partir da colaboração dos docentes, vinculados à Rede Estadual de Educado da Bahia, cujos regimes de trabalho variam de acordo com os vínculos profissionais. Dentre as etapas de investigação temos: pesquisa e análise bibliográfica da produção científica acerca da temática; coleta de dados por meio da metodologia da conversa interativa-provocativa e aplicação concomitante de questionário etnográfico; e, por fim, mas não menos importante, temos a análise do conjunto documental, a fim de compararmos o prescrito e o praticado com relação a concessão de afastamento profissional por meio de licença médica. Em relação aos profissionais da educação, levantamos a hipótese de que a concepção sobre qualidade de vida encontra-se associada, sobremaneira, às condições de trabalho, em particular, ao acúmulo das atividades – tanto no ambiente escolar quanto no ambiente privado. Assim sendo, acreditamos que as percepções dos docentes sobre qualidade de vida, em especial, daqueles afastados temporariamente de suas atividades por meio da licença médica, perpassa pelas suas experiências profissionais vivenciadas antes da identificação e/ou surgimento dos problemas de saúde, pelas

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.671.400

suas experiências durante os processos de afastamento (momento que nos interessamos aqui) e pelo retorno ao ambiente escolar.”

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Avaliar a qualidade de vida do profissional docente das escolas públicas estaduais em Vitória da Conquista/BA que se encontra adoecido e em tratamento concedido por licença médica.

Objetivos Secundários no projeto:

1. Definir qualidade de vida e qualidade de vida docente;
2. Mapear as ocorrências de adoecimento docente na rede estadual de Vitória da Conquista;
3. Analisar o processo de tratamento de docentes adoecidos e as implicações para a qualidade de vida dos profissionais afastados por licença médica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados pela pesquisadora, conforme se segue:

- Riscos: “Riscos mínimos. A pesquisa possui risco mínimo, mas será garantido ao participante a desistência a qualquer momento, assim como a utilização de forma remota de captação dos dados quando o caso do quadro clínico prever repouso ou afastamento”.

- Benefícios: “Essa pesquisa contribuirá para estudos que já vêm sendo realizados sobre qualidade de vida docente, sendo essa em particular sobre os docentes adoecidos e afastados por licença médica que atuam na Rede Estadual de Educação da Bahia, podendo proporcionar um olhar mais humano sobre esses docentes e promovendo a criação de políticas públicas educacionais que melhore as condições de trabalho docente, a qualidade de vida docente que interferem diretamente na qualidade da educação básica”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um Projeto de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados pela pesquisadora, conforme se segue:

- PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2259793.pdf em 18/12/2023 – OK

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.671.400

- TCLE_CEP.docx em 18/12/2023 – OK
- Portaria_Coordenacao_PPGEEd.pdf em 18/12/2023 – OK
- DECLARACAO_COMPROMISSO.pdf em 18/12/2023 – OK
- folha_de_rosto.pdf em 14/12/2023 – OK
- OFICIO.pdf em 14/12/2023 – OK – Documento solicitando ao NTE20 os nomes e contatos dos docentes em licença médica.
- DECLARACAO_PESQUISADORES.pdf em 14/12/2023 – OK (Declaração de compromissos)
- PROJETO.pdf em 10/12/2023 - OK
- ROTEIRO.pdf em 10/12/2023 - OK
- TCLE_CEP.docx em 10/12/2023 – OK (arquivo idêntico ao anterior).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise da documentação apresentada nesta versão, concluímos que o protocolo de pesquisa apresentado não possui pendências éticas e encontra-se apto à sua execução.

Este Comitê orienta, apenas, que durante a execução do projeto e ao seu final a pesquisadora deve anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

INFORME:

- Para realizar alterações de quaisquer sorte (acrescentar membros/assistentes, alterar um instrumento ou inserir um campo de coleta, mudar aspectos metodológicos, etc) em projetos já aprovados, você precisará submeter uma "EMENDA" para avaliação do CEP. As instruções para tanto estão nas páginas 67 a 78 do Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil. Mas cuidado! Emendas não podem fazer mudanças profundas, que descaracterizem o projeto em execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião realizada no dia 23/02/2024, por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB acatou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.871.400

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2259793.pdf	18/12/2023 09:14:26		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.docx	18/12/2023 09:13:21	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito
Outros	Portaria_Coordenacao_PPGE d.pdf	18/12/2023 09:11:31	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_COMPROMISSO.pdf	18/12/2023 09:09:57	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2259793.pdf	14/12/2023 20:09:58		Recusado
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	14/12/2023 20:08:23	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	14/12/2023 20:08:23	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Recusado
Outros	OFICIO.pdf	14/12/2023 20:07:46	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORES .pdf	14/12/2023 20:06:14	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORES .pdf	14/12/2023 20:06:14	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Recusado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	10/12/2023 17:34:33	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito
Outros	ROTEIRO.pdf	10/12/2023 17:29:39	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.docx	10/12/2023 17:19:45	SANDRA MARIA LOPES SOARES	Aceito

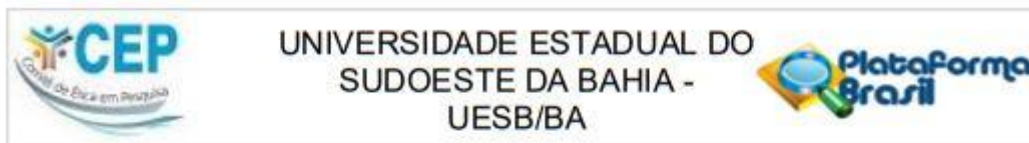
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepiq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.671.400

JEQUIE, 26 de Fevereiro de 2024

Assinado por:
Carla Patricia Novais Luz
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br